



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MATHEUS GAMAS GUIMARÃES

**AS HORTAS URBANAS EM LONDRINA:  
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O CASO DA HORTA  
DA VILA INDUSTRIAL**

---

Londrina  
2021

MATHEUS GAMAS GUIMARÃES

**AS HORTAS URBANAS EM LONDRINA:  
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O CASO DA HORTA  
DA VILA INDUSTRIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ideni Terezinha Antonello

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Guimarães, Matheus Gamas.

As Hortas Urbanas em Londrina : A produção do espaço urbano e caso da horta da Vila Industrial / Matheus Gamas Guimarães. - Londrina, 2021.  
141 f. : il.

Orientador: Ideni Terezinha Antonello.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Hortas Urbanas Comunitárias - Tese. 2. Produção do Espaço Urbano - Tese. 3. Agricultura Urbana - Tese. 4. Urbanização Brasileira - Tese. I. Antonello, Ideni Terezinha. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

MATHEUS GAMAS GUIMARÃES

**AS HORTAS URBANAS EM LONDRINA:  
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O CASO DA HORTA  
DA VILA INDUSTRIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ideni Terezinha Antello  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Leia Aparecida Veiga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte -  
UFRN

Londrina, 24 de junho de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

*Soli Deo Gloria.*

À Prof<sup>a</sup>. Ideni Terezinha Antonello, minha orientadora paciente e benevolente. Obrigado pela perseverança.

Às professoras Leia Aparecida Veiga e Sandra Maria Almeida Cordeiro que aceitaram participar da banca examinadora da qualificação.

Aos professores Francisco Fransualdo de Azevedo e Leia Aparecida Veiga que aceitaram participar da banca examinadora da defesa e pelos apontamentos pertinentes para a melhoria da pesquisa. E também à professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira que se disponibilizou como suplente para a Defesa.

Aos professores que contribuíram para a minha formação, seja de maneira direta ou indireta, básica ou superior.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

Aos entrevistados da horta, que foram fundamentais para conseguir finalizar o trabalho.

Para as pessoas que me apoiaram e continuaram a me dar forças para seguir em frente, mesmo com os constantes pensamentos de desistir rodeando minha cabeça.

GUIMARÃES, Matheus Gamas. **As hortas urbanas em Londrina**: A produção do espaço urbano e o caso da horta da Vila Industrial. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

A Horta Urbana em âmbito mundial é um fenômeno que traz novas dinâmicas para o espaço urbano. A presente pesquisa possui por objetivo analisar e discutir a produção do espaço, com foco na cidade de Londrina, e salientar a importância que a agricultura urbana possui nesse contexto, além de buscar entender pela ótica dos indivíduos envolvidos na produção de agricultura urbana qual o significado das atividades para eles. Buscou-se atingir esse objetivo por meio de uma discussão teórica baseada em Henri Lefebvre, posteriormente discutindo o processo de urbanização brasileira e, por fim, trazendo à luz a agricultura urbana e as hortas urbanas comunitárias como foco principal da pesquisa. Nesse principal foco, o objetivo é analisar brevemente as hortas urbanas comunitárias em Londrina e chegar especificamente numa aproximação da Horta Comunitária da Vila Industrial. Portanto, a pesquisa desenvolve-se em duas etapas principais, primeiro há o resgate teórico voltado para as temáticas supracitadas e depois há a aplicação metodológica no contexto das hortas urbanas comunitárias londrinenses, por ordem qualitativa, contendo entrevistas aprofundadas com os atores sociais da horta. As conclusões indicam que o processo de formação das hortas urbanas está entrelaçado com a teoria da produção do espaço urbano e são produzidas pelo mundo inteiro com algumas características principais detectadas, como seus efeitos terapêuticos na população e a potencialidade de suprir uma segurança alimentar grande para os atores envolvidos, mesmo que nem sempre essa seja a realidade. Essas práticas também se encontram por toda a cidade de Londrina e demandam maiores investigações posteriores, principalmente desdobrando a mesma metodologia para as outras hortas da cidade.

**Palavras-chave:** hortas urbanas comunitárias; produção do espaço urbano; agricultura urbana; urbanização brasileira.

GUIMARÃES, Matheus Gamas. **The urban gardens of Londrina**: The production of the urban space and the case of garden of Vila Industrial. 2021. 136 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

### **ABSTRACT**

The urban gardens around the world are a phenomenon that brings new dynamics to the urban space, this research has as an objective analyze and discuss the production of space, with focus on urban space, and show the importance that the urban agriculture has in this context, besides seek to understand the view of the individuals involved on the production of urban agriculture what is the importance of these activities for them. To reach this objective it was made a theoretical discussion based on Henri Lefebvre, then a discuss about the Brazilian urbanization and finally bringing light to urban agriculture and all the community urban gardens as the central focus of the research. On this central subject, the objective is to analyze the community urban gardens of Londrina, the final spatial cutout made was an immersion in one of the community urban garden of the city – Community Garden of Vila Industrial. Therefore, the research develops in two main stages, firstly there is the theoretical research with all the subjects mentioned and then there is the fulfillment of the methodological instruments in the context of the community urban gardens of Londrina, by quality research, using deep interviews with some of the social actors of the garden. The conclusions shows that the formation process of those urban gardens is linked to the theoretical views discussed throughout the research and with real similarities with other community urban gardens around the world, like their therapeutical effects in the population involved and the potential to guarantee food security for them, even if this is not always the case. Those practices are also present in all of Londrina and demand later investigations, mainly using the same methodologies for others urban gardens in Londrina.

**Keywords:** community urban gardens; urban space production; urban agriculture; brazilian urbanization.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	–	Mapa urbanização brasileira por município – 2010.....	54
<b>Figura 2</b>	–	Exemplos de hortas comunitárias em Montpellier, França.....	79
<b>Figura 3</b>	–	Exemplos de hortas comunitárias em Évora, Portugal.....	80
<b>Figura 4</b>	–	Horta Urbana Comunitária em Brasília - DF.....	83
<b>Figura 5</b>	–	Dia de “mutirão em ação” em HUC de Brasília - DF .....	84
<b>Figura 6</b>	–	Horta Urbana em Belo Horizonte - MG .....	86
<b>Figura 7</b>	–	Hortas Urbanas em Maringá - PR .....	87
<b>Figura 8</b>	–	Hortas Urbanas Comunitárias no Município de Londrina – PR.....	90
<b>Figura 9</b>	–	Hortas Urbanas Comunitárias de Londrina por Região.....	91
<b>Figura 10</b>	–	Localização da Horta do Jardim União da Vitória .....	92
<b>Figura 11</b>	–	Localização da Horta do Jardim Parque Ouro Branco .....	93
<b>Figura 12</b>	–	Localização da Horta do Conjunto Habitacional Roseira .....	94
<b>Figura 13</b>	–	Localização da Horta do Jardim Piza.....	95
<b>Figura 14</b>	–	Localização da Horta do Cafezal .....	96
<b>Figura 15</b>	–	Localização da Horta do Conjunto Habitacional Vale Verde.....	97
<b>Figura 16</b>	–	Localização da Horta da Vila Romana .....	98
<b>Figura 17</b>	–	Localização da Horta do Conjunto Habitacional Mister Thomas ....	99
<b>Figura 18</b>	–	Localização da Horta do Jardim Ideal .....	100
<b>Figura 19</b>	–	Localização do Conjunto Habitacional Alexandre Urbanas.....	101
<b>Figura 20</b>	–	Localização da Horta do Conjunto Habitacional Parigot de Souza II.....	102
<b>Figura 21</b>	–	Localização da Horta do Jardim Paraíso.....	103
<b>Figura 22</b>	–	Localização da Horta do Jardim São Jorge.....	104
<b>Figura 23</b>	–	Localização da Horta do Parque Ouro Verde.....	105
<b>Figura 24</b>	–	Localização da Horta do Conjunto Habitacional Ruy Virmond Carnascialli.....	106
<b>Figura 25</b>	–	Localização da Horta do Jardim Tocantins .....	107
<b>Figura 26</b>	–	Localização da Horta do Jardim Novo Amparo .....	108
<b>Figura 27</b>	–	Localização da Horta do Conjunto Habitacional Avelino Vieira....	109
<b>Figura 28</b>	–	Localização da Horta do Jardim Columbia.....	110
<b>Figura 29</b>	–	Localização da Horta da Vila Industrial .....	111
<b>Figura 30</b>	–	Canteiro da Horta da Vila Industrial .....	115

**Figura 31** – Adubo orgânico de palha oferecido pela prefeitura.....117

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – População Brasileira – Censo Demográfico (Série temporal – 1872-2010).....49
- Quadro 2** – População brasileira residente em algumas das principais capitais (1872-1940).....50
- Quadro 3** – População urbana e taxa de urbanização brasileira (1950-1980) ..50
- Quadro 4** – Marcos legislatórios em relação à agricultura urbana no Brasil .....75

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SMAA	Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento de Londrina
AU	Agricultura Urbana
PDM	Plano Diretor Municipal
HUC	Hortas Urbanas Comunitárias
ONG	Organização Não Governamental
SFM	Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná
BH	Belo Horizonte
PMAUP	Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PRODUÇÃO DO ESPAÇO, MÉTODO E METODOLOGIA</b> .....	<b>13</b>
2.1	CONCEITOS ANALÍTICOS POR HENRI LEFEBVRE: PRESSUPOSTOS BÁSICOS....	14
2.2	O MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO .....	33
2.3	O HOMEM E A VIDA COTIDIANA.....	36
2.4	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS .....	41
<b>3</b>	<b>A URBANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE: APONTAMENTOS TEÓRICO-REFLEXIVOS</b> .....	<b>47</b>
3.1	A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA.....	48
3.2	AS LEGISLAÇÕES URBANAS E O SEU PAPEL NO BRASIL .....	60
3.3	O ESTATUTO DA CIDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE .....	64
<b>4</b>	<b>O CONCEITO DE AGRICULTURA URBANA</b> .....	<b>69</b>
4.1	O QUE É A AGRICULTURA URBANA? .....	70
4.2	ALGUNS EXEMPLOS DE HORTAS URBANAS NO MUNDO.....	77
4.3	O CONTEXTO DAS HORTAS URBANAS NO BRASIL.....	82
<b>5</b>	<b>AS HORTAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA</b> .....	<b>89</b>
5.1	A LOCALIZAÇÃO DAS HORTAS URBANAS LONDRINENSES .....	90
5.2	DA GÊNESE ESPACIAL À VIDA COTIDIANA: O CASO DA VILA INDUSTRIAL.....	112
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>124</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>127</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>135</b>
	APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada .....	136

## 1 INTRODUÇÃO

As hortas urbanas comunitárias tomam força pelo mundo todo, principalmente quando se trata do assunto segurança alimentar em países periféricos. No entanto, há muito ainda para ser pesquisado sobre o assunto nestes países, que fogem simplesmente o aspecto técnico, mas busca enxergar os atores envolvidos no processo. Com literatura geográfica praticamente inexistente sobre as hortas urbanas londrinenses, a pesquisa buscou preencher uma lacuna preexistente no município de Londrina acerca do assunto, que foi detectada durante os levantamentos preliminares.

Diante disso, a presente pesquisa tem como fim realizar uma discussão em relação às hortas urbanas no município de Londrina. Para realizar esse fim, levantou-se uma discussão teórica concernente à produção do espaço urbano, procurando evidenciar como ele se produz e reproduz, essa primeira discussão se encontra no intitulado capítulo “Produção do espaço, método e metodologia”.

Nesse sentido, também se realizou apontamentos teóricos quanto ao processo de urbanização brasileira, mostrando as características gerais que moldaram historicamente o Brasil atual. Londrina encontra-se nesse contexto brasileiro, portanto é nisso que se encontra a relevância de tal discussão, elucidando diversos problemas enfrentados no contexto brasileiro fruto dessa evolução histórica. Tal discussão encontra-se no capítulo que leva o nome de “A urbanização, planejamento urbano e meio ambiente: apontamentos teórico-reflexivos”.

Embora o recorte seja o município de Londrina, no capítulo “O conceito de agricultura urbana” houve a elaboração e discussão do conceito de agricultura urbana (AU), evidenciando alguns exemplos no mundo e, posteriormente, no Brasil. Essa discussão dedicou-se a trabalhar uma breve construção do conceito de AU historicamente, assim como evidenciar os possíveis tipos e perfis em ambiente urbano, enfocando as hortas urbanas comunitárias.

Dentro dessa perspectiva, essas discussões intentam formar os aparatos teóricos necessários para que seja possível analisar categoricamente a realidade das hortas urbanas londrinenses, contextualizando o município assim como as práticas das hortas e sem negligenciar os aspectos teóricos da formação do espaço urbano. Finalizado esse processo, adentra-se outra etapa, que formará a aplicação prática dos instrumentos metodológicos que estão além da revisão bibliográfica.

Esse caminho traçado para além das discussões teóricas foi realizado em contexto londrinense, onde as hortas urbanas da cidade foram mapeadas em sua totalidade e uma horta em especial, a horta urbana da vila industrial, foi visitada,

investigada e analisada por meio de instrumentos qualitativos. Ainda, o método cuja análise usou como lente encontra-se esboçado minuciosamente no capítulo “Produção do espaço, método e metodologia” da pesquisa. Os esclarecimentos referentes ao método e à metodologia foram detalhados de modo que atingiu os objetivos propostos nesta investigação, a saber, (i) mapeamento das hortas, (ii) importância das hortas na vida dos atores sociais envolvidos, (iii) relação população-governo no contexto das hortas urbanas e, por fim, (iv) perfil dos habitantes que cultivam nesses locais.

As linhas gerais da metodologia utilizada para a chegada até esses objetivos foram de ordem qualitativa, onde o resgate teórico, obtenção de dados com a prefeitura e entrevista com alguns produtores e uma breve vivência de alguns dias na horta escolhida como recorte principal – a Horta Comunitária da Vila Industrial - foram os instrumentos metodológicos empregados.

Por essa via, o último capítulo, intitulado como “As Hortas Urbanas no município de Londrina” vai se preocupar em detalhar os dados obtidos e analisar teoricamente, com toda a discussão anterior, o que foi encontrado nessas localidades a partir da luz dos teóricos da produção do espaço. O enfoque dado será relacionado à gênese espacial e o funcionamento da horta estudada mais a fundo, com o objetivo de evidenciar as perspectivas do espaço vivido dessa localidade e como a contribuição deste espaço serve à sociedade de maneira geral. Ou seja, analisar o espaço a partir da ótica dos sujeitos envolvidos e entender quais são os objetivos deles com as hortas.

## 2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO, MÉTODO E METODOLOGIA

O espaço não é estático, envolve diversas complexidades e é possível compreendê-lo por meio de diversas óticas e teorias. Este espaço inclui o urbano. Uma das abordagens possíveis discorre sobre a produção do espaço e como a referida produção se forma mediante o excedente de energias, ou seja, todas as relações que ocorrem se dão a partir do excedente da simples necessidade de sobrevivência. Sendo assim, a produção do espaço se mostra como um mecanismo complexo que precisa ser aprofundado sob a luz da teoria do referido autor. É possível iniciar a reflexão com o seguinte trecho de Lefebvre (2006, p. 59):

Desta forma então, o espaço social “incorpora” atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem, se dizem e encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda

Então é possível vislumbrar um espaço que é na realidade, dinâmico e social.

Em sua dinamicidade, pode-se observar uma triplicidade: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação. E estes três contribuem de suas próprias maneiras, para a produção do espaço, de acordo com as diversas características únicas de determinado espaço para a atuação da triplicidade, a saber: contexto histórico, modo de produção que o espaço em questão está inserido, entre outros fatores (JUNIOR, 2015).

A partir dessa triplicidade que o espaço social se produz e é produzido fica evidente como cada sociedade distinta produz o seu próprio espaço com suas particularidades. Os itens dessa triplicidade promovem alguns momentos, ou uma relação dialética entre as dimensões da produção do espaço, que são: o espaço percebido, vivido e concebido. Estes não são simples, nem estáveis, pelo contrário, é um emaranhado caótico no qual a decodificação unitária é um grande desafio (LEFEBVRE, 2006).

Ainda existem outras tríades que o autor elucida, mas antes de defini-las, apresenta-las devidamente e conceituadamente, é necessária a pergunta: Mas por que sempre a partir da triplicidade? Porque uma triplicidade é ligada a outra, possuem relações diretas, mas também indiretas, na qual cada conceito não corresponde à mesma coisa, mas estão todos inseridos no mesmo processo de produção espacial. Nesse sentido, a dialética se torna a pedra angular para a compreensão do espaço.

A tríade composta por prática social, representações do espaço e espaços de representação é diretamente ligada à outra tríade citada que é composta por espaço percebido, concebido e vivido. Quando se fala de espaço percebido, fala-se da prática social como um todo, decorrente do cotidiano. Quando se fala de representações do espaço, fala-se do espaço concebido, que é o espaço representado, idealizado. Enquanto os espaços de representação correspondem ao espaço vivido, o espaço do sentimento, do realizado (JUNIOR, 2015).

No entanto, ainda é possível observar outras análises por três conceitos na teoria da produção do espaço do autor. Todas elas serão discutidas à frente, incluindo as anteriormente citadas. O intuito dessa breve introdução é apresentar de imediato a faceta dialética de Lefebvre. É deixar exposto, sem margem para dúvidas, o caráter dialético da sua análise espacial. O objetivo com essa análise dialética é que venha à luz a oportunidade de uma análise mais completa do espaço, sua produção, e caminhos futuros. Os conceitos específicos citados, em conjunto com outros importantes, serão trabalhados e conceituados mais à frente.

## 2.1 CONCEITOS ANALÍTICOS POR HENRI LEFEBVRE: PRESSUPOSTOS BÁSICOS

Como visto anteriormente, e importa frisar, o espaço não pode ser analisado isoladamente, por toda a complexidade mutável em seu bojo. Se o ser humano é complexo, a produção espacial será igualmente complexa. Quando Lefebvre (2006) faz a distinção entre o espaço percebido, concebido e vivido, o autor realiza isso já no momento da práxis, a partir da ótica dos indivíduos e com a coparticipação de outros indivíduos nesse processo, a partir da vida cotidiana. Isto é, tal construção (pela vida cotidiana) ocorre no momento da prática espacial como um todo.

No contínuo processo de mutação espacial, Lefebvre buscou produzir uma teoria crítica do espaço unitária. A tentativa, no entanto, passa pelo processo dialético, no qual, como visto anteriormente, o autor usualmente trabalha com três conceitos distintos para se chegar ao resultado uno. É nesse método de análise que é possível perceber a dialética do autor calcada em Hegel, Marx e Nietzsche. Essa afirmação ocorre por alguns motivos, mas o próprio autor evidencia isso por meio de suas obras. Primeiro, o autor intenta dialogar com a filosofia dos autores citados em diversos momentos em suas obras. É possível examinar sua base filosófica na obra Hegel, Marx, Nietzsche ou o reino das sombras (1976), por exemplo, na qual há diversas reflexões filosóficas dentro dos pensamentos dos autores supracitados, tecendo críticas e aproximações. Fica evidente a perspectiva da tese-antítese-síntese que o autor vai calcar seu pensamento (CARVALHO; XAVIER, 2013).

Segundo, é possível perceber tal influência em sua obra A produção do espaço (2008), a obra apresenta boa parte da conceituação básica utilizada pela teoria da produção do espaço de Lefebvre, e demonstra, de maneira evidente, as influências do autor. Há diversas menções diretas aos autores, como por exemplo, quando cita Nietzsche, a tratar sobre os signos, linguagens e o poético, na produção do espaço (2006, p. 197), ou quando cita Hegel e Marx, e as suas controvérsias sobre o Estado e o material (2006, p. 380).

É mister entender como o autor rejeita uma simples crítica à economia política das coisas no espaço como suficiente para entender o espaço, imputando à reprodução social grande valor. Para ele, as relações sociais modernas vão além, por isso ele vai usar os pressupostos marxistas de economia política para pavimentar a sua base e ir adiante, numa tentativa de desvendar a complexidade dos processos socioespaciais (SANTOS, 2015).

O objetivo presente, no entanto, não é a realização de uma discussão exaustiva sobre as bases filosóficas da obra de Lefebvre, mas evidenciar a perceptibilidade das fortes influências filosóficas baseada nos pressupostos dos três autores, e que o autor expõe objetivamente nos seus escritos. Ele compara as contradições anteriores, tão debatidas e discutidas pelos autores, de modo a construir seu método analítico. É evidente que a sua análise é realizada por filosofias, por muitas vezes, contrastantes (COSTA, et al, 2015).

Outra consideração importante acerca do autor é a sua forte influência na chamada geografia crítica. Autores vistos como pilares da corrente geográfica crítica

no mundo e no Brasil, como David Harvey, Milton Santos e Roberto Lobato Correa trazem em seus escritos uma forte influência de Lefebvre, principalmente no tangente à sua teoria de prática espacial, produção do espaço e direito à cidade. São conceitos amplamente ancorados em Marx, e que foram adotados por geógrafos importantes na discussão do espaço (FAJARDO, 2015).

Tais manifestações são evidentes, como podemos verificar na obra de Milton Santos, a *Natureza do Espaço* (2006a, p. 93), quando o autor evoca alguns apontamentos do espaço vivido de Lefebvre, com o objetivo de discutir o cotidiano e os seus conjuntos de eventos e possibilidades. É evidente que, assim como Lefebvre tem como suas principais bases em Hegel, Marx e Nietzsche, uma das bases de Santos vem do próprio Lefebvre (em conjunto com uma miríade de autores). A importância de entender isso é justificar que a escolha de usar a base conceitual de Lefebvre não é arbitrária.

Na presente pesquisa, busca-se uma retomada às raízes da análise da produção espacial pela geografia, assim como a possibilidade de trabalhar as facetas que andam em direção às representações que o método Lefebvriano de análise traz em seu bojo (principalmente ancorado em Nietzsche). De fato, as influências de Lefebvre são inegáveis para a ciência geográfica brasileira. Certamente a influência não se limita apenas aos autores da geografia citados, foram apenas exemplos de geógrafos consagrados que dialogam com a teoria do autor que esta análise se propõe a usar.

A partir do guarda-chuva filosófico no qual Lefebvre está inserido, pode-se avançar efetivamente para a sua teoria de produção do espaço. Nota-se que a teoria de produção do espaço irá permear esta investigação como um todo, incluindo a análise dos resultados obtidos, e torna possível observar a realidade e o espaço pelos diversos conceitos de análise do autor, normalmente em tríades.

Nessas tríades dialéticas, percebe-se a possibilidade de analisar tanto o momento concreto da ação quanto o movimento da realidade. Tornar-se-á possível, portanto, a decodificação de cada um desses momentos parciais, superando-os e construindo hipóteses acerca da realidade produtiva do espaço (CARLOS, 2020).

Esse pensamento se mostra evidente na obra 'A revolução urbana' (2002, p. 16) quando Lefebvre expõe que "Para nós, aqui, o objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo que a hipótese se refere ao objeto. [...] Se esse objeto se inclui além do constatável (empírico), nem por isso ele é fictício". O autor prossegue dizendo

que seria um objeto virtual, um objeto possível. E que é necessário relacionar um processo e uma ação prática, expondo a origem e o desenvolvimento do objeto estudado. Tal trecho de sua obra é um breve resumo de seu método, de forma generalizada (LEFEBVRE, 2002).

Portanto, o objetivo deste subcapítulo é apresentar os conceitos para que estejam expostos de maneira clara. A decodificação parcial dos conceitos para se chegar ao todo é o desafio. É a teoria unitária do espaço.

Antes de iniciar a discussão conceitual, outro ponto importante a ser salientado é a questão do autor, como evidente, trazer o espaço ao centro do seu método de estudo. Parece contrapor, em certa medida, o construído pelo método de Marx, no qual o tempo era protagonista. O espaço ganha o protagonismo, enquanto o tempo não deixa de estar presente. É possível perceber a aproximação, nesse ponto, com os geógrafos da geografia crítica e o resgate do espaço (CARLOS, 2020).

Vislumbra-se como Carlos (2020, p. 353) expõe essa virada entre a relação tempo-espaço:

Neste momento desloca-se o foco central do processo de acumulação capitalista: da produção de mercadorias clássicas para a produção do espaço. Essa proposta do autor ganha atualidade explicativa no século XXI aonde a cidade se transforma em mercadoria escancarando o processo contraditório da produção do espaço tornado valor de troca como momento importante do processo de valorização do capital.

A autora parece admitir a atualidade da teoria de Lefebvre. A acumulação capitalista toma como foco central a produção do espaço. Esse é o deslocamento do ponto central analítico, na qual a presente análise busca se basear. Se por um lado, o espaço está no centro, por outro, ele é produzido pela prática espacial. E por sua vez, a prática espacial dar-se-á por meio de sociabilidade. Então o espaço é o *locus* dos projetos utópicos, heterotópicos e isotópicos. Tal pensamento fica evidenciado nos conceitos elucidados que serão discutidos (ARAUJO, 2012).

O objetivo desta análise é dialogar diretamente com os conceitos expostos por Lefebvre em sua própria obra. Então, o principal diálogo deve ocorrer entre os escritos primários do Lefebvre, e adendos de escritos secundários.

A obra principal que se norteará a elucidação dos conceitos é 'A produção do espaço' (2006). E um interessante ponto de início é a seguinte descrição pelo autor:

O conceito do espaço assim religado a uma prática social – ao mesmo tempo espacial e significante – toma todo o seu alcance. O espaço reúne a produção material: bens, coisas, objetos de troca, tais como vestimentas, móveis, casas (residências), produção ditada pela necessidade. Ele reúne também o processo produtivo considerado a um nível mais elevado, resultado de conhecimentos acumulados, o trabalho se penetrando de ciência experimental, materialmente criadora. Enfim, ele reúne o processo criador o mais livre – o processo significante – anunciando o “reino da liberdade” e destinado em princípio a se desenvolver nele, a partir do momento onde cessa o trabalho ditado pelas necessidades cegas e imediatas, dito de outro modo, o momento onde começa o processo criador de obras, de sentido e de gozo (LEFEBVRE, 2006, p. 196)

Nessas palavras, o autor expõe o papel dos significados, e da prática espacial. Ao mesmo tempo em que se tem a produção do espaço baseada no materialismo, observa-se outra face da produção do espaço, baseada nos planejamentos e ideias, e nas (re)significações feitas no espaço, que por sua vez culminarão no material. Percebe-se as relações sociais envolvidas no processo de produção. Vamos desde a consciência idealizadora e planejadora do indivíduo, à coletividade e suas intersubjetividades sociais e chega até a concretização dessa idealização no espaço material. É concreta, histórica e virtual. Pode-se verificar essa reflexão quando Lefebvre (2006, p. 149) coloca:

A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que é reunido? Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, - seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos.

É esse o caminho que a discussão conceitual pretende esclarecer, pois se existe essa relação conflituosa e holística, é necessária a análise dialética.

Estando postulado, em poucas palavras, os pensamentos gerais do autor em relação à produção do espaço, é possível explicar os conceitos que o autor traz em sua teoria. Sempre em tríades, será utilizado no presente trabalho como norte analítico as duas seguintes tríades: primeiro, a tríade composta pelo espaço absoluto, abstrato e diferencial. E segundo, a tríade composta pela prática

espacial (espaço percebido), representações do espaço (espaço concebido) e espaços de representação (espaço vivido). As peculiaridades das duas tríades serão analisadas. O início dar-se-á pela primeira citada.

O espaço absoluto, de acordo com o autor, seria o espaço natural que é modificado pelo agir político. Para o autor, nesse tipo de espaço estão engendradas as forças políticas e os seus inevitáveis usos. Por isso, o espaço absoluto muito tem a ver com o valor de uso (FAJARDO, 2015).

Corroborando com essa definição resumida, podemos analisar o seguinte excerto do autor, com o objetivo de evidenciar a importância e a eminência do valor de uso para o espaço absoluto:

O espaço absoluto tem por berço, por origem (se quisermos empregar este termo), um fragmento do espaço agropastoril: um conjunto de lugares nomeados e trabalhados por camponeses, por pastores nômades ou seminômades. Um pedaço desse espaço recebe uma outra afetação, devido à ação dos senhores ou conquistadores. Desde então, ele aparece como transcendente, sagrado (marcado por potências [forças] divinas), mágica e cósmica. O paradoxo, é que um tal espaço não deixa, por isso, de ser percebido como natureza. (LEFEBVRE, 2006, p. 320)

É ainda nesse espaço que o autor trata bastante sobre o imaginário e as representações religiosas, pois são também políticas. De acordo com ele, “O espaço absoluto, portanto religioso e, ao mesmo tempo, político, implica instituições religiosas, que o submetem a estes dois grandes procedimentos: a identificação - a imitação” (LEFEBVRE, 2006, p. 324).

Essa dialética entre identificação e imitação diz respeito ao mental que gerará o material, aparecerão como formas espaciais. São os chamados lugares sagrados e lugares malditos. Espaços dotados de significado, como funerárias, templos, monumentos sagrados, cemitérios, entre outros exemplos. É evidente que para o autor, estes espaços não deixam de ser espaço natural (LEFEBVRE, 2006).

É com essa atribuição que ele institui o espaço absoluto como eminentemente mental.

O espaço absoluto tem somente uma existência mental, portanto “fictícia”. Mas ele detém também uma existência social; ele possui uma “realidade” específica e potente. O “mental” se “realiza” num encadeamento de atividades “sociais” porque a ficção se converte

em realidade no Templo, na Cité, nos monumentos, nos palácios.  
(LEFEBVRE, 2006, p. 344)

Este espaço certamente não desaparece na sociedade contemporânea. Mas foi fragmentado, e suplantado em muitas esferas pelo próximo conceito a ser discutido, que talvez seja a chave central da tríade. Este é o espaço abstrato. Antes de adentrar na definição de espaço abstrato, é importante ressaltar uma qualidade referente ao espaço absoluto. Como dito, em muitas maneiras ele foi suplantado pelo espaço abstrato, isto é, a sua maior força se encontra no passado. Quer dizer que este espaço não se manifesta mais no presente? Muito pelo contrário, mostra-se ainda em nosso meio. Porém o espaço abstrato surrupiou o seu protagonismo. É por isso que se torna possível qualificar por tempos cronológicos os espaços conceituais dessa tríade, o espaço absoluto representaria um espaço histórico, com origem na antiguidade (COSTA, 2003).

Portanto, em relação ao segundo conceito da tríade, que é o espaço abstrato, pode-se dizer que existe uma conexão que parte do “espaço abstrato ao presente, espaço transformado pelo capital” (FAJARDO, 2015, p. 7). A distinção seria que, enquanto espaço absoluto, o espaço ainda não havia se tornado uma mercadoria em si, ele era um espaço de obra. A própria cidade teria muito mais valor de uso, do que troca, representando uma maior presença do espaço absoluto. No entanto, a partir do capitalismo, desde os seus primórdios, o espaço acabou por se tornar uma mercadoria. Isto é, espaço apresentando-se como mercadoria, passou a ser tratado a partir do seu inerente valor de troca. É nessa tensão entre valor de uso e valor de troca que o espaço absoluto e o espaço abstrato encontrarão suas contradições (LAHORGUE, 2002).

Nas atribuições cronológicas aos conceitos espaciais analisados, pode-se então dizer, novamente, que o espaço abstrato vai estar mais ligado ao presente, o presente que é um resultado direto processual da construção histórica realizada pelo modo de produção capitalista, tal construção histórica que é marcada eminentemente pela segregação (no caso, espacial). O presente não surge instantaneamente, foi construído aos poucos, ao longo da história, solapando o espaço absoluto. Para o autor, essa virada paulatina começa com a laicização do espaço político em Roma, não como causa imediata, mas como pilar necessário para a apropriação acumulativa do espaço, isso viria principalmente em relação ao

direito romano da propriedade privada. Estes pontos são bem condensados no seguinte trecho:

Não se pode acusar esse “direito” [a propriedade privada] de todos os males. Não mais que o dinheiro ou a mercadoria. Ele não tem nada de ruim “em si”. Dominando o espaço (mais exatamente submetendo-o ao domínio), o princípio de propriedade punha fim à contemplação da natureza, cosmos ou mundo, para exibir a via da ação dominadora, que transforma ao invés de interpretar. [...] Os contemporâneos caem na angústia porque só veem o passado. Um espaço já transformado já é o berço, o lugar de nascimento do que advirá. (LEFEBVRE, 2006, p. 347)

Certamente “Esse espaço abstrato assume a sequência do espaço histórico, que também nele persiste como sedimento e suporte, que vai se debilitando, de espaços de representação” (LEFEBVRE, 2006, p. 80). Isto é, a transformação do espaço em mercadoria (não uma mercadoria como as outras, mas uma mercadoria em um status único) inaugura o crescente e inevitável predomínio do valor de troca no espaço, escancara o espaço abstrato. É evidente como, para o autor, a expansão do espaço abstrato começa a debilitar e extrair os significados do espaço vivido.

Sem dúvida alguma o absoluto não desapareceu. Ainda permanece por meio das comunicações dos espaços sagrados-maldito, pela atribuição do sacro por meio dos espaços de representações que insistem em perdurar até os dias de hoje, embora fragmentados e pervertidos pela lógica de troca.

Então, acima de tudo “O espaço abstrato, para Lefebvre é o espaço do capitalismo, ele é geométrico, ele é medido, ele é quantificado, é reafirmado por coações através da produção do habitat, da cidade programada que se faz contra o habitar que se reafirma como poético.” (CARLOS, 2020, p. 367). Nesse sentido, o autor colocará que, embora o Estado tenha pretensões controladoras e homogeneizadoras para o espaço abstrato, assim ele não consegue realizar. Pois não é o estado quem produz espaço, é a prática espacial, é o social, e as pessoas.

Pode-se perceber que ele é um “Produto da violência e da guerra, ele é político, e instituído por um Estado, portanto institucional. Numa primeira abordagem, ele parece homogêneo” (LEFEBVRE, 2006, p. 389). Mas de fato falha nisso, acaba por não ser homogêneo, a não ser num futuro utópico (SANTOS, 2015).

A base do espaço abstrato é o Estado. E “Cada Estado pretende produzir o espaço de uma realização, às vezes de um desabrochar, aquele de uma sociedade

unificada, portanto homogênea” (LEFEBVRE, 2006, p. 383). É nessa tentativa de ser homogêneo que o Estado não consegue cumprir seu papel totalitário. Isso ocorre porque o espaço não é produzido pelo Estado, mas pela prática espacial, pelo cotidiano. Outro ponto importante é que para o autor, é necessária a violência para manter o controle do seu território, assegurar sua soberania, reger suas leis, e manter o seu controle sobre as pessoas e sobre as mercadorias.

Por essa ótica, é possível observar que o espaço abstrato se comporta como uma mercadoria com esse latente valor de troca. Ele se dobra e serve ao capital, e as suas relações de produção. No entanto, sob a sua homogeneização, buscando acabar com os conflitos e diferenças, busca então esconder as contradições, mas não é capaz, pois a sua própria configuração trará novas diferenças e é isso que dá o ponto de partida ao espaço diferencial (SOUZA, 2015).

As diferenças do espaço diferencial buscam superar a tentativa abstrata de se homogeneizar o espaço, levando às novas contradições a partir das antigas, e culmina no chamado espaço diferencial. É então um espaço que resiste, luta e evidencia a tentativa fracassada do abstrato em extirpar as diferenças do espaço a partir da homogeneização. (LEFEBVRE, 2006).

Pode-se afirmar que as diferenças são resistências, muitas vezes na margem. Esses poderes diferenciais se manifestam de maneira tímida, resistindo. Mas existe uma necessidade dessa diferença atacar a homogeneização (SOUZA, 2015).

Então se conclui que o espaço diferencial é um espaço importante, que resiste contra as forças dominadoras do espaço abstrato, estas que são representadas pelas (re)produções das relações produtivas, evidencia que a forma dominante não é a única possível (LELIS, 2015).

De modo que o espaço abstrato, em que pese sua negatividade (ou melhor, em razão dessa negatividade), engendra um novo espaço, que terá o nome de espaço diferencial. Por que? Porque o espaço abstrato tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças (particularidades) existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças. Ele reunirá o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social (LEFEBVRE, 2006, p. 84).

Quando o espaço abstrato diminui as diferenças, prepara o terreno para a ascensão do espaço das diferenças. De certa forma, os espaços que lutam contra a

lógica homogeneizadora capitalista estão levantando a bandeira diferencial e expondo as diferenças. É um projeto revolucionário de futuro, voltando à discussão sobre a cronologia da tríade. As diferenças não podem ficar apenas na defensiva, elas precisam atacar. Nesse sentido, as diferenças residem no simples fato das pessoas quererem ser “outro”, não quererem servir às imposições homogeneizantes do abstrato. Para Lefebvre, mudança é revolução, e revolução é criação (SOUZA, 2015).

Para o autor a revolução é criação, quando “Uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não acompanhando, necessariamente, o outro, igualmente” (LEFEBVRE, 2006, p. 86). Para tal, pode ser necessária uma mudança gradual eclodindo, e não necessariamente uma ruptura abrupta. Contudo, também é necessário o cuidado para não simplesmente realizar alguma “diferença” dentro de uma superestrutura ideológica, mas sem a modificá-la e suplantá-la completamente como produto final.

O pensamento que Souza (2015, p. 381) traz sobre o conceito de espaço diferencial de Lefebvre, correlacionado ao conceito de *doxa* trabalhado por Pierre Bourdieu parece contribuir para a discussão. A linha de construção teórica de Bourdieu acontece dentro do que o autor institui como o campo e como *habitus*. A preocupação desta análise não é esclarecer todos os pontos exhaustivamente da teoria de Bourdieu, mas abordar uma parte específica e relacionar com a teoria de Lefebvre, por isso apenas uma breve construção será realizada.

Destarte, o ponto específico que será correlacionado com a teoria de Lefebvre é o conceito de *doxa*, que aparece junto da discussão do campo, para o autor. Para ele, a sociedade está organizada em campos, nos quais pode se observar uma estrutura. A questão é que não são estruturas fixas, mas possuem lógica própria. Dentro dos limites desses campos teremos delineados os interesses econômicos, interesses individuais, etc. São interesses específicos. Dentro de cada um desses campos, teremos o que o autor chama de *habitus* (THIRY-CHERQUES, 2006).

Ainda adiante, Thiry-Cherques (2006, p. 37) expõe que, por definição, “[...] o campo tem propriedades universais, isto é, presentes em todos os campos, e características próprias. As propriedades de um campo, além do *habitus* específico, é a estrutura, a *doxa*.” Por *doxa*, pode-se entender a composição de leis universais

que regem o campo, o pensamento comum entre os indivíduos contidos nesse ambiente. É certo que todo campo vive o conflito entre os agentes que o dominam e os demais.

O campo em regimento pela *doxa* acaba por ter essa aura do pensamento padrão, o tido como certo. Nisso, será possível observar o desdobramento dessa *doxa* em dois pontos: a ortodoxia e a heterodoxia. De maneira geral, exercendo seu poder dominante em diversas facetas da sociedade, como a educação, por exemplo, teremos a consumação da ortodoxia, até de maneira violenta, contudo violentamente simbólica. Essa é a imposição da ordem (SOUZA, 2015).

Por outro lado, há o espaço para a heterodoxia. É o ato de superar a *doxa*, como diz Souza (2015, p. 384) “questionando o inquestionável”.

É entre o paralelo da breve explanação anterior com a teoria da produção do espaço de Lefebvre que aparentam algumas similaridades. A *doxa* é regida pelo espaço abstrato. O espaço abstrato imprime no cotidiano a sua *doxa*, a sua lei de norma geral (*nomos*). Os dissidentes são suprimidos com diversos mecanismos de violência simbólica (e pode-se dizer não simbólica) possíveis, objetivando a manutenção hegemônica do poder.

Por fim, o conceito específico que está sendo discutido é o de espaço diferencial, onde o conceito se encontra nessa relação? É certo que a possibilidade de existir do espaço diferencial depende completamente dessa heterodoxia. Não haverá espaço diferencial sem a gênese mental composta pela heterodoxia proposta, a dissidência com a ortodoxia. A ortodoxia serve em seu âmbito para retroalimentar o espaço abstrato e suas intenções. A heterodoxia por sua vez, abrirá rachaduras, contradições, as quais a ortodoxia busca rechaçar do modo que for possível. Por isso, o ponto de início para o espaço diferencial é justamente a busca pela heterodoxia, a análise crítica da realidade, o questionamento da ortodoxia.

Essa tríade (absoluto-abstrato-diferencial), como exposto, mostra atributos cronológicos. É de serventia o resumo que Lopes (2010, p. 15) expõe:

O espaço absoluto, um espaço antigo, o espaço abstrato, do presente, o diferencial um projeto revolucionário do futuro, coexistem em várias épocas. Isto é possível devido ao fato da teoria lefebvriana tanto trabalhar com presente (realidade atual), com passado (herança inscrita no espaço) e com futuro (o possível, o projeto). Sua visão também está aberta a múltiplas temporalidades, coexistindo em um mesmo período.

Importa ressaltar, no entanto, que estes atributos cronológicos não engessam tais espaços. Não quer dizer que o espaço absoluto só existiu no passado, o espaço abstrato só existe no presente, e o espaço diferencial só existirá no futuro. Eles coexistem, o espaço fragmentou-se conforme o abstrato se apossou do espaço. Estes três conceitos compõem a primeira fórmula trinitária que permeará o presente trabalho em todas as análises do material e do mental, quando tratados os dados coletados pela metodologia.

Provavelmente essa primeira tríade será menos abordada do que a segunda durante as análises. Caso seja possível mostrar um olhar crítico para essa tríade, poder-se-ia assumir que ela é muito embebida da filosofia marxista, possuindo um viés cronológico, especialmente o espaço absoluto e abstrato. É como Harvey (2012, p. 144) expõe, Marx favorecia a interpretação da terrível história, localizada no passado, para no presente romper com as amarras e construir uma revolução para o futuro. Se compararmos com a tríade explicada até o momento, remontam momentos semelhantes, embora para Marx a revolução projeta-se da ruptura invariavelmente (MARX; ENGELS, 2005). Positivamente, Lefebvre, pensador alicerçado no marxista, consegue levar essa discussão adiante, trazendo a sua segunda tríade para a discussão.

Os conceitos da segunda fórmula trinitária que será utilizada nas análises apontam para a percepção, idealização mental e práxis do indivíduo. De modo que partindo deles, também concebe e vive o espaço, e tais momentos são simultâneos. É importante ressaltar a afirmação de que o resultado espacial último é material (físico), social (interpessoal) e não material (mental), e permeia pelas três diferenciações conceituais presentes na tríade (em cada um dos conceitos os três aspectos existirão, com mais intensidade em uns, e menos em outros).

Essa linha conceitual não se pauta em uma tentativa de sistematizar cronologicamente o modo como ocorrem as modificações no espaço, e sim de ordenar logicamente aquilo que ocorre de maneira simultânea. São saltos lógicos e não possui atribuições cronológicas, como na anterior tríade discutida. Consiste em um método para se compreender o emaranhado complexo que é a produção do espaço, mas sem nunca perder de vista sua unidade última.

É com segurança que a afirmação de que essa segunda tríade será a mais utilizada na análise dos resultados da pesquisa nos capítulos 4 e 5 pode ser

realizada, isto é, para a decodificação do espaço, as premissas conceituais apresentadas neste momento serão de suma importância.

Sistematizando de modo detalhado, então, a segunda fórmula trinitária citada, temos a presença dos conceitos de espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. Em linhas gerais, estes espaços estarão compostos, respectivamente, de dimensões que poderemos perceber como outra tríade, que é a prática social, as representações do espaço e os espaços de representação (FAJARDO, 2015).

Importa elucidar que tais conceitos estão intensamente conectados. Pela tríade ser apenas uma separação lógica, de modo a possibilitar a compreensão do emaranhado complexo, quase sempre estará interconectada e coexistindo no mesmo tempo e lugar. Por essa observação, é denotada a importância de se realizar a separação de modo que seja possível perceber a intensidade dessa conexão que os diferentes espaços manifestos no mesmo tempo e lugar possuem (CAMPOS, 2018).

O primeiro conceito é o espaço percebido e será formado pela manifestação da dimensão que Lefebvre (2006, p. 65) chama de prática espacial. Segundo o autor, a prática espacial é a aproximação entre o cotidiano, marcado pelo uso que as pessoas fazem do seu tempo, e a realidade urbana, marcada pelas estruturas, caminhos, redes, prazeres presentes no espaço. Para existir, tais elementos precisam ser, de certa forma, coesivos. Mesmo que nem sempre sejam completamente lógicos (LEFEBVRE, 2006).

Pode-se, então, entender a prática espacial como o *lócus* em que a manifestação material da ação do homem ocorre no espaço. Fazem parte de ações não planejadas cotidianas, sem um raciocínio intencional para atingir o resultado, que acabam por interferir na materialidade espacial. Nesse sentido, é por isso que o nome dado pelo espaço resultante da prática espacial é de espaço percebido (CAMPOS, 2018).

Nas próprias palavras do autor pode-se entender como este espaço se manifesta e está presente, porém não anula os outros espaços coexistentes:

A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial “moderna” se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante [...] no subúrbio, caso-limite e significativo; o que não autoriza

negligenciar as autoestradas e a aeropolítica. (LEFEBVRE, 2006, p. 66)

Não é sem as autoestradas, por exemplo, que o cotidiano se materializa. Muito pelo contrário, é por meio delas. Portanto, pode-se ver tanto o espaço percebido, composto da prática espacial, quanto os outros espaços que estarão sendo expostos subseqüentemente. Os três espaços, longe de serem momentos históricos, são espaços coexistentes e simultâneos.

Ainda no que diz respeito à prática espacial, a sua leitura é eminentemente empírica. É por isso que é imprescindível para que uma leitura Lefebvrina do espaço seja feita, que a metodologia seja composta com um viés empírico-metodológico presente. O que se resguardar disso provavelmente não conseguirá desenvolver o método e leitura espacial de Lefebvre de maneira minimamente satisfatória.

Trazendo essa prática espacial do espaço percebido para a realidade, com o fim de exemplificar, podemos entender o espaço percebido como a conexão cotidiana entre a casa e o trabalho de uma pessoa, relações trabalhistas ou processos produtivos (imbuído de valor de troca). Nesse sentido, o espaço percebido é um espaço de interações físicas, materiais, fluxos, circulação, transferências. Essa é a essência do espaço percebido (SCHMID, 2012).

É possível, até certa medida, associar esse conceito do espaço percebido com o conceito de paisagem trabalhado pela geografia crítica. Como Milton Santos (1988, p. 21) define, a paisagem como “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível. [...] Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. Santos, como já dito anteriormente, foi influenciado pela teoria do espaço de Lefebvre. Dentro desse trecho, por prática espacial podemos encarar a descrição dos movimentos como preponderante na comparação.

Em outra citação, fica ainda mais evidente a manifestação da influência. Acerca da paisagem, Santos (1988, p. 22) afirma:

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um

arquiteto, um artista veem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.

É justo perceber como o processo analítico geográfico a partir da paisagem faz-se imprescindível para a leitura do espaço factual e cotidiano. Porém, como é sabido pela teoria da produção do espaço de Lefebvre, o espaço não é formado apenas pelo percebido, mas vai além com o conjunto de mais dois outros conceitos. Milton Santos também vai notar essa necessidade, pois como visto no trecho acima, confirma isso. Ele ressalta o grau subjetivo que o espaço percebido mostra em sua essência, e a necessidade de ir adiante, ultrapassar apenas o percebido para chegar à realidade. O mero percebido não compõe (embora possa compor) a realidade em totalidade.

É importante não confundir a paisagem definida por Santos (1988) com uma paisagem natural que desperta sensações. A paisagem do autor pressupõe uma análise crítica dialética com método científico dos fenômenos percebidos na paisagem. Viver a paisagem a partir dos sentimentos, atribuindo-a de símbolos subjetivos e sentimentos pertencerá ao terceiro conceito da tríade, o espaço vivido.

Por fim, faz-se a afirmação: o percebido terá muita relação com o espaço materializado. É ali que ocorre, e ali que se relaciona com os elementos constitutivos do espaço. Depende também dos sujeitos atuantes nele. O espaço percebido representa a dimensão material (SCHMID, 2012).

Em sequência, podemos analisar o espaço concebido. Este, por sua vez, será composto pela dimensão denominada de representações do espaço. O pressuposto básico para o espaço concebido é que ele tem que ter existido mentalmente, é o esforço mental que remete à produção científica, do conhecimento. É o espaço que não pode ser captado “sem ter sido concebido previamente em pensamento” (SCHMID, 2012, p. 14).

Nesse “espaço mental” teremos a presença recorrente das representações do espaço. Segundo Lefebvre (2006, p. 66) elas são as idealizações “dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”,

de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido.” É possível notar como esse espaço terá um vínculo grande com as áreas do conhecimento, dialogando com a ciência. Segundo Lopes (2010, p. 14) essas partes do espaço “são amarradas às relações de produção” e servem ao espaço abstrato como modo de exercer a sua violência.

Certamente essa parte do espaço, eminentemente mental e posteriormente consolidada no espaço, se desenvolve a partir da linguagem do discurso (principalmente verbal). Alguns exemplos práticos que se torna possível de atribuir ao espaço concebido seriam os mapas, os planejamentos da malha urbana, os modelos arquitetônicos, as teorias científicas, a definição de rotas, etc. Vemos a forte presença da ciência, do conhecimento e das disciplinas especializadas. A faceta científica e do conhecimento pode ser observada no seguinte excerto:

As representações do espaço seriam penetradas de saber (conhecimento e ideologia misturada) sempre relativo e em transformação. Elas seriam, portanto, objetivas, embora possam ser revistas. Verdadeiras ou falsas? A questão não tem sempre um sentido definido. A perspectiva é verdadeira ou falsa? Abstratas, com certeza, as representações do espaço entram na prática social e política, as relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço representado dependendo de uma lógica que os faz, cedo ou tarde, explodir porque são incoerentes. (LEFEBVRE, 2006, p. 69)

No trecho, pode-se constatar a relação direta entre o espaço concebido e a falseabilidade científica, não obstante o senso comum<sup>1</sup> parece nunca ser desconsiderado dentro da teoria lefebvriana. O conhecimento provém das concepções, do que se é concebido. Bem, na citação o autor já está preparando o terreno para a possibilidade da revolução do espaço diferencial que foi conceituado na primeira tríade. Isto é, a constante mutação e complexidade do espaço faz com que teorias concebidas certamente deixem de ser coerentes com a realidade.

As tensões fazem com que o espaço seja, em grande medida, modificado pelo planejamento objetivando aliviar as contradições. Essas mudanças drásticas

---

<sup>1</sup> Sobre o que é senso comum, Aranha e Martins (1993, p. 51) colocam que: “Chamamos senso comum ao conhecimento adquirido por tradição, herdado dos antepassados e ao qual acrescentamos os resultados da experiência vivida na coletividade a que pertencemos. Trata-se de um conjunto de idéias que nos permite interpretar a realidade, bem como de um corpo de valores que nos ajuda a avaliar, julgar e, portanto, agir. [...] o senso comum não é refletido e se encontra misturado a crenças e preconceitos. É um conhecimento ingênuo (não-crítico), fragmentário (porque difuso, assistemático e muitas vezes sujeito a incoerências) é conservador (resiste às mudanças).”

possibilitam um rompimento com o *status quo* (este é o espaço de uma revolução planejada).

É possível verificar, ainda neste espaço, um fator importante. As ideologias provêm dele, e as ideologias certamente possuem um impacto importante no espaço, como foi visto anteriormente, pelo viés planejador (CAMPOS, 2018).

Esse espaço, em grande parte, está relacionado também ao espaço percebido. Como? É uma questão lógica. Quando o espaço é planejado e pensado mentalmente, por meio de especialistas, leva os exercícios mentais a serem instrumentalizados racionalmente e são materializados na prática espacial (o percebido). São conceitos interligados, mas distinguem em sua essência. Como dito, coexistem e coabitam, sendo possível a sua distinção. Muitas vezes o idealizado deixa de atingir o seu potencial esperado na prática espacial, e se torna algo diferente do idealizado. Embora, é bem verdade, que o espaço percebido possa se materializar por outras vias que não o concebido. Estas vias serão introduzidas no terceiro conceito das tríades.

Ambos estes espaços, vale ressaltar, muitas vezes estão em subserviência ao espaço abstrato. Principalmente o espaço concebido, evidente pelo que Lefebvre (2006, p. 66) expõe: “É o espaço [concebido] dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente”.

Por fim, finalizando a fundamental dialética do espaço, temos o espaço vivido. Neste se manifesta a dimensão dos espaços de representação. É neste espaço que veremos a dimensão dos símbolos, dos códigos, dos medos, das imaginações, dos sentimentos e das sensações (CARVALHO, 2012).

É neste espaço que o mundo é vivido de fato, “[...] ele é experimentado pelos seres humanos” (SCHMID, 2012, p. 14). Certamente, não é possível analisar exaustivamente este espaço pela análise teórica, visto que todas as suas nuances são inacessíveis para o pesquisador. Ele ocorre na dimensão material, sendo o material o catalizador do significado, mas passa ao subjetivo e é intransferível, é individual. Diante disso, é possível dizer que o sujeito possa passar a sua experiência vivida para algum método de linguagem, como o artístico, por exemplo. Essa arte estará arraigada de simbologias e significados, mas não necessariamente despertará as mesmas reações do outro observador de sua obra artística.

Lefebvre (2006, p. 66) é categórico quando define os espaços de representação:

Os espaços de representação são o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais.

É importante não confundir com o espaço percebido. Este espaço terá uma raiz fenomenológica e é um processo de significação que o sujeito fará com algum objeto material. Ele se torna um símbolo, e dessa maneira, proporcionando a experiência do vivido ao sujeito (SCHMID, 2012).

Essa codificação e decodificação simbólica atribuída ao vivido, constantemente não obedece nem se inter-relaciona com os aspectos hegemônicos da sociedade, como na relação concebido-percebido. Dessa maneira, é na vivência cotidiana que significados simbólicos se formam, não necessariamente coerentes. De certa maneira, vai de encontro às representações do espaço, que são a maioria no espaço social, mas não o todo. Os espaços de representação persistem (LOPES, 2010).

Ou seja, é possível dizer que estes espaços materializados passam a representar significados complexos do que as pessoas vivem. Nem sempre essa vivência é idêntica. Por exemplo, tome como verdade uma suposta praça onde há o símbolo da cruz em conjunto com uma construção gótica ao lado. Caso esse tipo de construção seja esvaziado de significado, não seria possível identificar o que isso remete, mas essa não é a realidade. Em nossa sociedade é possível identificar um padrão claro e simbólico nesse tipo de construção que remete a uma construção remontando aspectos artísticos românicos (indicando que seja um templo católico). Também é facilmente observado que a cruz representa as questões religiosas e culturais do cristianismo.

É possível vivermos aquele espaço e decodificarmos a sua simbologia, justamente por ser um espaço de representação. É possível que o sujeito tenha uma relação de amor, adoração, ou ódio por este espaço simbólico. Por si só, adentrando

esse ambiente simbólico e hipotético do exemplo, ele exprime uma série de experiências sociais que são necessárias para a convivência cotidiana no tempo, acarretando em uma série de valores e normas nele. Os espaços de representação dizem algo, e o sujeito ao decodificar essa simbologia, possui uma reação imediata diante dela, seja positiva, seja negativa. É perceptível o caráter social e, principalmente, cultural deste espaço.

No vivido, o material e o imaterial (pelas pessoas) se relacionam criando um universo de relações e experiências. Portanto, certamente, esse processo não se desconecta em nenhum momento do concebido e do percebido. Mostrando mais uma vez a faceta interconectada e emaranhada do processo de produção social do espaço.

Nesse contexto teórico, o urbano seria um resultado direto da simultaneidade exposta anteriormente como uma característica importante do espaço social para o Lefebvre. Afinal, o espaço urbano é espaço, e pode ser lido pela estruturação conceitual vista até o momento. O urbano é a projeção da dialética espacial em um determinado espaço concebido (o chamado perímetro urbano). Atualmente, este espaço é pautado majoritariamente pelas relações produtivas inerentes ao capitalismo (como foi observado quando se tratava sobre o aspecto cronológico da tríade absoluto-abstrato-diferencial) e ao seu corrente valor de troca, mas no fim, o urbano é composto por formas sociais, e por isso apresenta diversas contradições. É um espaço dominado pelas forças homogeneizantes, mas não só isso, também pela força do cotidiano (o consumo programado), mas ao mesmo tempo com a complexa presença das diferenças, e a sua resistência.

É, portanto, a manifestação dos espaços materiais, mentais e sociais (percebido, concebido e vivido) que foram apresentados pela concepção do autor até o momento, e com isso, seria justamente por meio das contradições que se enxerga o potencial do urbano, o potencial para uma revolução urbana (ARAÚJO, 2012).

Para que toda essa construção teórica faça sentido em um contexto de aplicação à realidade, utilizar-se-á um método específico utilizado pelo próprio Henri Lefebvre. Nesse sentido, o próximo subcapítulo será dedicado para a discussão da aproximação de método que se utilizará na aplicação do trabalho.

## 2.2 O MÉTODO REGRESSIVO-PROGRESSIVO

Ao longo das elucidações conceituais expostas até o momento, é possível aferir que os conceitos de Lefebvre (2006) pressupõem a possibilidade de se chegar a uma teoria unitária do espaço. Essa possibilidade se pauta no destrinchar do espaço em diferentes conceitos analíticos, para uma melhor análise, depois disso, vem o momento de se olhar holisticamente para as análises de forma a chegar nesse resultado final.

O autor propõe um método analítico dialético do início ao fim. Tendência diretamente ligada de suas principais influências filosóficas em Hegel e Marx, evidentemente. Lefebvre possui um método com implicações robustas e rigor metódico palpável, e não é um estudo desordenado que regerá suas reflexões principais acerca da produção do espaço.

O referido método é apresentado pelo autor em sua tese de doutorado, originalmente com o foco em sociologia rural, denominado Vale do Campan (LEFEBVRE, 2011). É nessa tese em que o autor permeia por diversas características das relações cidade-campo, e elabora princípios do seu método para a leitura dos mesmos. Procura amadurecer e estipular filosoficamente o método de pesquisa e exposição (SILVA, 2015).

De fato, o autor não começa a discutir o seu método em sua tese, mas já em alguns artigos anteriores. A abordagem procura, de maneira empírica, olhar para as contradições presentes dentro do objeto de estudo. Originalmente, focado nos camponeses do Vale do Campan. Além do olhar dialético em direção aos camponeses, ainda continha a consideração: Quais as abordagens futuras são possíveis, devido à historicidade da região? Quais as possibilidades? (FRESHSE, 2015).

Mais amadurecido, o método aparece explicitamente sistematizado e bem delineado em sua obra *Lo rural lo urbano* (1978). A partir desses apontamentos, olhemos para as três etapas que o autor propõe (ORTIGOZA, 2010).

Com o objetivo de se compreender tal método, denominado método regressivo- progressivo, um sólido ponto de partida pode ser visto a partir do cotidiano. Essa discussão sobre o cotidiano que Lefebvre faz, como exposto no subcapítulo anterior, pauta em grande medida o seu método de estudo para se chegar à verdade dos fenômenos espaciais.

É possível analisar o que Ortigoza (2010, p. 158) nos traz sobre o cotidiano como categoria de análise:

Ter o cotidiano como categoria de análise significa se deter também no miúdo, no elementar, considerando na vida banal o momento do extraordinário, do possível. Para Lefebvre, as respostas de mudança estão nesses momentos, que são a grande essência de seu método. A partir do cotidiano não generalizamos o domínio do mundial no lugar, pois necessariamente estaremos considerando o viver (que está no plano social) e o vivido (que está no plano pessoal) e encontrando nessas relações mútuas a identificação dos indivíduos.

O cotidiano como conceito, detalhadamente, será construído detalhadamente mais à frente nesta dissertação (no subcapítulo 1.3). No momento, a definição será limitada a uma noção simplista de dia a dia (o cotidiano aqui está imbuído de uma complexidade que será esclarecida posteriormente). Mas vale ressaltar de antemão que é a ascensão das contradições no cotidiano (com a ascensão do espaço abstrato), de acordo com a visão Lefebvriana que será trabalhada. A partir do conceito do cotidiano como categoria de análise, a análise das contradições é a essência do método.

O cotidiano sendo então marcado por contradições elucida a viabilidade de um método dialético como um método mais apropriado para se entender tais ocorrências. E é isso que o chamado método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre é, um método dialético. Analisando as tensões comuns e por vezes contraditórias que a realidade comumente traz à luz (ORTIGOZA, 2010).

Portanto, temos o método regressivo-progressivo pautado em situações dialéticas do cotidiano, esta sendo a categoria de análise. Mas isso não explica a base do método, o que ele é especificamente e quais são suas etapas de desenvolvimento? Quais serão as metodologias para efetivar a realização do método no presente trabalho? Tendo definido a essência do método como o cotidiano, pode-se partir para a resposta destas questões.

Primeiramente, a nomenclatura do método já nos diz muito sobre o processo de concretização do mesmo. O método regressivo-progressivo: regressivo, pois primeiramente parte do hoje, diretamente para o passado. Essa ida para o passado tem um objetivo bem claro: entender os processos em curso. E ele é progressivo porque a partir das descobertas dessa volta ao passado, podem-se abrir caminhos

para o futuro (isto é, por meio do espaço concebido, na esfera do mental) (BARROS, 2018).

A primeira etapa, como dito anteriormente, é definida como a etapa descritiva. Toma-se como ponto de partida a observação do objeto de estudo, mas não consiste em simplesmente descrever superficialmente os fatos observados. É necessário que esteja embutido no processo de análise e descrição dos fatos o conhecimento teórico, elucidando a grande diversidade presente nas relações sociais. É por meio disto que se construirá esta primeira etapa do método (BARROS, 2018).

Nesse sentido, é possível observar que não se trata de uma pura descrição simples dos fatos. Isso é insuficiente, seria uma análise incompleta do fenômeno estudado. O necessário é que se apoie na teoria crítica da vida cotidiana (ORTIGOZA, 2010).

A segunda etapa do método consiste na fase denominada como analítico-regressiva, que terá por objetivo voltar na raiz dos acontecimentos, se possível no surgimento do objeto espacial de estudo. Nesse contexto, para conseguir atingir o objetivo desta etapa, a metodologia empregada precisará abarcar um conteúdo histórico sobre as relações espaciais, a categoria de tempo estará permeando por essa etapa (LEFEBVRE, 1978).

Nesse caso, é impossível que fechemos historicamente as possibilidades e contradições. Devemos mapeá-las, mas não as esgotar e coloca-las em rigidez. A análise crítica nada tem que ver com uma análise rígida e inflexível.

A terceira parte a ser cumprida é a etapa histórico-genética, que consiste em partir dos conhecimentos adquiridos acerca do recorte estudado, cruzando as influências por parte das estruturas do espaço e a influência que as estruturas mais recentes tiveram pelas mais antigas e vice-versa. Essa etapa existe buscando entrelaçar o presente ao passado, pois de acordo com Lefebvre o visível na atualidade não reflete todas as contradições presentes naquele espaço (BARROS, 2018).

A intenção é uma construção e mapeamento genético das estruturas e formações, assim, com tal mapeamento, explicar o presente com uma acurácia muito maior do que o previsto inicialmente. De tal modo, essa etapa dá espaço para a explicação do fenômeno e quais são as possibilidades próximas, o virtual se faz presente. Qual a realidade próxima? Qual caminho tomar? (LEFEBVRE, 1978, p.

71). Por fim, Ortigoza (2010, p. 183) nos coloca sobre o método regressivo-progressivo que:

[...] esse método regressivo-progressivo permite desvendar no seu percurso do pensamento a origem contraditória de relações e concepções, e destacar os conflitos não resolvidos, as alternativas não consumadas, as necessidades insuficientemente atendidas, as virtualidades não realizadas.

Portanto, é esse o resultado final esperado, conseguir expor os conflitos inacabados, as contradições presentes no espaço, as necessidades sociais, as possibilidades de melhoria. É nesse segmento que se espera o resultado final do presente trabalho, culminando em algum tipo de caminho para a superação do que for levantado por meio das metodologias pelas etapas 1 e 2, de modo que seja possível um caráter analítico-propositivo pela terceira etapa.

Nesse contexto, passa-se por três etapas para a concretização dessa regressão e dessa progressão. Antes de tudo, é necessário que seja determinado o recorte onde ocorrerão essas três etapas, estas que são denominadas de: etapa descritiva, etapa analítico-regressiva e etapa histórico-genética. É importante que esteja bem claro que o método tem por foco uma descrição e análise profunda e crítica do espaço e da realidade, portanto o recorte precisa estar precisamente delimitado. No caso, o recorte serão as hortas urbanas comunitárias de Londrina, que estão cadastradas na Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento (SMAA) e localizadas dentro do espaço urbano do município de Londrina. É certo que a temática específica citada ainda não encontrou introdução dentro da estrutura do trabalho, mas o recorte já fica adiantado. Conforme a dissertação avança, é observável o afunilamento para o recorte proposto (FREHSE, 2001).

### 2.3 O HOMEM E A VIDA COTIDIANA

No subcapítulo anterior foi exposto como ponto central do método regressivo-progressivo em sua veia analítica e expositiva um ponto de partida: o cotidiano. Não foi proposta nenhuma tentativa de aprofundá-lo como conceito, no entanto, o presente momento o faz. Essa seção é necessária para lançar olhar aos pormenores de tal conceito em que Lefebvre se debruça, assim como outros autores de mesma linha de pesquisa.

Veja como Cassilha e Cassilha (2012, p.7) entendem a práxis no urbano: “As cidades são mutantes, vão crescendo e se modificando pelas ações das atividades diárias das pessoas, cada uma com sua forma própria de apropriação, intervindo no espaço das mais variadas maneiras”. É pelo trivial do repetitivo diário e pela sucessão de acontecimentos que desembocam em um constante vir a ser. Mas não é meramente uma trivial repetição. Mostra-se necessário então, definir mais profundamente o cotidiano.

Para o início da discussão, cabe o que Lefebvre (1991, p. 18) traz: “[...] com relação à filosofia, a vida cotidiana se apresenta como não-filosófica, como mundo real em relação ao ideal (e ao conceito de mundo)”. O autor pensa que a filosofia se pretende superior, no entanto, acaba por perceber que é distante, abstrata. Não possui viés prático, pois tenta desvendar os enigmas do real e acaba por descobrir que por si mesma não é real.

Nesse mesmo sentido, Nóbrega (2017, p. 32) expõe:

Entendido como negação do pensamento filosófico o cotidiano guarda em si, contudo, a possibilidade de descobrir coisas, de desvendar ações, de registrar movimentos, trajetórias, tendências, fluxo, movimento; o cotidiano se equivale à sucessão de acontecimentos. O cotidiano, acontecimento em movimento, é resultado, em última estância, da banalidade e banalização da vida no urbano, materializada pelo ritmo da cidade; apresenta-se como uma imagem, uma representação da cidade.

Em concordância com Lefebvre, temos o distanciamento da mera filosofia. O intuito dos autores parece trazer à realidade significância, e colocar o senso comum em um *status* que a ciência parece não querer dá-lo, por conta dessa suposta superioridade.

De acordo com Lefebvre (1991, p. 24) o cotidiano certamente se compõe de:

Repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. O estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da reprodução, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se reproduzem elas mesmas, recomeçam, retomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transforma por modificações graduais ou por saltos.

Olhando essa definição, a repetição acarreta em uma necessária produção e reprodução de objetos e obras, ou seja, também espaço materializado. Esse cotidiano se mantém relativamente homogêneo, mas é a partir destas repetições que se transforma (seja gradualmente, seja abruptamente).

Na mesma linha, podemos fazer uma análise de outra autora importante que discute o cotidiano em suas obras. De acordo com Agnes Heller (1985), temos que:

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. (HELLER, 1985, p. 17)

É certo que o homem é um ser social. Ele já nasce inserido nessa camada da sociedade, com seus gestos repetitivos. O cotidiano materializa isso. Os seres humanos já nascem dentro de uma cotidianidade. Por isso se faz um conceito primordial, central, ponto fixo e importante como centro de mudanças, e centro de entendimento da sociedade (HELLER, 1985).

Não há dúvidas que toda a individualidade de uma pessoa, em seus pormenores, esteja intrincada em sua vida cotidiana. Seus traços de personalidade, seus sentidos, suas habilidades, ideologias. Todos estes fatores estão correlacionados e fazem parte do que se pode chamar de vida cotidiana. Nesse sentido o cotidiano pode ser visto como heterogêneo (HELLER, 1985).

Até certo ponto, ele se faz individual. Por isso essa heterogeneidade. Mas não é só isso, além do espectro individual, é possível observar o espectro social. Como Lefebvre (1991, p. 34) aponta: “A crítica da vida cotidiana implica, pois, concepções e apreciações em escala de conjunto social”. É nesse momento que podemos observar que o cotidiano não se detém na individualidade, mas sim em uma prática social conjunta, onde as forças homogeneizantes dos espaços veem a sua oportunidade padronizadora e intencional em direção aos seus próprios interesses.

Vale salientar, Heller (p. 37) diz que “não há vida cotidiana sem imitação”. A mimética faz parte da vida cotidiana. É por isso que, eminentemente, a vida

cotidiana se presta muito à alienação<sup>2</sup>. Remonta o que já foi discutido no subcapítulo 1.1, quando tratamos de Bourdieu e os aspectos da ortodoxia. Há uma coexistência muda, onde há uma cotidianidade condicionada por interesses particulares, esse modo utilizado remonta em papéis a serem desempenhados pelos sujeitos, nos quais os operam cotidianamente pelo *nomos* dominante.

Ora, nesse sentido, trazendo para a discussão do urbano, a cidade e a vida estão intrinsicamente relacionadas. Como Nóbrega (2017, p. 32) coloca sobre o cotidiano que nele:

[...] repetem-se os signos, os jeitos, os roteiros a trama, mas nem tudo é exatamente igual, nem para todos, nem para um em particular, mas há, sem lugar a dúvidas, um ritmo, um roteiro, uma agenda, um programa. Quem programou? Quem criou os códigos e os papéis? Qual o limite entre as faculdades possíveis e as faculdades utilizadas; o cotidiano afoga, impermeabiliza, condensa, homogeneíza.

É possível perceber perguntas-chave para se entender os paradigmas regendo o cotidiano. É pela repetição, que é possível observar a condução invisível que afaga a sociedade. De certa forma, “invisível”, pois visa fragmentar o individual. Não é intenção que o percebam conduzindo. Por outro lado, se o cotidiano remonta mimética, é fundamental entender que nesse caso, como é possível entender se há como produzir movimentos fora da imitação, exercendo liberdade individual? Há como configurar novas atitudes e esquecer completamente os elementos miméticos da vida cotidiana? (HELLER, 1985).

Para Levigard e Barbosa (2010, p. 87), Lefebvre oferece a resposta de que “[...] fortalecimento dos processos sociais participativos de tomada de decisão é fundamental para que os indivíduos ultrapassem os limites das práticas repetitivas e desenvolvam práticas inventivas e libertadoras.”

Falar de cotidiano, então, trata-se de entender a sociedade em que os sujeitos se relacionam intersubjetivamente, caracterizá-la, descrevê-la. É ela que gera a cotidianidade (LEFEBVRE, 1991).

---

<sup>2</sup> De acordo com Rossler (2004, p. 111): “O indivíduo alienado, conforme Heller, é o indivíduo que, por conta da alienação das relações sociais, isto é, por conta das relações de dominação que predominam em nossa sociedade e engendram as condições sociais e materiais de sua vida, não pode desenvolver-se plenamente a partir da apropriação de uma determinada esfera do gênero humano, qual seja, a genericidade para-si, transformando-a em órgãos de sua individualidade, ou seja, parte constitutiva do seu ser, de seu ser humano.”

Olhar para o cotidiano em uma sociedade pós-moderna como a atual implica necessariamente em desvelar perspectivas de dominância culturais escancaradas. A vida cotidiana é o que pode dar forma a uma revolução invisível tramada pelas pessoas de maneira irreversível (LEVIGARD; BARBOSA, 2010).

Parece fundamental, olhando para a teoria dos autores trabalhados, que a dominância cultural sofra rupturas pelo cotidiano. Isso tem de partir dos sujeitos. É a possibilidade de uma revolução que não caia necessariamente em uma revolução dos operários em relação ao modo de produção dominante. Nesse sentido, Lefebvre (1991) vê “[...] na sociedade burocrática do consumo dirigido” o problema que precisa de rompimento. Tal pensamento imprime na sociedade o seu desejo pelo consumo. Se torna claro esse pensamento no que Lefebvre (1991, p. 83) diz:

O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotices individuais. Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana. [...] O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção)

Nesse sentido, mostra-se melhor como a “ortodoxia” do espaço abstrato se manifesta na realidade. O cotidiano é cuidado intencionalmente para que atenda aos requisitos do modo de produção. Já não há mais liberdade nas escolhas cotidianas, seja pelos meios de comunicação, seja pelas propagandas em massa, por pressões culturais, ou estímulos e impulsos pelo consumo. A supressão do sujeito como “ser” em direção ao “ter” descaracteriza as liberdades individuais, e forjam um *ethos* padronizado, homogêneo. É certo que o modo de produção em que estamos inseridos contribui bastante para isso. Veja o que Levigard e Barbosa (2010, p. 88) concluem:

A expansão do capitalismo nas últimas décadas gerou a produção de novas tecnologias e de uma nova lógica para pensar a realidade. As novas tecnologias imprimiram uma aceleração de ritmo aos processos econômicos e, em consequência, à vida social. A fluidez dos grandes deslocamentos do capital traduziu-se em um sistema de acumulação flexível, gerando novos modos de produção econômica, científica e cultural, repercutindo de forma decisiva na reprodução social dos diferentes grupos humanos.

É certo que nessa modernidade líquida detemos as forças conservadoras que exacerbam diversas contradições nessas investidas homogeneizantes. Como salvar-se dos fenômenos atuais? A filosofia ainda convulsiona tentando explicar tal movimentação, o complexo heraclítico permeando em seu ventre, enquanto isso, colidindo com suas abstrações, no cotidiano os fenômenos se materializam, obtêm forma e acontecem. Qual é o caminho para o rompimento dessa lógica?

É perceptível o atrito, portanto, entre a vida repetível e trivial, como Lefebvre propõe que é possível chamar de aspectos microssociais. Com os aspectos do modo de produção e sua força homogeneizante, que é possível chamar de aspectos macrossociais. Nesse sentido, encontra-se o *lócus* contraditório e catalisador de um possível entendimento dos fenômenos espaciais, incluindo o urbano.

No contexto latino-americano, pode-se ainda elencar algumas peculiaridades desse movimento no cotidiano. Uma curiosa fragmentação da vida cotidiana assola os países dessa região e, certamente, Brasil incluso. Porém, tal tratamento será devidamente dado no subcapítulo 2.1. A proposta principal do presente subcapítulo foi elucidar as questões acerca do conceito de cotidiano e algumas de suas principais implicações. Longe de esgotá-lo, é claro, parte-se desse pressuposto explicitado, desse entendimento cotidiano.

O ponto de partida para o entendimento da sociedade atual parece estar entrelaçado com a vida cotidiana. O urbano da sociedade evidencia ainda mais essa característica. Caso o presente trabalho tenha qualquer pretensão de fazer uma leitura acurada e dialética da realidade, é necessário partir de tal visão do cotidiano, e entender que o recorte (as hortas urbanas do município de Londrina) não se isola dos padrões miméticos e impostos do que Lefebvre (1991) chama de sociedade burocrática do consumo dirigido.

## 2.4 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento metodológico estará ancorado no método esclarecido até o presente momento. É possível dividir, portanto, nos três momentos já nomeados na seção 1.2.

O primeiro momento, descrito como etapa descritiva, estará intrinsecamente ligado à paisagem. Para tal o presente trabalho se apropriará do conceito geográfico, difundido pela corrente crítica da geografia, para atingir o resultado

desejado. No caso, o conceito da paisagem seria o discutido e utilizado por Milton Santos (2006b, p. 66): “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” Então esse processo descritivo não visa apenas algo superficial, mas exprimir tais heranças, tentar caracterizá-las. A construção dessa análise será construída na primeira e também posteriormente na segunda etapa.

Para esclarecimento, antes que se iniciem as apresentações das técnicas metodológicas que serão utilizadas, é importante frisar que se trata de uma pesquisa de caráter qualitativo. Em primeiro momento, a pesquisa qualitativa é “um espaço de práticas relativamente diversificadas e múltiplas” (GROULX, 2008, p. 95).

A partir dessa citação, entendemos que temos uma gama abrangente para cumprir com a pesquisa de cunho qualitativa. No mais, as técnicas qualitativas que estão aqui sendo pontuadas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais (MARTINS, 2004).

A partir do conceito de paisagem, a metodologia para sustentar a primeira etapa do método descrito até o presente momento, de modo que seja possível atingir resultados satisfatórios, será a de observação direta. Nesse caso, estamos considerando a observação direta como um instrumento metodológico qualitativo, que se trata de uma metodologia considerada como uma técnica direta, tendo contato com os atores presentes no meio de estudo, assim como uma observação não-dirigida, visto que o foco do pesquisador no presente momento não é a intervenção no espaço e no cotidiano. Acima de tudo é uma metodologia qualitativa, visto que não utiliza em demasia de números nem estatísticas, o objetivo é a leitura da realidade como ocorre, e a descrever de tal maneira, com um grau de subjetividade latente (JACCOUD; MAYER, 2008). Mesmo que essas estatísticas possam aparecer como apoio.

A essência é a de um trabalho de campo, visto que se trata de um trabalho geográfico. Com uma proposta de não haver intervenção no meio, tornando a etapa descritiva do método como um laço da realidade e do teórico, sem nenhum tipo de intervenção por parte do pesquisador. Nesse caso, será estritamente baseado na observação, dispensando os informantes, pois será uma etapa posterior da pesquisa

que objetivará o contato com os atores do fenômeno estudado, no caso, as hortas urbanas.

Especificando o andar da observação direta para a pesquisa: o planejamento é que haja duas visitas, ou seja, duas pesquisas de campo focadas exclusivamente para a observação, sem nenhum tipo de intervenção por parte do pesquisador, em cada horta urbana que será estudada. É importante salientar a postulação desse mínimo de duas visitas com o objetivo de concretizar a observação direta. Este mínimo serve para não haver insuficiência na coleta (observação) dos dados e realidade.

É ainda na etapa descritiva do método, que será utilizada a metodologia de análise documental. Antes mesmo das etapas de observação direta, o presente trabalho analisará a Lei Ordinária Municipal nº 12.620 (LONDRINA, 2017) detalhadamente, de modo que a primeira etapa, aliado à observação direta, também será metodologia de análise documental.

Para fins de esclarecimento, o interesse pela análise documental no presente trabalho se dá no seguinte contexto: será que o presente documento (que se trata de uma lei) representa a população presente no recorte designado? É por isso que para os objetivos deste trabalho o eixo da análise documental que servirá de âncora será o de representatividade. Além disso, a análise documental visa, na parte inicial do trabalho, levantar aportes e conhecimentos teóricos relevantes para as discussões em questão. Como é possível observar pelos capítulos 1, 2 e 3 (CELLARD, 2008).

A grande contribuição que se espera da análise documental para o decorrer do presente artigo se pautará nas possíveis incongruências entre o vigente por lei e o discurso dos agentes ativos nas hortas urbanas. Além disso, visa o confronto entre as discussões teóricas e acadêmicas com o que pode ser observado a partir da observação direta. A observação direta não consegue compreender, analisar, refletir e aprofundar nada que esteja desprovido de um olhar perspicaz e aguçado teoricamente.

Em verdade, tal olhar teoricamente informado permeará por todo o trabalho, mas tendo um destaque em relação ao viés descritivo. Afinal, uma descrição sem informação teórica tende a virar uma descrição de senso comum, que embora não seja negativa por si só, não é o presente intuito (ORTIGOZA, 2001).

Construindo a metodologia de análise documental levar-se-á em conta sobre o projeto de lei: o contexto em que foi escrito, quais os embasamentos para a definição de agricultura urbana pelo mesmo. Outro ponto a considerar é sobre a origem da redação do texto, quem o fez (ou instituição) e se é possível entender motivações por trás disso. Entender também a natureza do texto, principalmente na delimitação e aplicabilidade dele, por ser tratar de uma lei. É uma realidade que esses textos estão sendo bem aplicados à realidade? Essa característica em específico será retomada e posta em xeque durante o trabalho, quando analisadas em conjunto com os outros instrumentos metodológicos. (CELLARD, 2008).

A partir dos elementos iniciais mapeados serão elencados os conceitos-chave do texto, que não é extenso. A partir dos conceitos-chave é que o texto será analisado, sob a perspectiva contextual anteriormente delimitada, e relacionando os conceitos abordados com a realidade. Retomando toda a discussão acerca da aplicabilidade (CELLARD, 2008).

É relevante frisar que a análise documental da lei ordinária ocorrerá nas três etapas do método regressivo-progressivo. Pois embora feita logo no início dos procedimentos metodológicos, a análise será evocada em todos os momentos posteriores da pesquisa, como, por exemplo, na segunda etapa do método.

A segunda etapa do método, já exposta anteriormente, nomeada etapa analítico-regressiva demanda seus próprios instrumentos de pesquisa, que divergirão dos empregados na primeira etapa. Nesse contexto, para conseguir atingir o objetivo desta etapa, a metodologia empregada de maneira ampla será a de entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas partem do pressuposto de ouvir os sujeitos sociais (informantes qualificados) para adquirir informações valiosas sobre o lugar onde os mesmos atuam como agentes produtores do espaço. Nesse sentido, o foco inicial para começar as entrevistas é de conseguir informantes-chave dentro das hortas de preferência os mais antigos e que possuam um bom nível de conhecimento da história da horta onde estão atuando, de preferência presentes desde a origem.

A entrevista ainda hoje parece ser a melhor técnica para conseguir uma leitura da realidade sob o ponto de vista dos atores sociais ali presentes. Inclusive, por isso a escolha da metodologia para a concretização do trabalho aqui discutido. O intuito é a exploração do vivido, entender a realidade das hortas urbanas de Londrina, tanto do presente quanto do passado. A partir disto compreender as

contradições dialeticamente, a essência da segunda etapa do método Lefebvriano (POUPART, 2008).

Este será o contexto que formará o segundo eixo do método. A investigação histórica a partir da empiria e ótica subjetiva dos atores envolvidos. É evidente que não constitui tarefa fácil, visto que semióticas contrastantes, visões de mundo contraditórias, práxis dissonantes do discurso, entre outros fatores problemáticos se encontram como uma fraqueza da técnica da entrevista semiestruturada. Não obstante, é a árdua tarefa do pesquisador desenredá-las. A semiestrutura de tal entrevista pode ser encontrada no Apêndice A.

Portanto, o âmbito observacional da primeira etapa deixa de ser realidade, para uma maior imersão para com a comunidade observada. Não existe nenhum tipo de contradição em tal proceder.

No entanto, o grande objetivo com esse instrumento metodológico de entrevistas é de compreender a história de alguns sujeitos presentes nas hortas. O objetivo não é analisar os dados estatísticos, mas em detrimento dos números, ouvir as pessoas. Não obstante, espera-se que a entrevista possa assumir um caráter sentimental e se confundir com a história de vida da pessoa sem quaisquer dificuldades.

Por fim, a etapa anteriormente discutida, denominada histórico-genética, terá como fundamento a análise dos dados obtidos nas duas etapas iniciais. Dentro desse contexto, haverá a tentativa de amarrar as dinâmicas observadas na atualidade com os desdobramentos ocorridos no decorrer da história dentro das hortas. Esse cruzamento de dados tentará culminar em uma análise crítica das contradições dentro daquele espaço e possibilidades de superação. É um momento mais interpretativo e analítico de dados por parte do pesquisador.

Como já explicitado, o intuito é que um olhar teoricamente aguçado pormenorize dialeticamente os dados obtidos, de modo que as dinâmicas possam ser corretamente interpretadas. Com essa interpretação, e muito por um esforço mental por parte do pesquisador, compor-se-á a finalização da aplicação do método proposto. Evidentemente, se pauta como um esforço mental eminente o que Lefebvre diria que faz parte de um espaço concebido. É a significação dos discursos, sua posterior interpretação. Portanto, configura-se como uma etapa fora do campo de uma suposta neutralidade, admitindo que toda e qualquer leitura da realidade

parte de pressupostos, de uma cosmovisão preestabelecida. Parece importante deixar isso postulado (SILVEIRA, 1996).

### **3 A URBANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE: ASPECTOS TEÓRICO-REFLEXIVOS**

As discussões que incluem a *urbe* brasileira evidenciam e esbanjam contradições. Não seria de outro modo, se o resultado esperado considera o processo de produção espacial pela presença de diversos meandros, muitas vezes confusos e intrincados, conforme visto nas formulações teóricas do capítulo anterior.

Primeiro, importa a distinção entre o que é o urbano e o que é cidade. Para Lefebvre o urbano é a simultaneidade das relações sociais, uma forma social que se estabelece e se contrapõe ao rural. Enquanto a cidade é um objeto espacial concreto produzido, a projeção da sociedade sobre um local (ARAUJO, 2012).

Se a própria produção do espaço caminha neste sentido, então o caso brasileiro não pode ser diferente. O processo de urbanização brasileiro certamente ocorreu de maneira tardia se comparado com o restante do mundo, e ocorreu de maneira rápida, em conjunto com o processo de industrialização. Tais acontecimentos exigem que novas legislações e medidas sejam tomadas para que o fluir do crescimento (tanto urbano, como também a nacional) seja minimamente planejado.

No emprego de técnicas (intrínseco à industrialização e à urbanização) e a formação dos grandes centros, espaços fundamentalmente maquinizados, “superiores” à natureza, é possível perceber a transformação da natureza em mercadoria. Destarte, o consumo da mesma passa a ser uma prática normatizada e corriqueira. Nesse bojo nascem novas legislações de proteção ambiental (SANTOS, 1994).

Esse capítulo pretende resgatar e argumentar em favor das afirmações levantadas acima. Assim como expor os principais mecanismos legais utilizados para a construção do espaço urbano atual. O entendimento da urbanização brasileira, assim como dos tratos com a natureza em uma lógica de mercado, resulta em uma necessidade legislatória que limite e regule tais tratos. Portanto, a exposição de tais mecanismos faz parte da construção lógica proposta, entendendo que o objetivo final é a agricultura urbana, que se encontra dentro do “guarda-chuva” da legislação urbana.

Vale ressaltar que de forma alguma o presente capítulo se presta a expor exaustivamente sobre o processo de urbanização e industrialização brasileira,

tampouco citar todas as legislações urbanas vigentes dentro do Brasil. O escopo é pontuar algumas das competências atribuídas às esferas governamentais e os principais mecanismos legais disponíveis para a produção do espaço urbano. Diante disso, estruturando as bases necessárias para os capítulos subsequentes, as quais serão resgatadas e melhor compreendidas para alguns pontos argumentativos de caminhos futuros para o espaço urbano, e mais especificamente, para a agricultura urbana. Com isso, o processo de urbanização ocorrido no Brasil indica um importante primeiro passo.

### 3.1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA

Considerando a história da humanidade, a urbanização é um fenômeno recente. Olhando para toda a história escrita, é possível observar que os seres humanos possuem uma historicidade agrícola. No Brasil, essa lógica se mostrou ainda presente por uma grande quantidade de tempo. O Brasil colonial era majoritariamente agrícola (SANTOS, 2018a).

Dentro do escopo brasileiro, analisar alguns fatos históricos se faz primordial. A partir da história conseguimos apreender nuances da complexa formação do espaço urbano brasileiro.

Já no período colonial havia algumas cidades de destaque no Brasil. Até o fim do período é possível observar a ascensão de cidades como São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Apenas estas cidades já eram atribuídas de cerca de 6% da população total brasileira. No final do século XVII já era possível perceber Salvador com mais de 100 mil habitantes (SANTOS, 2018a).

É importante salientar que a formação urbana como conhecemos hoje veio tempos depois, tardiamente. No período colonial era possível observar uma ambiguidade, não era possível classifica-la. Era uma contradição presente: a produção para a subsistência, mas também a produção para o mercado internacional (MARICATO, 1995).

Dessa forma, com a presente contradição, não é antes do final do século XIX em que a urbanização brasileira acelerar-se-á consideravelmente. A urbanização brasileira foi aumentando no final do século XIX e início do século XX, e sofre uma explosão sem igual no período após a Segunda Guerra Mundial, em conjunto ocorreu um elevado aumento da população absoluta do país. Como

evidenciado pelos dados estatísticos do quadro 1, a população absoluta passa por avanços consideráveis a cada um dos censos demográficos decenais.

Quadro 1 – População Brasileira – Censo Demográfico (Série temporal – 1872-2010)

<b>População brasileira (1872-2010)</b>	
1872	9.930.478
1890	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.191.370
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
2000	169.799.170
2010	190.755.798

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2020a.

Os apontamentos até o momento são evidenciados pelos dados do quadro 2, com a intensificação do aumento populacional pós 1940, com o incremento de aproximadamente 21% de população para a década de 1950, com posterior aumento de 26% para a década de 1960. Essas porcentagens mostram números altos ainda nas décadas seguintes, com 25% de 1960 a 1970 e 22% de 1970 para 1980. A tendência de aumento começa a ter um gradativo decaimento após esse período, com 19% de 1980 para 1991, 14% de 1991 para 2000 e 11% de 2000 para 2010.

Em conjunto com esse salto populacional, verifica-se o crescimento da população vivendo em espaço urbano. No entanto, o objetivo, por enquanto, é o entendimento desse crescimento demográfico urbano até a década de 40 do século XX. Essa escolha foi feita, pois denota a primeira fase do processo que o país passa de não ser mais um país pautado por sua composição ambígua, como anteriormente citada, mas em direção à identidade completamente envolvida pelas forças do modo de produção capitalista. O desejo era de que tivesse sido feito a leitura até 1930, mas nessa década não houve censo demográfico.

Quadro 2 – População brasileira residente em algumas das principais capitais (1872-1940)

Município	1872	1890	1900	1920	1940
Salvador (BA)	129.109	174.412	205.813	283.422	290.443
Rio de Janeiro (RJ)	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141
São Paulo (SP)	31.385	64.934	239.820	579.033	1.326.261
Cuiabá (MT)	35.987	17.815	34.393	33.678	54.394

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2020a.

O quadro 2 visa identificar a evolução do número de residentes urbanos nos principais aglomerados urbanos anteriores à explosão populacional que aconteceria nas décadas seguintes. Salvador demonstra pouco crescimento no período, tendo o aumento de sua população muito vinculado ao aumento da população urbana nas seguintes décadas. No entanto, é possível verificar a evolução rápida de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto Cuiabá se destaca por ter um comportamento diferenciado, com pouco crescimento e até uma diminuição na década de 1890.

Observa-se o grande crescimento das capitais escolhidas (as principais cidades da época) até a década 1940. Até 1930, pode-se dizer que a urbanização brasileira passou pelo seu primeiro grande crescimento, principalmente pela influência da instituição da lei de terras de 1850, na metade do século XIX. Nesse sentido, tudo mudou com essa lei, haja vista que as terras passaram por um processo de mercantilização. O sistema agrícola brasileiro passa a atender com maior afinco aos interesses de exportação. É por isso que a cidade do Rio de Janeiro passa pelo crescimento dramático como visto nos dados (MARICATO, 1995).

Mas é realmente a partir de 1940 que a inversão de população rural para urbana se dá. Desde a promulgação da lei de terras de 1850 até a década de 1930 pode-se perceber um crescimento na população urbana, mas ainda é tímida. Em 1950 a taxa de urbanização era cerca de 36%, enquanto em 1980 já alcançaria cerca de 68%, conforme o quadro 3 (SANTOS, 2018a).

Quadro 3 – População urbana e taxa de urbanização brasileira (1950-1980)

<b>População urbana e taxa de urbanização brasileira (1950-1980)</b>		
	<b>População urbana</b>	<b>Taxa de urbanização</b>
<b>1950</b>	18.782.891	36,16
<b>1960</b>	32.004.817	45,08
<b>1970</b>	52.904.744	55,98
<b>1980</b>	82.013.375	67,70

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2020a.

É a partir de meados do século XX, predominantemente, que ocorre o processo de urbanização brasileira (MARICATO, 2003). As cidades, buscando a modernização, colocam em prática um projeto de reforma urbanística que findou em segregação. Principalmente estratos populacionais com menor renda sofreram as consequências (MARICATO, 1995).

Nessa altura, é possível evidenciar-se o que entra em jogo: o Brasil, até a metade do século XIX poderia ser visto como um “[...] grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias” (SANTOS, 2018a, p. 29). No entanto, é a partir do quadrante final do século XIX, até a década de 1930, que se pode ver uma virada, uma considerável concentração estrutural nas proximidades de São Paulo, por meio da produção do café. Essa infraestrutura vai ser o que, por meio de novas políticas estadistas, culminará como base para o período pós década de 30, baseado na industrialização (o desenvolvimento de um mercado nacional industrial e uma maior integração entre si), depois que a crise cafeeira atinge o Brasil com forte impacto. A urbanização, em conjunto, também passa a se intensificar, de acordo com os dados estatísticos do quadro 3 (SANTOS, 2018a).

Destarte, tal processo supracitado entra em acelerada ascensão após a Segunda Guerra Mundial. É nessa intensificação que em mais de uma ocasião Milton Santos (2012; 2018a; 2018b) vai tratar sobre características específicas que os países subdesenvolvidos desenvolveram após o grande confronto mundial. Segundo o autor, é possível evidenciar algumas características do mercado mundial que foram crescentes nesse período, como por exemplo:

Internacionalização e multiplicação das trocas, preponderância da tecnologia e a concentração dela decorrente, solidariedade crescente entre os países (cooperação entre países industriais, domínio sobre os países subdesenvolvidos), modificações da estrutura e força de

consumo. O efeito demonstração, ou seja, a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos, tem um papel importante nos países subdesenvolvidos por contribuir para a atração dos homens pelas cidades, local de novas atividades; no entanto, não só as indústrias são aí raras como também, em todo caso, os empregos permanentes não são suficientes para atender à demanda. (SANTOS, 2012, p. 23)

A ser frisado, Santos (2012) constata nesse excerto que nos países subdesenvolvidos, o êxodo rural, em alguns casos, antecede à industrialização. As cidades só vão começar o processo de construir indústrias depois que uma grande parcela da população já está residindo em espaço urbano e se alocando eminentemente ao setor terciário. No caso do Brasil, já havia urbanização considerável anteriormente à Segunda Guerra Mundial, portanto, o país não escapa dessa lógica dos países subdesenvolvidos. “A urbanização fez-se de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária”. Ao menos em primeiro momento (SANTOS, 2012, p. 24).

A reflexão importante do autor nesse sentido, é que o Brasil, dentre outros países latinos, possui industrialização considerável, todavia, não escapa dessa narrada tendência subdesenvolvida, do êxodo rural estar conectado à fuga da miséria e busca da esperança, e não necessariamente ligada à industrialização, como em outros países desenvolvidos. Embora, em grande parte de fato o seja, também é importante levar em consideração que o Brasil é um país de dimensões continentais e encontra-se lógicas muito diferenciadas para cada região, principalmente nesse período onde o Brasil todo era um arquipélago desconexo, com tendências diferentes e pautadas por lógicas diferentes nas diversas regiões do país. (SANTOS, 2012).

Ainda, evidencia-se pelas considerações teóricas acerca das multiplicações de trocas, o avanço tecnológico e a internacionalização e reforço do consumo em correlação com o crescimento das cidades, faz-nos entender que o assunto diz respeito à expansão rápida e predatória do espaço abstrato dentro da sociedade. Além disso, a cidade passa a ser o *lócus* dessa expansão do espaço abstrato. A cidade passa a ser dominada pelas forças hegemônicas de poder, finanças, produção e reprodução. Consoante Milton Santos (2006b):

Os objetos técnicos, o espaço maquinizado, são *lócus* de ações "superiores", no sentido de sua superposição triunfante às forças

naturais, ações ditas superiores pela crença de que atribuem ao homem novos poderes – o maior, mesmo, nesse sentido, é o de poderem enfrentar a Natureza natural, ou a Natureza já socializada do período anterior. (SANTOS, 2006b, p. 145)

O autor exemplifica o que Lefebvre diria ser o domínio do espaço abstrato suplantando o espaço absoluto. Nessa continuidade, o modo de produção se coloca como ator principal do processo de produção do espaço urbano, a superestrutura vigente.

Com algumas ressalvas, constata-se que é observável, em certa medida, um paralelo entre urbanização e industrialização, e até mesmo de indicadores sociais. Tal afirmação possui fundamentação estatística com dados do IBGE (2020a), e faz parte da conclusão de Milton Santos (2018b) sobre o assunto. No entanto, como evidenciado pelo êxodo rural anterior à industrialização no caso do Brasil – visto nos dados das cidades como Rio de Janeiro, expostos anteriormente -, não são ocorrências cabalmente paralelas. No entanto, não é possível comparar diretamente os países que se industrializaram no início da Revolução Industrial, com os países subdesenvolvidos que contaram com a denominada industrialização tardia, mesmo que em ambos os casos, industrialização e urbanização estão relacionadas entre si (SANTOS, 2018b).

Por exemplo, uma característica diferenciadora que o autor verifica, é que “[...] o crescimento da população urbana é muito mais nítido e acelerado nos países subdesenvolvidos que nos países desenvolvidos” (SANTOS, 2012, p. 33). Essa leitura se mostra como um eminente problema urbano, consoante Cassilha e Cassilha (2012, p. 33):

A falta de controle pelas autoridades públicas, que é justamente quem deveria “zelar” pelo território, faz com que a velocidade da ocupação urbana produza em quase toda parte cidades indisciplinadas, desprovidas de infraestrutura básica como serviços públicos, principalmente os que dizem respeito à saúde, à educação e à segurança, que não conseguem atender às demandas.

Esse sentido é tomado pelo Brasil, que começa a mostrar cidades desordenadas, pois a partir da segunda metade do século XX (pós Segunda Guerra Mundial) observa-se a urbanização em rápida aceleração, como observado nos dados demográficos. Há um caminhar em direção ao esvaziamento do campo e um perceptível crescimento industrial (FIROOZMAND; COSTA, 2017). Na década de

1970 percebe-se mais de cinquenta por cento da população brasileira urbanizada. Com o crescimento constante, adentrando no século XXI, ultrapassando 80% de população urbana no país, como evidenciado na figura 1.

Figura 1 – Mapa de urbanização brasileira por município - 2010



Fonte: IBGE, 2020b

Dentro deste contexto, é verificado o desenvolvimento do Brasil em conjunto com o desenvolvimento do espaço urbano, que constitui parte fundamental do mesmo. Consoante Harvey (2013), o espaço, de forma geral, é ancorado no que o autor nomeia como o desenvolvimento geográfico desigual. Nesse processo, para ele, o desenvolvimento geográfico desigual é reproduzido mediante a circulação do

capital, que conforme o tempo produz (e depois reproduz) o espaço social e físico, desse modo, contradições exacerbadas surgem (HARVEY, 2013).

De acordo com Harvey (2013, p. 583), tem-se então:

[...] a reestruturação periódica da geografia das infraestruturas sociais em geral é realizada no decorrer de uma crise. A desvalorização específica do lugar do capital incorporado nas infraestruturas sociais, sem falar na destruição dos modos de vida tradicionais e de todas as formas de localismo construído em torno das instituições sociais e humanas, torna-se assim um dos elementos centrais da formação e resolução da crise no capitalismo.

É desse pressuposto, da lógica geográfica desigual das reproduções do capital, em que a construção do espaço urbano se pautará. O capitalismo é um elemento ativo, embora receba influências histórico-naturais, e não se prostra passivamente em relação às ditas influências. O desenvolvimento da economia de espaço está cercado de tendências contraditórias, que produzem enormes diferenciações enquanto tentam superar os seus próprios problemas. Enquanto circula o capital, cria suas próprias crises, e se reconstrói sob novas lógicas para superar as próprias crises, levando às novas crises. É nesse contexto que surge o espaço urbano (HARVEY, 2013).

Vê-se, portanto, o que ocorre dentro dos limites urbanos, como um dos exemplos, sendo o que Lefebvre (2002) expressa em relação ao que chama de implosão-explosão da cidade, emprestando o conceito da física nuclear. O que o autor indica, basicamente, é que surge, no contexto evidenciado, uma contradição entre a tendência de aglomeração nos centros das cidades, enquanto há, concomitantemente, outra tendência da cidade de se espalhar em direção às margens. Nas palavras do autor (LEFEBVRE, 2002, p. 26) há “[...] a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana”, ao mesmo tempo em que há “[...] a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc.)”.

Conforme Alves (2019, p. 118), ainda, se refere à produção de fenômenos como, por exemplo, as populações de baixa renda ocupando áreas tidas como ilegais, e por isso, sendo criminalizadas. Tal situação se encontra no cerne do que Sposito (2019) chama de centralidade e fragmentação socioespacial, uma análise

semelhante ao que Lefebvre descreve, porém mais focado na *urbe* brasileira. Nessa linha, a autora propõe que “Nos centros, em diferentes escalas, estariam os espaços onde os indicadores seriam os melhores, e nas periferias, também tomadas em diferentes escalas, seriam os ambientes em que os indicadores denotariam toda sorte de carências ou tipo de ausências” (2011, p. 132).

Há nas cidades, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições. Em última análise, é a própria segregação socioespacial e a fragmentação socioespacial que descartam e redefinem as centralidades de um espaço urbano. As decisões por políticas públicas tomadas pelas cidades são formadas a partir das condições desiguais, intencionando melhorar as estratégias territoriais (SPOSITO, 2019).

Contudo, esta não é a única tendência. A complexidade desse fenômeno descrito começa a se tornar ainda maior quando se percebe que, em metrópoles brasileiras, também são adotadas construções periféricas destinadas aos mais favorecidos, indo ao contrário da lógica da periferia destinada aos mais pobres. Ocorrem por motivos diferentes, num caso a autosegregação e no outro a segregação forçada, mas a velha dicotomia anteriormente citada entre centro-periferia deixa de ser a única lógica vigente, e a multiplicidade do espaço se faz presente. Como Sposito (2019, p. 141) diz, “a diferença prevalece sobre a desigualdade”.

Por outro lado, as diferenças não são parte do espaço vivido dessa periferia, visto que estas construções periféricas contraditórias são feitas a partir de muros que fecham a convivência exclusivamente ao perfil que as construções são destinadas. Esse processo é, basicamente, tornar terras antes desvalorizadas por estar em periferia, em terras com alto valor agregado. Negando ainda mais espaços para os mais pobres. É um processo de aprofundamento da desigualdade, em que as diferenças nem ao menos conseguem dialogar. Ainda mais por ser iniciativa própria, torna-se ainda mais profunda, devido às câmeras vigilantes, guaritas, muros, entre outros elementos (SPOSITO, 2019).

Concluindo, a cidade se fragmenta e com o tempo, transforma-se em diversos pedaços. Essa é a explosão na qual Lefebvre (2002) se referia, seguindo lógicas contraditórias, mas, de forma geral, obedecendo à lógica mundial do mercado. O espaço abstrato que traz a especulação imobiliária e possui impacto direto na formação da cidade. Então, na realidade, observamos na cidade o que

Haesbaert (2016) descreve como a multiterritorialidade. Na mesma lógica, em dizer que a cidade não é na verdade, desterritorializada, mas sofre, na verdade, uma explosão, é que o autor vai dizer que:

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de território não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial (HAESBAERT, 2006, p. 338)

Essa pontuação parece importante, pois enquanto há o crescimento da industrialização (e a cidade industrial) e em conjunto o aumento da urbanização, há o crescimento da pobreza e da segregação, uma complexidade que se organiza e reorganiza-se. Essa ocorrência decorre diretamente da dominação do espaço abstrato conforme o espaço urbano se produz e reproduz. Além disso, o espaço abstrato não demora em incorporar nas ruas a “[...] função simbólica, a função lúdica, a função informativa” (LEFEBVRE, 2002, p. 29).

Para o autor, pela dominação do espaço abstrato, o objetivo da rua é a desordem. Desse modo, utiliza-se de recursos complexos, dos espaços de representação e das representações do espaço como instrumento de dominação, de reprodução e exacerbam os limites dos planejamentos urbanos dos “[...] humanistas, dos promotores imobiliários, do Estado e dos tecnocratas”<sup>3</sup> (LEFEBVRE, 2002, p. 139). Para Lefebvre, o mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. Não obstante, é na rua que acontecem as mudanças, onde os signos se tornam rebeldes, escapando das instituições, e isso se dá pelo cotidiano, pelo espaço vivido (LEFEBVRE, 2002).

Outra discussão relevante a ser realizada é acerca das questões ambientais urbanas. As desigualdades se desdobram em questões ambientais. Muitas vezes as

---

<sup>3</sup> Para Lefebvre, os humanistas são aqueles planejadores urbanos “que visam à utopia”, os promotores imobiliários são aqueles que “vendem urbanismo”, ou seja, felicidade, “estilo de vida”, “status”. E os do Estado e dos tecnocratas são aqueles planejadores que “dissocia(m)-se em vontade e representação, em instituições e ideologias” (LEFEBVRE, 2002, p. 139).

ciências sociais acabam por aproximar o contexto de maneira equivocada. No caso do Brasil, Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 13) expressa que:

[...] a questão ambiental costuma ser vista como de ordem meramente técnica, alheia a qualquer discussão acerca dos fins pretendidos com a apropriação extensiva e intensiva do meio ambiente na escala em que hoje conhecemos. Tornou-se um pressuposto, notadamente a partir da difusão do ideário neoliberal verificada nos anos 1990, que as decisões tomadas “pelo mercado” se realizariam sempre com o máximo de racionalidade, qual seja, e com economia de meios, inclusive dos meios materiais do ambiente.

Analisando o que os autores nos trazem, percebe-se os problemas de dominação espacial exercidas pelo capital, mais ainda acentuados quando confiando de maneira cega pelo impessoal “mercado”, como se fosse um ser racional e pensante. O resultado dessa abordagem, de forma inevitável, é a manifestação de uma proteção ambiental desigual, ou o acesso aos recursos ambientais de maneira desigual. Esse modelo focado na gestão do mercado parece exacerbar ainda mais o segundo caso (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Esses processos, que perduram no Brasil, são extremamente prejudiciais no que diz respeito, por exemplo, às desconstruções dos modos capitalistas de exploração, como a agricultura familiar (inclusive urbana), pesca artesanal, entre outras atividades relacionadas ao lazer, à saúde, à subsistência, ou qualquer outro modo de vida que não seja o lucro. Sem visar uma produtividade financeira palpável, tais atividades são relegadas ao esquecimento e constantemente dominadas pelas atividades mais rentáveis e que buscam a maior produtividade possível. Isso exclui diversas atividades possíveis para os recursos ambientais, incluindo os menos predatórios à natureza.

A justiça ambiental, incluindo o espaço urbano, precisa se construir de um modo que as atividades econômicas tidas como prósperas não venham às custas das utilizações alternativas dos recursos ambientais, afastando-as e realocando-as como menos importantes (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Esses são problemas identificados em várias cidades brasileiras. É o caso, por exemplo, da Região metropolitana de Belém, no estado do Pará. Pelo mesmo caminho analítico trilhado, Steinbrenner, Brito e Castro (2020, p. 954) concluem que:

A prática de se alocarem instalações de esgoto e lixo em áreas habitadas por trabalhadores pobres, desprovidos e pertencentes a populações negras e de minorias étnicas não é recente. [...] Evidencia-se, assim, a reafirmação de uma estratégia de dominação pela sujeição do controle pela desclassificação do outro, tornado "coisa", descartável, passível de ser destinado a lugares "inadmissíveis" ao desenvolvimento do humano, como a cena crescente de populações mais pobres e vulneráveis nos chamados aglomerados subnormais das periferias metropolitanas, como a do Lixão de Marituba.

O exemplo dos lixões envolve as relações ambientais, mas não só isso, as relações ambientais dentro da cidade, o grande foco da discussão presente. Fica estabelecido, portanto, que aquele mesmo processo de implosão-explosão da cidade também engendra nas problemáticas ambientais a mesma contradição.

No mais, ao longo da história das políticas brasileiras surgiram diversas legislações em prol da preservação dos recursos ambientais. Como, por exemplo, desde a previsão do Código Civil de 1916 sugerindo a preservação de recursos do meio ambiente. Logo seguido pelo Código Florestal, de 1923. Ao longo do tempo as legislações foram tomando forma mais robusta, principalmente sob discussões mundiais relevantes sobre a temática, revisões foram sendo realizadas e as leis vigentes passando por reformulações ou atualizações completas (CASSILHA; CASSILHA, 2012).

Importantes discussões ocorreram pelo século XX, e perduram no século XXI sobre a temática, em grande parte presididas pelas Nações Unidas. Tais discussões culminaram na agenda 21 (na Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas – Rio 92), consolidando uma ideia de desenvolvimento sustentável e equidade no acesso aos recursos. Esse ponto foi atingido teoricamente após diversas discussões mundiais e declarações, como a Declaração de Estocolmo (IPHAN, 1972), até as discussões mais recentes, como o Rio+20. Esse processo influenciou as muitas legislações mundiais acerca do meio ambiente. O Brasil conta com uma das legislações destaque do mundo, sendo, inclusive, referência (GANEM, 2012).

Certamente, as elucubrações teóricas apresentadas são insuficientes para tratar da complexidade existente na *urbe* e suas iminentes contradições. Sem dúvida, há muito a ser explorado, mas algumas partes das dinâmicas urbanas foram levantadas. Nesse caminho, alguns dos problemas, a saber, a especulação imobiliária, o crescimento desordenado, a segregação socioespacial, o fenômeno da

implosão-explosão, a fragmentação espacial, o degrading do meio ambiente, entre outros não citados, exigem que as políticas públicas sigam algum sentido. Qual é o sentido tomado pelas instituições brasileiras? Como esse processo descrito moldou as leis brasileiras?

### 3.2 AS LEGISLAÇÕES URBANAS E O SEU PAPEL NO BRASIL

Por certo, há aparatos institucionais que contribuem para a manutenção das injustiças e problemas levantados no espaço urbano. O neoliberalismo no espaço urbano baseia-se numa lógica financeira para a produção do urbano, levando a gentrificação da população. Porém, não é apenas o “mercado” que realiza o seu papel. A proeminência do Estado se faz presente no contexto, é um agente diretamente ativo na produção espacial (MAGALHÃES, 2015).

O Estado e o capital parecem caminhar em conjunto, em uma simbiose avassaladora. Nesse processo, teremos a partir destes personagens ativos na realidade a apropriação, expropriação, exploração e ordenação do espaço (ALVES, 2015).

Contraditoriamente a isso, é o homem, no espaço vivido, que produz o espaço, produz a cidade, que vive a cidade. Exposta a tensão dialética explícita no urbano, pode-se perceber, então, que o direito à cidade dessas pessoas é de suma importância, pois não é algo pautado na alienação e exploração, mas no vivido. Veja como Ribeiro (2012, p. 73) expõe essa questão:

A evolução do planejamento urbano se inter-relaciona com o surgimento e posituação do direito à cidade, bem como de outros institutos como a função social da propriedade e da própria cidade, trazidos ao ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição de 1988.

De acordo com o autor, o planejamento urbano começa a se desenvolver substancialmente conforme o direito à cidade entra em discussão. Além do direito à cidade, ainda há a presença de outros fatores que começaram a ser mais discutidos em âmbito acadêmico-teórico, como a função social da propriedade, e até a função social da cidade em si. Mas estes conceitos intrínsecos ao direito à cidade esperarão até um momento posterior. O direito à cidade é o cerne atual da discussão, e debruçar-se-á sobre ela por ora.

Tavolari (2016, p. 95) “[...] defende que Lefebvre teria sido o primeiro a mostrar ao marxismo o caminho de volta à cidade, numa série de livros sobre o urbano inaugurada por *Le Droit à la ville*”. Essa obra que (re)inaugura a discussão traz à luz as tensões do urbano discutidas anteriormente, lançando hipóteses ousadas sobre o entendimento vigente da cidade, desvinculando-a meramente à industrialização, dentre outras propostas, como a questão da socialização da cidade.

Tal concepção de direito à cidade envolve a possibilidade de emancipação pelo direito à cidade. A partir daí, tal conceito seria amadurecido e sido desenvolvido por autores renomados posteriores (TAVOLARI, 2016).

Basicamente, Lefebvre (2001) urge que a cidade, passando por reformas urbanas e planejamentos eficazes, supere as contradições levantadas durante o subcapítulo anterior. Por esse caminho, diz que “Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. A integração sem ela não tem sentido, e a desintegração continuará, sob a máscara e a nostalgia da integração” (LEFEBVRE, 2001, p. 113).

A leitura de Jacobi (1986, p. 22) é resumida em “Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro”. Detalhe que essa leitura se encontrava em efervescência em 1986, momento imediatamente anterior à constituição de 1988.

A elucubração sobre o direito à cidade caminha por contribuir ao desenvolvimento do planejamento urbano de sobremaneira que é difícil desvencilhar os modelos brasileiros desse ponto de partida, mas a discussão sobre a possibilidade de uma reforma urbana já remonta de momentos anteriores, não obstante, diversas correntes aparecem no Brasil, arrogando possuir o melhor procedimento para lidar com o planejamento urbano, como, por exemplo, o urbanismo sanitário. É fato que, no Brasil, é *sine qua non* às legislações da constituição de 1988 em diante as questões do direito à cidade e de gestão democrática, porém, a esperada democratização do acesso aos recursos urbanos, da redução das tensões e desigualdades não se concretizaram no caso brasileiro, mas as discussões se encontram em pauta amparadas por legislação e se desenvolveu ao passar do tempo (GAIO, 2015).

Anteriormente já era possível observar alguns passos em direção à cobiçada reforma urbana, com o desejo utópico - como Lefebvre (2001) propõe, quem não é

utópico nos dias atuais? - de superar as contradições e desigualdades intrínsecas a *urbe* surgem diversas leis. Como, por exemplo, a Carta de Embu produzida na década de 1970, e ainda na mesma década o Anteprojeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, que já mostrava indícios de ideais coletivistas, entregue ao poder público na década posterior, em 1982. Mas a concentração reflexiva no presente momento dar-se-á posteriormente à constituição de 1988 (GAIO, 2015).

Várias mudanças foram propostas posteriormente à tramitação do Anteprojeto de Lei de Desenvolvimento Urbano, contestações levantadas principalmente pelo mercado imobiliário trouxeram alguns retrocessos. Um deles, a saber, levou à centralização da gestão urbanística em direção às esferas municipais de governo (GAIO, 2015).

Tal desdobramento trouxe uma consequência considerável, após a constituição de 1988 houve pela primeira vez na história do Brasil a necessidade de uma lei orgânica municipal.

Isso é verificado pelo artigo 29, conforme segue:

O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos (BRASIL, 1988, art. 29)

Esse excerto mostra quais seriam os mecanismos de regimento do município dali em diante. O artigo 30, por sua vez, evidencia a competência dos municípios:

Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; [...]

- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (BRASIL, 1988, art. 30)

Destaque para o inciso VIII que diz respeito ao planejamento urbano e ordenamento territorial, que fica sob custódia dos municípios, além de garantir alguns direitos essenciais para a população. Os aspectos legislatórios ficaram sob a incumbência dos cargos regulamentados no artigo 29 e seus incisos. O artigo seguinte, 31, ainda diz respeito às atribuições relacionadas aos municípios e discorre sobre fiscalização (BRASIL, 1988).

Outro momento em que a constituição trabalha com a temática urbana se mostra na seção “política urbana” registrando os artigos 182 e 183, a saber:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. [..]

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (BRASIL, 1988, art. 182 e 183)

Os respectivos incisos e parágrafos foram omitidos, com o objetivo de compreender a essência da discussão. O artigo 182, por exemplo, institui a necessidade do plano diretor - que viria a configurar um instrumento do futuro Estatuto da Cidade – Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 - para cidades com número de habitantes maior do que vinte mil, entre outros critérios, como um instrumento básico exigido pela lei federal. No entanto, a grande parte das incumbências foram postas na nova esfera governamental incluída – a dos municípios.

Destarte, é possível observar alguns princípios coletivistas e apontando ao direito à cidade na redação dos artigos referentes às políticas urbanas.

Além dos pontos ressaltados, uma grande inovação perceptível foi a democratização da cidade por meio da chamada gestão democrática, ou seja, a participação popular nas decisões locais/municipais. Certamente essa gestão

participativa da cidade enfrenta diversos desafios, mas continua em vigor (CASSILHA; CASSILHA, 2012).

A partir dos postulados presentes no artigo 182 e 183 da Constituição de 1988, surge a inovação do Estatuto da Cidade, com a lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001). Nesse sentido, debruçar-se-á em quais caminhos a lei tomou e seus principais objetivos, estratégias e postulados em relação ao planejamento das cidades.

### 3.3 O ESTATUTO DA CIDADE E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

O parágrafo único do primeiro artigo da lei federal 10.257/2001 evidencia o objetivo do documento: “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001, art. 1).

Com isso, o viés do coletivo e pensamentos relacionados ao direito à cidade se tornam claros, buscando regular a função social da própria cidade e a função social da propriedade privada, entre outras discussões com relação ao acesso à cidade, buscando, em tese, o interesse social. Veja, por exemplo, como é previsto pela lei, por meio do artigo 43, princípios mínimos para a gestão democrática da cidade:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:  
I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;  
II – debates, audiências e consultas públicas;  
III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;  
IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (BRASIL, 2001, art. 43)

Como visto, o Estatuto da Cidade representa um grande avanço na democratização da cidade, no entanto, é evidente que o seu pleno funcionamento na realidade não atinge a perfeição. Como o Estatuto diz respeito a um dispositivo legal, precisa ser aprimorado constantemente, tanto na própria utilização dos seus instrumentos quanto na mobilização dos atores envolvidos para que o documento tome um rumo factível em direção à práxis. Como Villaça (1999) coloca a

participação popular nas discussões acerca dos instrumentais urbanísticos muito escassos, e a tendência é que a *urbe* se mostre dominada pelo que foi conceituado, no presente trabalho, como espaço abstrato.

No entanto, Villaça (1999, p. 240) reconhece que “O Estatuto da Cidade [...] é uma frente, talvez a mais importante, pois dela depende muito da futura credibilidade de eventuais planos diretores. Os movimentos populares setoriais [...] são outra, e o plano diretor será uma terceira frente”. Evidencia, portanto, a importância dos movimentos sociais para a concretização de tais instrumentais previstos por lei, e, por isso, superando as quatro paredes das secretarias municipais.

Um dos aspectos mais importantes do Estatuto da Cidade é constituído por seu instrumental de aplicação à realidade, os chamados instrumentos de política urbana. Para a utilização desses instrumentos, é prevista uma ferramenta poderosa, o Plano Diretor Municipal. Em relação ao plano diretor municipal, o Estatuto esclarece um ponto teórico fundamental: qual é a visão quanto à função social da propriedade urbana? Ou, ainda, qual é a função social da cidade? O artigo 2 responde essas questões apresentando compreensão das prerrogativas presentes na legislação brasileira, no que se refere as diretrizes básicas da função social da propriedade e a função social da própria cidade. Assim sendo, essas incumbências são responsabilidades atribuídas e delegadas aos planos diretores.

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental;
- h) a exposição da população a riscos de desastres. [...]

VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI – recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV – simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

XVII - estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais. [...]

XVIII - tratamento prioritário às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento. [...]

XIX – garantia de condições condignas de acessibilidade, utilização e conforto nas dependências internas das edificações urbanas, inclusive nas destinadas à moradia e ao serviço dos trabalhadores domésticos, observados requisitos mínimos de dimensionamento, ventilação, iluminação, ergonomia, privacidade e qualidade dos materiais empregados. [...] (BRASIL, 2001, artigo 2)

Dentro do Estatuto ainda existem a presença de muitos outros instrumentos. Eles estão listados e definidos pelo Estatuto da Cidade no capítulo 2. Esses instrumentos mostram possibilidades interessantes para a indução do desenvolvimento do município, do financeiro da política urbana, da gestão democrática, da regularização fundiária, dos institutos jurídicos e políticos, além de alguns instrumentos preocupadas com a relação ao impacto ambiental e o impacto na vizinhança (BRASIL, 2001).

Como instrumento básico regulador e aplicador da política urbana, o Plano Diretor é que vai instituir os destinos em que esses instrumentos vão ser gerados. Levando em consideração, como já vimos em momentos anteriores, que a cidade se encontra em constante mutação devido à vivência cotidiana, as sucessivas relações sociais e é formada, principalmente, por pessoas, e é necessário que esse plano seja revisto constantemente. Se o município muda tão depressa, é necessário que mudanças constantes ocorram tanto nas discussões entre os agentes sociais da cidade, o poder público e o poder privado quanto em revisões no Plano Diretor, como é previsto pelo parágrafo 3 do artigo 40 do Estatuto da Cidade: “A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos”.

Sobre o Plano Diretor, cabe defini-lo como o documento que apresenta as regras orientadoras ao município, regulando tanto a ação dos construtores (fisicamente) da cidade quanto dos agentes que utilizam a cidade. O grande objetivo não é apenas garantir a resolução dos problemas da cidade, mas instituir um planejamento futuro (CASSILHA; CASSILHA, 2012). Basicamente, garantir a função social da cidade e da propriedade urbana, assim como descrito pela longa citação do artigo 2 do Estatuto da Cidade.

Então, para levar adiante a produção desse instrumento tão fundamental às cidades (sem perder de vista que não é qualquer cidade que conta com um plano

diretor, há requisitos determinados por Leis<sup>4</sup>), o plano é elaborado estabelecendo um diagnóstico municipal sobre a situação local, então formulando uma proposta, que posteriormente precisa ser votada e aceita pela câmara dos vereadores. Nesse sentido, pelo plano diretor como instrumento básico, teremos as regulações e aplicações à realidade local, traçando metas e objetivos, e, por isso, utilizando-se dos devidos instrumentais estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, e criando próprios mecanismos locais.

Concluindo, os municípios contam com poderosos recursos para a democratização da cidade, a gestão democrática, a fomentação do direito à cidade, entre outras possibilidades de interesse social. No entanto, o recorte do presente trabalho diz respeito à agricultura urbana. Dentro do espaço urbano, qual é a possibilidade da agricultura, que, na verdade, parece ser uma atividade tão distante dos usos convencionais da *urbe*? Quais instrumentos, previstos pelo Estatuto da Cidade possibilitariam a existência deste tipo de atividade? Essa atividade possui precedentes? Qual é a situação desse tipo de atividade em outros países? Possui aspectos positivos? Bem, para começar essa discussão é necessário estabelecer em primeiro lugar o que é, de fato, a agricultura urbana. E é este o caminho que será trilhado no próximo capítulo.

---

<sup>4</sup> No caso do Paraná, houve a implantação de um decreto estadual determinando que todos os municípios paranaenses deveriam formular um PDM, caso quisessem elegibilidade para a realização de empréstimos no SFM. Ou seja, uma virtual obrigação para que os municípios realizassem o PDM. (PARANÁ, 2006)

#### 4 O CONCEITO DE AGRICULTURA URBANA

A proposta deste capítulo é o afinamento do recorte temático. Se o início foi tratado sobre a produção do espaço como um todo, o caminho permeia desde os processos de urbanização brasileira e suas legislações até o recorte foco da pesquisa, a agricultura urbana em si. Antes de mergulhar no conceito de agricultura urbana, algumas considerações introdutórias pertinentes mostram-se relevantes.

Para início de discussão, sabe-se que a agricultura possui uma história longínqua, desde quando os humanos começaram a pensar em domesticar animais e plantas e a não continuar a serem nômades. Esta é a origem da agricultura (MICHELLON, 2016).

O início da agricultura, portanto, surge com a vontade do homem de se instalar em um lugar específico e, para isso, foi necessário que o homem aprendesse a manejar animais e plantas. Nesse sentido, é possível afirmar que a agricultura e a pecuária aparecem na história em um momento de fixação do homem, ou seja, com a formação das primeiras cidades.

Como visto no capítulo anterior, a cidade não é um fenômeno recente. O que acontece é uma ressignificação do que é ser cidade, principalmente após os períodos industriais, onde a sociedade, de forma geral, passa a protagonizar o processo de urbanização de forma intensa. De certa forma, observa-se uma forte correlação entre a urbanização e a industrialização. Mas isso não esgota a complexidade da presença das cidades na história.

Na verdade, as cidades aparecem milênios antes da industrialização sequer ser concebida e muitas vezes estavam conectadas aos processos da agricultura, pois a necessidade de alimentar a população urbana fez com que a agricultura sempre tenha estado presente e oferecendo o suporte necessário para que a vivência urbana se torne possível, desse modo, isso é válido até os dias atuais.

É certo que essa prática agrícola sofre diversas transformações conforme a humanidade deixa de ser essencialmente agrária, mais especificamente quando a vasta maioria da população deixa de trabalhar em relação ao cultivo da terra. Assumindo esse sentido, observa-se paradoxalmente, na atualidade, a agricultura encontrando-se em tensão com o ambiente urbano, mantendo-se em áreas afastadas e aproximando-se das cidades em ocasiões específicas. É nesse escopo

que se encontra a discussão da agricultura urbana, mas o que esse conceito significa, afinal?

#### 4.1 O QUE É AGRICULTURA URBANA?

A fase da pré-história da humanidade foi marcada por uma decisão: há aproximadamente 10 mil anos atrás a população, que era cerca de 10 milhões de pessoas, composta por maioria de caçadores e coletores nômades, se viram com uma escassez de recursos naturais e, diante desse cenário, uma parte da população resolveu se estabelecer em um local fixo, criando animais e cultivando a terra por meio de técnica agrícola primitiva. Essa fase é conhecida como uma revolução agrícola, na verdade, a primeira delas. Essa decisão levou ao crescimento da população, à melhoria da qualidade de vida e, por fim, ao aumento da complexidade do relacionamento entre os indivíduos pertencentes a esses espaços fixos (BAPTISTA, 2010).

Durante milênios começa a se pensar, assim como colocar em prática, “melhorias” consideráveis para a agricultura, principalmente em relação à produtividade, em suas multiformes apresentações. Quando ocorre a ascensão em um cenário mundial do sistema conhecido como capitalismo, já discutido no presente trabalho, e suas consequências, é possível observar implicações como a revolução industrial impactando a sociedade. Isso foi um marco histórico para a agricultura com a vinda da modernidade e melhorias tecnológicas, que marca como a Segunda Revolução Agrícola no final do Século XIX. E após a II Guerra Mundial, temos a conhecida "modernização agrícola", com a mecanização do campo, que culminou na Terceira Revolução Agrícola (ou Revolução Verde). As mudanças continuam até os dias atuais, mas ainda não se tem um consenso acadêmico quanto o que seria exatamente a "Quarta Revolução Agrícola" (MICHELLON, 2016).

É possível vislumbrar este cenário da agricultura como um todo, atentando-se aos desdobramentos que revoluções deste porte trazem. Temos como exemplo: substituição da mão de obra no campo para uma mecanização, ou seja, migração em massa para espaços urbanos, degradação do meio ambiente, utilização de agrotóxicos (melhorias tecnológicas), entre outros fatores. Permeando nesse escopo, surge uma alternativa interessante, se instituindo também como uma

vertente da *agroecologia*<sup>5</sup>, que seria a agricultura urbana e periurbana (MICHELLON, 2016). Muitos dos efeitos relatados apareceram na discussão sobre o processo de urbanização recente ocorrido no Brasil. Teixeira (2016, p. 13) aponta que:

O desenvolvimento da agricultura urbana é frequentemente associado a estratégias de planejamento sustentável, uma vez que permite preservar as áreas verdes na cidade, assegurando um agregado de funções ecológicas em meio urbano e, ainda, funções de estadia e de recreio.

É por isso que os autores findarão na correlação entre agroecologia e agricultura urbana. Nem sempre as práticas serão confluentes, mas podem representar uma boa parcela da agricultura praticada em ambiente urbano.

Mas, afinal, o que é a agricultura urbana? Bem, um esboço já foi realizado com os apontamentos anteriores, mas pode-se começar com uma definição mais enxuta, pontuando o principal cerne de suas práticas. Em primeiro lugar, essa prática agrícola seria desempenhada em ambiente urbana, invariavelmente. Também pode haver casos onde ocorrem nas margens do ambiente urbano, o que seria classificado como uma agricultura periurbana. Dentre essas características, é possível salientar diversas tipologias desse tipo de agricultura específica no ambiente urbano. Dentre tais tipologias, pode-se pontuar as hortas urbanas (comunitárias ou não), cultivos de quintais, práticas agrícolas medicinais, pequenos cultivos em canteiros e gramados, apropriação de espaços e lotes vazios para o cultivo, cultivos em terraços e varandas ou até mesmo a própria arborização urbana. Dentre as atividades citadas, todas elas possuem em comum o *locus* de produção: a cidade (TEIXEIRA, 2016).

Outro fator a se considerar é levantado por Almeida (2015), que discorre acerca da distinção entre o enfoque dado à agricultura urbana em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Isso disserta, especificamente, sobre às principais utilizações desse tipo de agricultura. Enquanto no primeiro a agricultura urbana está associada com a “[...] segurança alimentar da população urbana, o bem-estar social, a melhoria das condições sociais nas cidades”, (ALMEIDA, 2015, p.

---

<sup>5</sup> De acordo com Leff (2002), a Agroecologia foi definida como um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo.

420) no segundo está associada com o “[...] fornecimento de alimentos e combate à fome, como um meio de vida e uma ferramenta de superação da pobreza” (ALMEIDA, 2015, p. 420). Para Teixeira (2016, p. 25) cabe destacar outra questão importante que a agricultura urbana pode desempenhar na sociedade, ou seja, “[...] a população urbana anseia por um espaço verde, e não só contemplá-lo.”

Não é por acaso, portanto, que um conceito mais estruturado sistematicamente foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2006, de acordo com Santandreu e Lovo (2007, p. 10) consta o seguinte:

A AUP (Agricultura Urbana e Periurbana) é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso das tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida da população e para a sustentabilidade das cidades.

Com esta conceituação pode-se vislumbrar uma definição concisa, que surge a partir de diversas discussões acadêmicas internacionais que vinham se estruturando, buscando referências em alguns autores, como por exemplo, Mougeot (2000), que com sua obra procura conceituar historicamente a chamada AU (Urban Agriculture ou Agricultura Urbana) em seus escritos. Obviamente, Mougeot proporciona diversos aprofundamentos, entrando em méritos como os tipos de atividades econômicas, nos quais entram no perfil da Agricultura Urbana, distinção espacial de intraurbano e periurbano, categorias dos produtos orgânicos e não orgânicos produzidos, tipos de sistemas produtivos comuns, destinação dos produtos e escalas de produção. Embora discorra em sua obra sobre os aspectos citados e mais alguns, aprofundando a definição, ainda admite em sua conclusão

que a definição precisa ser mais desenvolvida (MOUGEOT, 2000). O caráter multiforme da agricultura urbana torna a conceituação complexa.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que as definições já sofreram alguns tipos de evoluções conforme o tempo, como pode-se perceber na literatura de Soulard, geógrafo francês. O autor começa a colocar em quadro nas discussões outros parâmetros, como, por exemplo, a crescente discussão a respeito da discussão do espaço urbano tido como "cidade sustentável" e como a agricultura urbana tomaria posse de um viés de sustentabilidade e ocupação de espaços abertos no território urbano, de modo a utilizar o que não está sendo utilizado, como os vazios urbanos. (SOULARD; AUBRY, 2011).

É nesse espectro também que há os aspectos, aparentemente paradoxais, que de um lado a AU está visando se empossar de espaços vazios no espaço urbano, enquanto por outro lado temos, muitas vezes, espaços destinados à agricultura urbana sendo apropriados pela expansão urbana, especulação imobiliária e urbanização desenfreada (MARGETIC; SOULARD; VALETE, 2011).

Esta seria uma visão mais recente de como estaria a discussão da conceituação de AU, lidando com seus desdobramentos paisagísticos e no planejamento urbano, e caminhando diretamente agora com diretrizes mais sustentáveis e com qualidade assegurada e contenção do uso de componentes químicos, de modo que venha a suprir necessidades locais, entre outras variáveis, mas não excluindo comercialização, por exemplo. Como visto, e sem coincidências, pois a reflexão é levantada por um francês, essa visão é mais presente em países desenvolvidos do que em países com menores índices de desenvolvimento (MARGETIC; SOULARD; VALETE, 2011). É válido perceber como as discussões sobre a AU mais recentes concebem além da mera produção de alimentos, uma visão mais restrita que permeou no passado, mas que agora possui uma presença maior por meio da multidimensionalidade do conceito.

Por fim, para exemplificar algumas diferenças entre uma prática estritamente urbana e uma prática mais periférica, em ambiente periurbano pode-se elencar algumas características, pois essa diferença não se dá exclusivamente pelo espaço onde ocorre o emprego da cultura. A saber: enquanto falamos de intraurbano, está mais presente um emprego de horticultura, arboricultura, horticultura, viticultura, quando especificando produção agrícola. Quando falamos de agricultura periurbana na produção, em generalização, é mais voltada à produção de cereais, enquanto na

pecuária expande para bovinos, aves domésticas, ovelhas, cabras. Nesse sentido, é importante salientar que ambos os tipos de cultivo possuem um perfil de menores estruturas operacionais, contando com menores porções de terras (SOULARD; THAREAU, 2009). Infere-se, em grande parte, que o tamanho do espaço disponível incide diretamente na escolha do tipo de agricultura que será empregada, com o espaço periurbano possibilitando algumas alternativas a mais, além de possuírem normas menos rígidas, na maioria dos casos. No caso da pecuária em espaço intraurbano, por exemplo, em muitas ocasiões seriam práticas contrárias à legislação municipal.

Importa frisar que a AU não é uma panaceia para os problemas urbanos, enquanto mostra contribuições positivas e deve ser discutindo, a resolução utópica das tensões urbanas não virão por meio dessa prática. Mesmo assim, o movimento para essa ação é global, e a paisagem urbana do mundo conta, cada vez mais, com a presença desse tipo de atividade agrícola em suas diversas manifestações (MELLO, 2019).

No Brasil, as regulamentações da prática da agricultura urbana foram surgindo mais comumente no final do século XX e início do século XXI. O quadro 4 expõe exatamente os marcos legislatórios percebidos nos municípios brasileiros:

Quadro 4 – Marcos legislatórios em relação à agricultura urbana no Brasil

<b>Município / Estado</b>	<b>Nº Lei/Decreto</b>
Belo Horizonte/MG	Lei Nº 6.352, de 15/07/1993
Brasília/DF	Lei Nº 3.495, de 15/08/1994
Belo Horizonte/MG	Lei Nº 7.165, de 27/08/1996
Campinas/SP	Lei Nº 9.549, de 10/12/1997
Brasília/DF	Lei Nº 9.795, de 27/04/1999
Campinas/SP	Lei Nº 1.395, de 23/10/2002
Campinas/SP	Decreto Nº 14.288, de 11/04/2003
Curitiba/PR	Decreto Nº 992, de 15/10/2003
Governador Valadares/MG	Lei Nº 5.265, de 29/12/2003
São Paulo/SP	Lei Nº 13.727, de 12/01/2004
Governador Valadares/MG	Lei Nº 5.439, de 18/05/2005
Viçosa/MG	Lei Nº 1.715 de 20/12/2005
Minas Gerais/MG	Lei Nº 15.973, de 12/01/2006
Ananindeua/PA	Lei Nº 2.224, de 16/06/2006
Brasília/DF	Lei Nº 11.346, de 15/09/2006
Maracanaú/CE	Lei Nº 1.157, de 20/12/2006
Minas Gerais/MG	Decreto Nº 44.720, de 12/02/2008
Guarulhos/SP	Lei Nº 6.426, de 01/10/2008
Apiacás/MG	Lei Nº 614/2009
Goiânia/GO	Lei Nº 16.476, de 10/02/2009
Contagem/MG	Lei Nº 4.276, de 15/07/2009
Ribeirão Branco/SP	Lei Nº 26, de 25/09/2009
Belo Horizonte/MG	Lei Nº 9.969, de 20/07/2010
Brasília/DF	Lei Nº 7.272, de 25/08/2010
Campinas/SP	Lei Nº 11.396, de 23/10/2010
São Paulo/SP	Decreto Nº 51.801/10
Belo Horizonte/MG	Lei Nº 10.255, de 13/09/2011
João Pessoa/PB	Lei Nº 12.515, de 21/02/2013
Minas Gerais/MG	Lei Nº 21.146, de 14/01/2014

Fonte: FREDDI et al., 2014

O quadro 4 denota a jovialidade das legislações em relação à agricultura urbana no Brasil. Os principais municípios remontam de legislações com cerca de duas décadas de existência (FREDDI et al., 2014).

Além disso, ainda é possível perceber que grande parte dos marcos iniciais legislatórios estão presentes em municípios da Região Sudeste. Em 20 dos 29 casos, as criações ou mudanças na legislação em relação às hortas urbanas ocorreram em cidades da região, ou seja, 67,8% localizado na região sudeste, destaque para o estado de Minas Gerais que teve até legislação estadual sobre o tema logo no início das primeiras promulgações a nível nacional. No entanto, também é possível perceber que todas as regiões brasileiras consideradas pelo IBGE estão representadas. Observa-se a Região Norte com Ananindeua (Pará), a Região Nordeste com Maracanaú (Ceará) e João Pessoa (Paraíba), a Região Centro-oeste com Brasília (Distrito Federal) e Goiânia (Goiás) e, por fim, a Região Sul com Curitiba (Paraná). Ou seja, por meio dos marcos legais pode-se perceber que as cidades que contam com a presença e preocupação em relação à AU estão espalhadas pelo Brasil todo, um país de dimensão continental.

Os municípios que contam com as leis mais antigas, também são os municípios que possuem os programas de hortas urbanas mais avançados, como é percebido em Belo Horizonte, Campinas e Brasília, que não tiveram apenas uma lei sobre o assunto, mas várias mudanças também, denotando preocupação com o assunto.

Os dados dizem respeito às atividades legais, infere-se que a prática existe em muitos municípios por todas as regiões do país, porém sem a regulamentação devida, conforme os dados de 2014. Londrina, por exemplo, que é recorte espacial da presente pesquisa, teve legislação aprovada posteriormente, em 2017. Essa presença mista delinea a necessidade de se levantar a temática considerando o Brasil como um todo.

Dentre as tipologias encontradas no escopo da AU, o foco do presente estudo dar-se-á nas hortas urbanas comunitárias. O interesse é que, a partir de lentes lefebvrianas da realidade, seja possível analisar o contexto coletivo e social da produção do espaço urbano por meio das hortas, que sendo comunitárias, envolvem diversos atores em sua construção.

As hortas urbanas são datadas nas proximidades do século XVIII, na Inglaterra. Contam com um aparecimento muito associado ao processo de êxodo

rural ocorrido na Inglaterra nesse século, devido ao acontecimento da Primeira Revolução Industrial. Conforme o progressivo crescimento da população urbana ocorreu, o crescimento das hortas foi perceptível. No decorrer dos séculos pode-se observar, especificamente nos países desenvolvidos, vários programas governamentais voltados para o estímulo do cultivo de hortas urbanas, especialmente para conter as questões relacionadas à escassez alimentícia devido às guerras mundiais. A formação das denominadas cidades-jardim<sup>6</sup> é um exemplo de influência que esse movimento impôs à arquitetura e urbanismo. Depois desse período entre guerras (primeira e segunda guerra mundial) houve uma mudança de foco, com as hortas urbanas estarem mais vinculadas a uma procura por cidades mais sustentáveis (TEIXEIRA, 2016).

O recorte espacial desta pesquisa é o município de Londrina e suas respectivas hortas urbanas, mas antes disso, uma breve análise de hortas urbanas comunitárias em âmbito mundial (com foco em países desenvolvidos, mas não exclusivo) e hortas nacionais (brasileiras) será realizada.

#### 4.2 ALGUNS EXEMPLOS DE HORTAS URBANAS NO MUNDO

Dentre as manifestações das hortas urbanas, pode-se perceber que algumas práticas são mais comuns e é possível delinear um padrão nos aspectos em que esse tipo de atividade proporciona para as nações. Pode-se perceber, por exemplo, que muitas vezes as atividades referentes às hortas urbanas constituem a função basilar de produção de alimentos para autoconsumo. Mas existem diversos outros intentos para as hortas, como, a saber: intentos terapêuticos, médicos, escolares, de bem-estar, para transmissão cultural e de melhorar a condição de vida das pessoas pobres. Portanto, diversos fatores positivos podem ser extraídos da prática das hortas (BOUKHARAEVA et al., 2005). Por outro lado, uma preocupação constante em relação às hortas urbanas é a sua proximidade com focos de poluição dentro dos centros urbanos, colocando em risco a qualidade dos produtos da horta e estendendo esse risco aos produtores e consumidores (TEIXEIRA, 2016).

---

<sup>6</sup> O conceito de cidade jardim pode ser resumido em “[...] um esquema teórico de uma cidade autônoma, de gestão comunitária, de dimensão limitada por extensa faixa agrícola que a circundava e que, caracterizada por altas taxas de áreas verdes, seria uma alternativa para o caos e decadência urbanos da Inglaterra do final do século XIX”. (REGO, 2001, p. 1569)

Segundo Bizerra (2016, p. 32), as hortas podem ser de cunho individual ou de cunho coletivo, desejando um objetivo comum. O foco dar-se-á às hortas urbanas coletivas, ou seja, comunitárias. Portanto, essas hortas urbanas comunitárias (HUC) são um esforço social de uma determinada comunidade em se organizar para suprir as diversas necessidades desse grupo. Podem participar e contribuir para com a formação e manutenção dessas iniciativas o poder público, ONGs e a sociedade em si. Nesse sentido, elas também possuem objetivos distintos, como visto anteriormente e, portanto, ainda variam o seu nome. Para efeitos de nomenclatura, então, sabe-se que existem as HUC terapêuticas, institucionais, escolares, comerciais, de vizinhança, entre outras manifestações menos usuais.

Alguns casos pelo mundo serão expostos e serão apontadas as principais conclusões que os autores-fonte tiraram das hortas urbanas ocorrendo na prática, não necessariamente de HUC especificamente. Ou seja, o material de apoio para a indicação de algumas hortas pelo mundo dar-se-á por meio de análise de outros estudos realizados nessas hortas. Um aprofundamento com a aplicação metodológica delineada pelo presente trabalho será realizado restritamente à Londrina.

O primeiro caso a ser abordado está localizado na cidade búlgara de Troyan, uma pequena cidade búlgara, com cerca de 25 mil habitantes à época da datação do trabalho, 2001. Nessa cidade, a agricultura desempenha um papel importante, tendo a agricultura urbana uma contribuição considerável. E segundo os autores, principalmente relacionados à “[...] conservação da natureza, o lazer, e a educação ecológica” (YOVEVA; MISHEV, 2001, p. 29).

Nesse caso, os autores concluíram que a agricultura urbana é amplamente utilizada em Troyan e que, inclusive, é representativo para muitas outras cidades da Bulgária. Desempenham um papel importante para a subsistência das famílias da cidade, sendo que poucos estão interessados em viver exclusivamente da atividade agrícola. Foi constatado que o planejamento urbano está pouco integrado em relação à existência dessas hortas, mesmo que elas existem em grandes quantidades dentro do município. Por fim, foi observado que quando ocorre uma gestão participativa dessas hortas, ou seja, em comunidade, os resultados são mais eficientes para levar uma boa qualidade às hortas (YOVEVA; MISHEV, 2001).

Outro caso a ser considerado é o da França, especificamente na cidade de Montpellier (Figura 2), uma cidade com mais de 200 mil habitantes, possuindo um

perfil diferenciado em relação ao caso búlgaro. O autor introduz o assunto dizendo que a prática de implementação de HUC está em alta nos países desenvolvidos. O que o autor acabou percebendo é que existiam diversos perfis de agricultores no município. Foi observado, por meio de entrevista, que a maioria presente nas hortas são do sexo masculino, com idade média de 57 anos, e evocam as HUC como patrimônio cultural. Outro perfil encontrado foi que os aposentados eram vasta maioria entre os entrevistados.

Dentre as diversas motivações vistas por meio das entrevistas, o destaque foi para a vontade de realizar o cultivo que proporcione um contato com a natureza, um caráter apaixonado, terapêutico. A busca por laços sociais e vida em comunidade foi um resultado obtido dos entrevistados, denotando a importância das hortas comunitárias. Outra conclusão do autor foi em relação à visão de que as HUC são capazes de contribuir com uma sociedade mais sustentável e unida (SCHEROMM, 2015).

Figura 2 – Exemplos de hortas urbanas comunitárias em Montpellier, França



Fonte: SCHEROMM, 2015, p. 5.

Para o autor, enfim, a prática das HUC deve aflorar um novo sentimento entre o relacionamento entre população urbana e agricultura, um fenômeno já visto em nações desenvolvidas e que parece ser favorável para a construção de um

imaginário social voltado à agroecologia em ambiente urbano. Positivamente, conclui que esse tipo de prática contribui para a redução do fosso da dicotomia cidade-campo. Em relação aos usos dessas hortas, foi percebido pelo autor que os objetivos variavam bastante, denotando uma multidimensionalidade das HUC (SCHEROMM, 2015).

O terceiro caso de horta que analisaremos as conclusões é na cidade de Évora (Figura 3), em Portugal. Nesse caso, a cidade é média, com cerca de 60 mil habitantes e apresenta uma boa coesão urbana. A cidade mostrou preocupação para com a produção de alimentos na cidade e, por isso, estimulou a criação das HUC, tendo preocupações em relação à sustentabilidade, à economia, à ordem social, à pedagogia e à ecologia. Novamente, as hortas mostrando o seu caráter de multifuncionalidade no ambiente urbano (TEIXEIRA, 2016).

Figura 3 – Exemplos de hortas urbanas comunitárias em Évora, Portugal



As conclusões que a autora atingiu foram que a idade dos atores envolvidos com as hortas era avançada, quase nunca abaixo de 50 anos. Enquanto alguns estavam realizando o cultivo por motivos universitários, ou seja, educacionais, outros estavam exclusivamente atuando para a subsistência, devido à baixa renda. Estes raramente viam alguma outra utilidade para as hortas além do fornecimento de alimentos. Outra conclusão que a autora chegou é que embora o intento do projeto instaurado fosse de uma horta comunitária coesa, a atuação em comunidade era pífia e pouco vista na prática, dificultando as atividades desempenhadas no espaço e que, por esse motivo, é um problema que precisa ser resolvido (TEIXEIRA, 2016).

Alguns padrões entre os três casos apresentados encontram relevância. Um exemplo é a questão do perfil de idade das pessoas realizando essa atividade urbana, sendo, na maioria dos casos, mais velhas. Outro fator é principal objetivo observado, volta-se a contribuição para a vida pessoal das pessoas com os alimentos. Nesse sentido, outro intuito parece sobressaltar entre essas pessoas que já estão, em sua maioria, aposentadas e trabalhando nas hortas: o caráter terapêutico e social que as hortas possuem na vida delas.

É observável a tendência que as hortas possuem de serem mais eficientes quando existe uma coesão comunitária maior. Por fim é visto que, na Europa, parece haver uma diversidade em relação aos portes de cidades que abrigam agricultura urbana, isto é, cidades de diferentes tamanhos lidam com as atividades em seu espaço urbano.

Para finalizar, contempla-se o projeto de HUC em Cuba. Um contexto diferente aos anteriores, onde o próprio país possui um projeto nacional em prol do desenvolvimento da agricultura urbana, sendo a capital Havana um bom exemplo do desenvolvimento desse projeto. O perfil da cidade passa de uma cidade estritamente consumidora dos recursos alimentícios para o de produtora, um desafio enorme que se deu pelos problemas alimentícios derivados da crise econômica profunda em que o país passara. Não só isso, mas o objetivo era de conseguir a produção desses alimentos como produtos orgânicos, objetivo amplamente defendido por parte do Ministério da Agricultura do país (NOVO; MERZTHAL, 2007).

Com esse apoio intenso das entidades governamentais do país tornou-se possível observar o sucesso do empreendimento na nação cubana, denotando uma produção agrícola como resultado da atividade de inúmeros atores contribuindo em comunidade para o desenvolvimento desse tipo de agricultura. É entendido pelos

autores, discutindo os empregos das hortas na cidade, que seria impossível tal façanha sem o apoio governamental, sendo o mesmo primordial para que a cidade superasse os problemas alimentícios e econômicos. Por fim, concluem que os benefícios da agricultura urbana não se limitam acerca do alívio da pobreza, mas também para a qualidade dos alimentos, alternativas mais saudáveis aos usos de agrotóxicos e fertilizantes convencionais (foco em agroecologia) e a melhoria do ambiente urbano (NOVO, MERZTHAL, 2007).

#### 4.3 O CONTEXTO DAS HORTAS URBANAS NO BRASIL

Na realidade brasileira, existem diversos exemplos possíveis para se tratar de hortas urbanas. Principalmente nas capitais, o cultivo desse tipo de agricultura urbana ganha espaço, sendo uma boa alternativa para produtos mais saudáveis, complementando a renda dos atores envolvidos e, ainda, proporcionando sustento para uma parcela da sociedade. Estes dois últimos fatores estão diretamente relacionados ao combate de aspectos negativos sociais que impactam países subdesenvolvidos. Portanto, as hortas urbanas podem ser uma ferramenta poderosa no combate à fome, à pobreza e ao bem-estar de forma geral.

Como visto anteriormente, uma das cidades pioneiras quanto à regulamentação das hortas urbanas é a capital brasileira, Brasília, localizada no Distrito Federal. A capital possui hortas urbanas ativas (figura 4), embora verificou-se um ciclo de curto prazo por parte delas, pois os entrevistados alegaram que as hortas da cidade possuíam, em sua maioria, pouco tempo de existência. Na maioria dos casos, mesmo com a regulamentação da legislação por parte da gestão municipal existindo, é constatado que a maioria das HUC surgem de maneira espontânea, pelo interesse comum. Normalmente tais iniciativas ocorrem nos chamados vazios urbanos, espaços ociosos dentro da cidade que passam a ser utilizados para alguma função social específica, no caso, às hortas urbanas comunitárias, portanto, o estudo conclui que em grande parte os terrenos utilizados para o cultivo não pertenciam aos atores envolvidos (PEREIRA, 2015).

Figura 4 – Horta Urbana Comunitária em Brasília - DF



Fonte: PEREIRA, 2015, p. 75.

Aspectos benéficos à natureza são encontrados nas práticas em Brasília, tendo em vista que os adubos e fertilizantes utilizados para o cultivo em grande parte vem do lixo, o que denota uma mudança de usos para os resíduos sólidos urbanos, contribuindo para o desenvolvimento ambiental da cidade, como a utilização de garrafas PET, por exemplo. A compostagem por meio de lixo orgânico também compõe esse segmento. A prática relacionada à agroecologia é um foco importante que os habitantes participantes dos mutirões (figura 5) de fim de semana para o cuidado das hortas possuem. (PEREIRA, 2015).

Figura 5 – Dia de “mutirão em ação” em HUC de Brasília – DF



Fonte: PEREIRA, 2015, p. 74.

Constatou-se que a integração comunitária é muito interessante, pois os alimentos são divididos entre os ajudantes nas práticas de cultivo, inclusive com preferência aos participantes dos mutirões citados. E o objetivo principal é um complemento alimentício, ou seja, para nenhum dos produtores entrevistados a horta era a atividade de obtenção financeira primária, sempre secundária, isso leva à conclusão de que a comercialização não é o intuito principal das HUC de Brasília. Pode-se dizer, de acordo com os autores do estudo analisado, que as hortas urbanas comunitárias em Brasília formam um projeto que atingiu certo nível de sucesso, aliando a comunidade com o planejamento urbano local em alguns níveis, tendo como principal benefício à cidade e aos indivíduos envolvidos a “[...] segurança alimentar, o acesso facilitado aos alimentos orgânicos próximos das residências, o estímulo à vida comunitária, a troca de experiência e a criação de vínculos afetivos” (PEREIRA, 2015, p. 63). No entanto, os maiores desafios que devem ser superados são as questões relacionadas à integração entre as ações governamentais, institucionais e a participação comunitária.

Embora haja algum sucesso presente nas hortas brasilienses, a participação e integração é dificultosa e, muitas vezes, é insuficiente, sendo prejudicial às

práticas da AU, pois o apoio governamental é primordial para o desenvolvimento social nas cidades, e essenciais para as práticas da AU (PEREIRA, 2015).

Outra região brasileira com a presença de hortas é a da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Cidade que também aparece na relação de municípios pioneiros em legislação urbana sancionada abarcando agricultura urbana. Nessa cidade, as HUC foram motivadas por conta da segurança alimentar no município, além de lazer, renda adicional e vivência social comunitária. Dentre as motivações, a mais comum entre os atores envolvidos nas comunidades foi a da renda complementar, constituindo um papel importante para os entrevistados.

Uma realidade comum na realidade local foi a de dificuldade de manter continuidade nos projetos de hortas urbanas comunitárias, assim como foi observado na cidade de Brasília. Tal realidade constitui-se, mesmo que a atividade seja prevista por legislação, por frágil apoio governamental aos projetos, recursos escassos e pouco envolvimento da comunidade em alguns casos (ARAUJO, 2016).

Na grande maioria dos casos, quando as iniciativas de AU não são vinculadas às instituições governamentais ou projetos governamentais, o apoio é insuficiente, sendo auxiliados por ONGs ou outros tipos de grupos não governamentais. No município, a prática da AU se encontra estritamente ligada com a agroecologia (figura 6) e na vasta maioria dos casos voltam-se para a população periférica da cidade, com baixa renda. Araujo (2016, p. 201) ressalta que “Pode-se afirmar que a ocorrência de AU em BH [...] representa uma forma de resistência destes moradores à forma como a produção e reprodução da vida na cidade vem lhes sendo permitida”.

Figura 6 – Horta Urbana em Belo Horizonte – MG



Fonte: ARAUJO, 2016, p. 202.

Portanto, as conclusões do autor acerca das políticas relacionadas à AU no município – e na região metropolitana de BH -, incide na fragilidade em que a legislação consegue aplicar a atividade no município. No entanto, não é o intuito negligenciar os esforços municipais concernente às atividades, pois, em grande parte, o desenvolvimento da AU no município deve-se pela responsabilidade empregada por parte de políticas de órgãos de alimentação e assistência social. Ou seja, observa-se condições favoráveis para o abastecimento alimentício e combate à pobreza, porém em assuntos de sustentabilidade a cidade ainda se mostra incipiente (ARAUJO, 2016).

Por fim, o último caso a ser analisado será no município de Maringá, no Paraná (figura 7). É um município mais próximo à realidade do recorte espacial desta pesquisa - Londrina. Nesse contexto, o estudo sobre as hortas comunitárias da cidade demonstrou um perfil etário de 57 anos, em média, e com a grande maioria exercendo outras atividades remuneradas além do cultivo das hortas. Grande parte deles são aposentados. Os produtores buscam um complemento de renda com as atividades relacionadas às hortas, embora que, quase em sua totalidade, não saibam da existência de políticas públicas voltadas às práticas que realizam. Outro ponto que os autores ressaltam é a questão do embelezamento da

cidade, sendo as HUC um importante elemento para os transeuntes dos bairros onde estão localizadas (ALBERTIN et al., 2016).

Figura 7 – Hortas Urbanas em Maringá – PR



Fonte: ALBERTIN et al., 2016, p. 106.

Não só em efeito de renda complementar ou circulação de alimentos entre a comunidade, tendo em vista o fato de mais da metade dos entrevistados serem aposentados, também pôde-se apontar que as HUC possuem aspectos terapêuticos, principalmente pela ocupação que elas proporcionam para os aposentados referidos. A conclusão geral é que as HUC de Maringá possuem valor não apenas alimentício, ou no comércio, mas terapêutico e paisagístico. Tanto para os produtores, quanto para os moradores dos arredores (ALBERTIN et al., 2016).

Para concluir esse capítulo e realizar o aprofundamento no município de Londrina, pode-se tirar algumas conclusões gerais acerca dos casos abordados. Vê-se que tanto internacionalmente como nacionalmente os resultados não destoam por completo. Dentre as características que comumente aparece são as questões relacionadas ao principal uso das hortas: renda adicional e auxílio alimentar. O fator terapêutico também aparece em grande quantidade, principalmente nos casos onde a maioria da população é aposentada, o que não é raro.

Os impactos paisagísticos são percebidos pela população, e a assimilação das hortas com qualidade melhor dos produtos, mais voltados à agroecologia se fazem presentes. No entanto, observa-se como esse fator varia em grau, a depender da localização no globo. Nos países desenvolvidos percebe-se maior ênfase na qualidade terapêutica e paisagística, enquanto nos países menos desenvolvidos observa-se um enfoque maior na qualidade de subsistência e renda complementar.

Outro aspecto corriqueiro entre as HUC analisadas diz respeito às dificuldades em integrar as políticas públicas, o auxílio das instituições e a população. Muitas vezes havendo vácuos nesses relacionamentos, o que é negativo, como, por exemplo, falta de comunicação entre o governo municipal e a comunidade, ou falta de integração entre a própria comunidade, ou ainda, a aplicação das legislações em relação às práticas nas HUC. Ainda outra dificuldade observada nos casos foi em relação à continuidade das HUC, nem sempre sendo compulsória e de fácil realização. Muitas vezes, as hortas morrem e nascem constantemente, fazendo com que sejam renovadas a todo instante. Esse fator foi muito observado em Brasília e BH, cidades em que existe bastante dificuldade quanto a participação da comunidade nas práticas agrícolas urbanas.

## 5 AS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Conforme a análise das hortas, em determinados países, se desenvolveu, foi possível observar certas tendências em relação ao significado das hortas na vida dos atores sociais presentes nas produções das hortas comunitárias além de uma organização das informações para que o recorte espacial fosse afinando às proximidades do município de Londrina. No fim, tratou-se das HUC de uma cidade muito próxima de Londrina, do mesmo estado, Maringá. O presente – e final – capítulo pretende analisar informações obtidas a partir da aplicação metodológica e as discussões dos capítulos anteriores se mostrarão primordiais para a compreensão do que foi investigado em Londrina.

Primeiramente, Londrina é um município com aproximadamente 575.377 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE para 2020 e cuja densidade demográfica aproxima-se de 306 habitantes por quilômetro quadrado.<sup>7</sup> É o segundo maior município do Estado do Paraná, logo atrás da capital Curitiba. O foco do presente trabalho é a cidade, tendo em vista que o recorte das HUC se dá em espaço urbano.

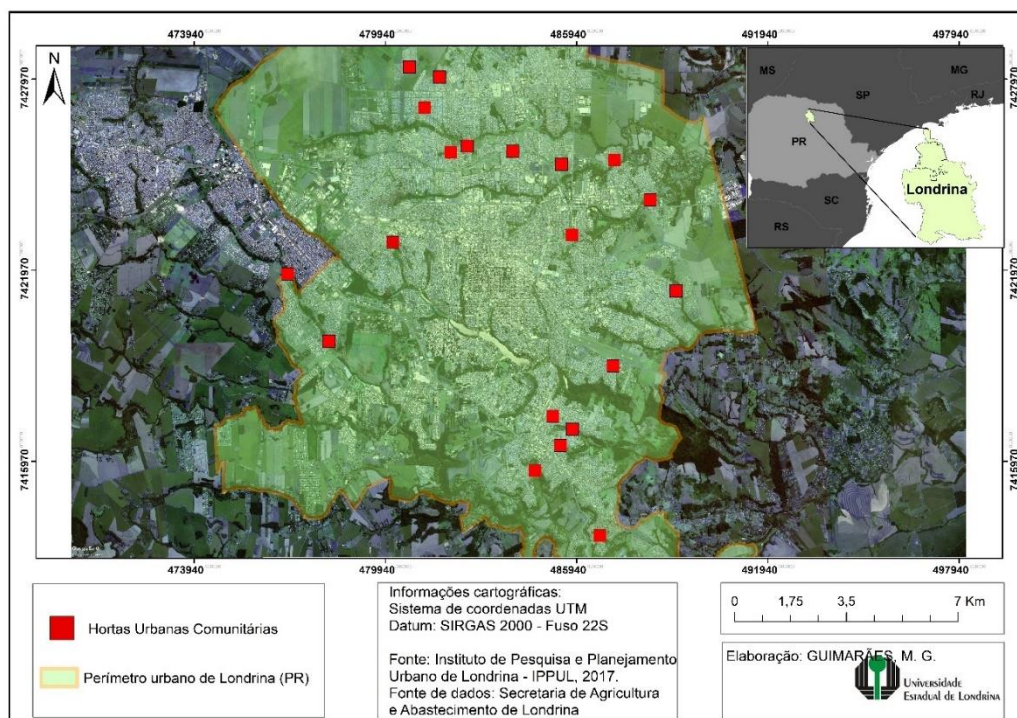
No que tange às HUC na cidade, de acordo com os últimos dados obtidos com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) de Londrina, há 20 hortas espalhadas pela cidade, sem contar uma HUC presente no distrito da Warta.<sup>8</sup> Na figura 8 é possível observar as HUC londrinenses:

---

<sup>7</sup> Dados retirados do site IBGE Cidades, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>>

<sup>8</sup> A horta localizada no distrito da Warta não está contemplada nos mapas evidenciados por motivos de enfoque no recorte quisto.

Figura 8 – Hortas Urbanas Comunitárias no perímetro urbano de Londrina – PR



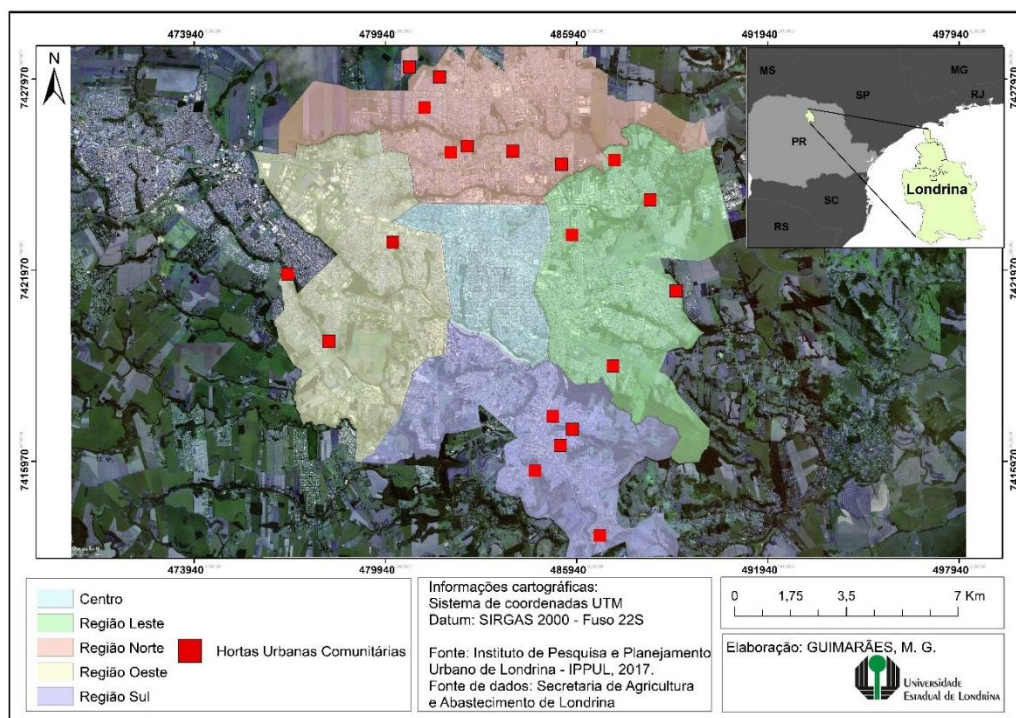
Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Londrina, 2021.

Por falta de espaço no mapa, os nomes das hortas não estão presentes, mas é evidente que se localizam em todas as regiões do perímetro urbano do município e que estão mais concentradas em algumas regiões, em detrimento de outras. O esforço do próximo item do capítulo é de apresentar individualmente cada HUC.

### 5.1 A LOCALIZAÇÃO DAS HORTAS URBANAS LONDRINENSES

Para a apresentação mais detalhada de cada horta de Londrina, far-se-á uma separação pela divisão geográfica do espaço urbano em: Zona Sul, Zona Leste, Zona Norte e Zona Oeste. Analisar-se-á por essa ordem, sendo possível, primeiramente, observar a distribuição das HUC por zonas da cidade na figura 9.

Figura 9 – Hortas Urbanas Comunitárias de Londrina por Zonas



Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Londrina, 2021.

Percebe-se pela figura que existem 5 HUC na Zona Sul da cidade, 5 HUC na Zona Leste, 7 na Zona Norte e 3 na Zona Oeste, totalizando 20 HUC no total. A outra HUC encontra-se em um distrito não contemplado na figura 9. Observa-se uma concentração maior de HUC na Zona Norte da cidade, enquanto no Centro não consta nenhuma. O fato dessa maior concentração deve-se, em certa medida a dois motivos principais: condição socioeconômica da população londrinense dessa Zona e a quantidade de espaços vazios disponíveis, enquanto que o fato de não existir nenhuma HUC na porção central da cidade deve-se ao fato de que a especulação imobiliária nas áreas centrais da cidade possui uma intensidade maior do que nas periferias, além de que é mais raro a presença de espaços vazios que possam ser utilizados com essa finalidade.

A horta em que o presente estudo se debruçou localiza-se na Zona Oeste, na Vila Industrial, portanto, será a última a ser apresentada e melhor aprofundada posteriormente. Para as outras HUCs da cidade estarão disponíveis dados desatualizados<sup>9</sup> ou apenas a localização. Para a devida apresentação, seguindo a

<sup>9</sup> Todas as informações descritas são levantamentos feitos no momento da inauguração das hortas pela prefeitura, ou seja, estão desatualizados. Porém, para manter uma apresentação descritiva

ordem pré-estabelecida das Zonas, as cinco HUC da Zona Sul da cidade serão descritas a seguir.

### 1. Horta do Jardim União da Vitória

Horta estabelecida em julho de 2011, contemplava, em sua inauguração, 18 famílias, cultivando cebolinha, salsinha, rúcula, beterraba, cenoura, couve, alface de vários tipos, almeirão, entre outros. Está localizada em um dos bairros com maior situação de vulnerabilidade da cidade de Londrina e possui uma área de 450m<sup>2</sup> que pode ser observada na figura 10.

Figura 10 – Localização da Horta do Jardim União da Vitória, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

Pode-se evidenciar pela figura 10 a localização da horta em um fundo de vale, onde o acesso à água é mais prático.

---

mínima de cada uma dela optou-se por trazer tais dados. Vale ressaltar que essa realidade já indica uma das críticas que esse trabalho se propõe a fazer: A prefeitura ajudou no pontapé inicial das hortas, mas posteriormente cessou – quase que completamente – o apoio aos produtores e tampouco contribuiu para a manutenção de dados atualizados para informar a população.

## 2. Horta do Jardim Parque Ouro Branco

Horta inaugurada em maio de 2011, com plantio de alface, cebolinha, salsinha, rabanete, cenoura, beterraba, coentro, couve chinesa e couve manteiga, entre algumas outras plantações de árvores específicas. Diversos lotes foram divididos para 24 famílias na época da inauguração. A área pode ser observada na figura 11, que também localiza-se próxima a um fundo de vale.

Figura 11 – Localização da Horta do Jardim Parque Ouro Branco, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

## 3. Horta do Conjunto Habitacional Roseira

A horta contava, em seu início (maio de 2011), com plantio de alface, almeirão, rúcula, cebolinha, salsinha, couve, rabanete e cenoura. As hortaliças serviam para o consumo de cerca de 32 famílias do bairro.

Figura 12 – Localização da Horta do Conjunto Habitacional Roseira, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

#### 4. Horta do Jardim Piza

Originalmente, conforme ocorreu a inauguração da horta em 2011, cerca de 23 famílias eram beneficiadas, com plantações alface, almeirão, rúcula, cebolinha, salsinha, couve, rabanete e cenoura. A associação de moradores do jardim Piza ficou encarregada de cuidar do local.

Figura 13 – Localização da Horta do Jardim Piza, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

## 5. Horta do Cafezal

Não houve informação disponibilizada para essa horta no tempo de inauguração do programa. No entanto, é possível observar como a horta está próxima de um fundo de vale, assim como várias outras hortas da região Sul.

Figura 14 – Localização da Horta do Cafezal, 2021



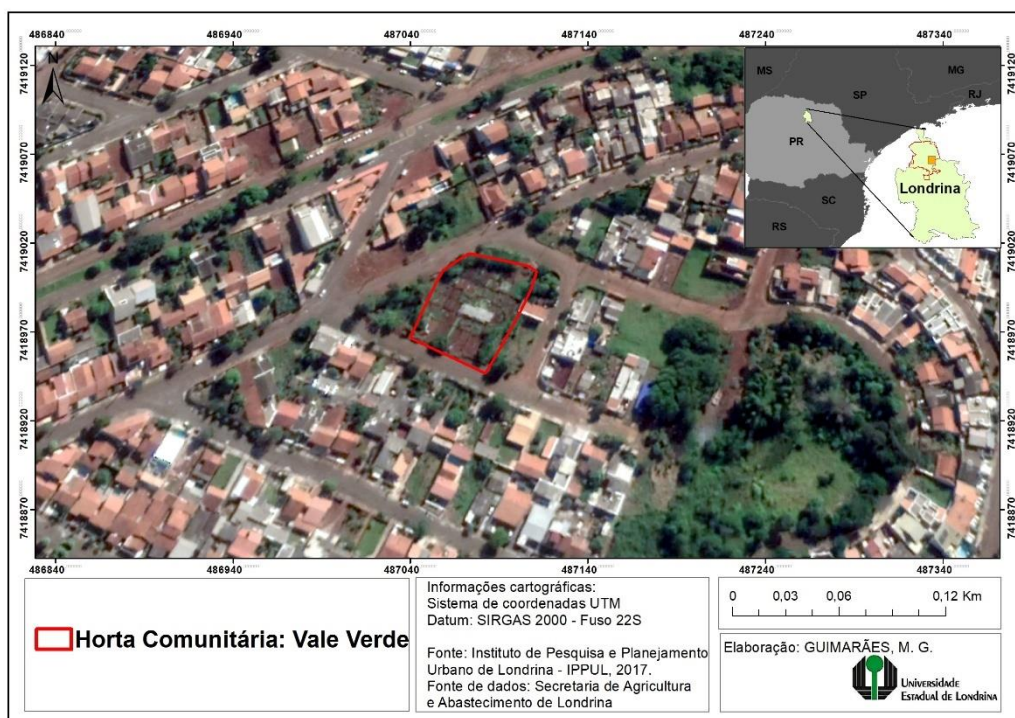
Fonte: O próprio autor, 2021

Essas cinco hortas compõe as paisagens das HUCs da Zona Sul. A próxima região a ser analisada é a Zona Leste da cidade, e nela também se tem o número de cinco HUCs.

#### 1. Horta do Conjunto Habitacional Vale Verde

A horta do Conjunto Vale Verde, tinha em sua inauguração (maio de 2011) cultivo de alface, almeirão, rúcula, cebolinha, salsinha, couve, rabanete e cenoura. Cada uma das 50 famílias envolvidas no projeto recebeu canteiros para a produção. Na irrigação está sendo utilizada água de uma nascente próxima.

Figura 15 – Localização da Horta do Conjunto Habitacional Vale Verde, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

## 2. Horta da Vila Romana

Não houve informação disponibilizada para essa horta no tempo de inauguração do programa. No entanto, é possível observar como a horta está próxima de um fundo de vale, assim como várias outras hortas já observadas.

Figura 16 – Localização da Horta da Vila Romana, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

### 3. Horta do Conjunto Habitacional Mister Thomas

A horta, localizada em um fundo de vale, tinha, em sua inauguração, cultivo de hortaliças como cebolinha, salsinha, rúcula e alface lisa, crespa, americana, mimosa roxa e mimosa verde) e buscava beneficiar 30 famílias da região leste em uma área de 1000 m<sup>2</sup>. O local era antes depósito de lixo, resto de construção e entulho.

Figura 17 – Localização da Horta do Conjunto Habitacional Mister Thomas, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

#### 4. Horta do Jardim Ideal

Localizada na rua Amianto, a horta, que, em sua inauguração, beneficiava 58 famílias, tem 13.440 pés de cebolinha, salsinha, beterraba, almeirão, rúcula e quatro tipos de alface: crespa, americana, mimosa e lisa plantados. A água para o abastecimento é captada de lago do Grêmio dos Operários de Londrina.

Figura 18 – Localização da Horta do Jardim Ideal, 2021

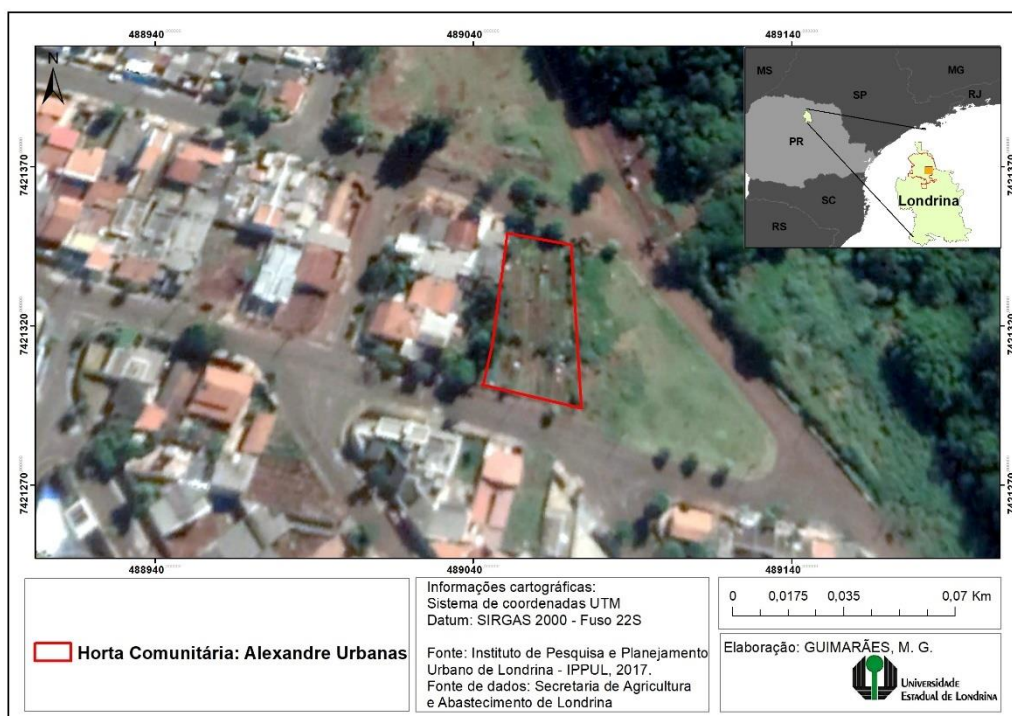


Fonte: O próprio autor, 2021

## 5. Horta do Conjunto Habitacional Alexandre Urbanas

Não houve informação disponibilizada para essa horta no tempo de inauguração do programa das hortas comunitárias londrinenses.

Figura 19 – Localização do Conjunto Habitacional Alexandre Urbanas, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

A zona da cidade com o maior número de HUCs é a Zona Norte, com o total de 7 hortas, que serão descritas a seguir.

#### 1. Horta do Conjunto Habitacional Parigot de Souza II

Em sua inauguração, em dezembro de 2011, havia 24 canteiros que são cuidados por 24. A horta recebeu, à época, o plantio de cebolinha, salsinha, alface tipos crespa, lisa e roxa, rúcula, almeirão, brócolis e couve manteiga e a água para abastecimento é natural de mina subterrânea captada com bomba elétrica.

Figura 20 – Localização da Horta do Conjunto Habitacional Parigot de Souza II, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

## 2. Horta do Jardim Paraíso

Em sua inauguração, em novembro de 2011, o espaço visava atender 33 famílias do jardim Paraíso. Estavam plantados pés de cebolinha, almeirão, rúcula e alface dos tipos: americana, mimosa e crespa. O espaço era um terreno abandonado que desvalorizava os imóveis e a região.

Figura 21 – Localização da Horta do Jardim Paraíso, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

### 3. Horta do Jardim São Jorge

A horta, implantada em um terreno de esquina usado para despejo de entulhos, atende os jardins São Jorge, Novo Horizonte e Nossa Senhora Aparecida e é coordenada pela associação de moradores. Na época de sua inauguração, em outubro de 2010, foram cedidos 23 lotes e cada lote ficou sob responsabilidade de uma família, que escolhe os vegetais que irá plantar e qual a destinação das verduras e legumes.

Figura 22 – Localização da Horta do Jardim São Jorge, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

#### 4. Horta do Parque Ouro Verde

Não houve informação disponibilizada para essa horta no tempo de inauguração do programa. No entanto, é possível observar como a horta está próxima de uma APP (Área de Preservação Permanente).

Figura 23 – Localização da Horta do Parque Ouro Verde, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

## 5. Horta do Conjunto Habitacional Ruy Virmond Carnasciali

A horta comunitária, que está localizada na avenida da Igualdade, beneficiava 17 famílias que cuidavam da produção nos 17 canteiros quando foi inaugurada, em agosto de 2011. Foram plantadas mudas de cebolinha, salsinha, rúcula, almeirão, alface crespa, alface americana, beterraba, repolho, brócolis, entre outros.

Figura 24 – Localização da Horta do Conjunto Habitacional Ruy Virmond Carnascialli, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

## 6. Horta do Jardim Tocantins

A horta existe em área que antes era abandonado e cheio de entulhos. A horta beneficiava, em sua inauguração no ano de 2011, 51 famílias do jardim Tocantins.

Figura 25 – Localização da Horta do Jardim Tocantins, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

## 7. Horta do Jardim Novo Amparo

Não houve informação disponibilizada para essa horta no tempo de inauguração do programa.

Figura 26 – Localização da Horta do Jardim Novo Amparo, 2021



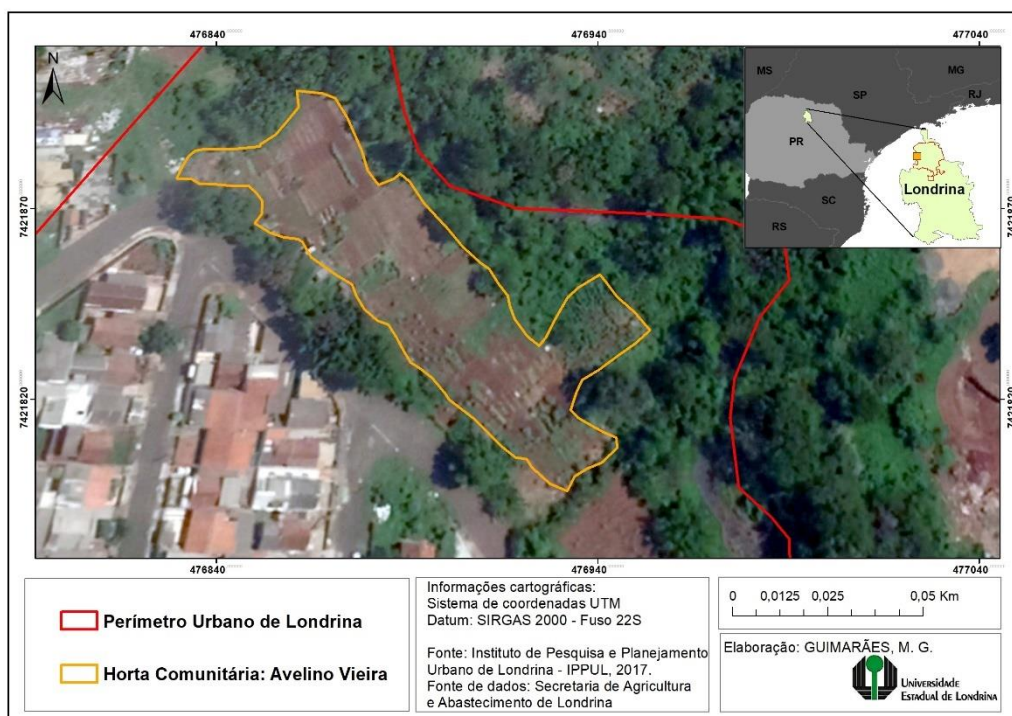
Fonte: O próprio autor, 2021

Por fim, afinando para a Zona Oeste, há três HUCs, sendo uma delas de maior importância para o presente estudo.

### 1. Horta do Conjunto Habitacional Avelino Vieira

A horta comunitária, em sua inauguração (agosto de 2011), beneficiava 32 famílias que ficaram responsáveis pelo cultivo e cuidados da produção. Foram plantados 6.440 pés de hortaliças variadas, como alface lisa, alface crespa, rúcula, salsinha, cebolinha, cenoura, entre outras.

Figura 27 – Localização da Horta do Conjunto Habitacional Avelino Vieira, 2021

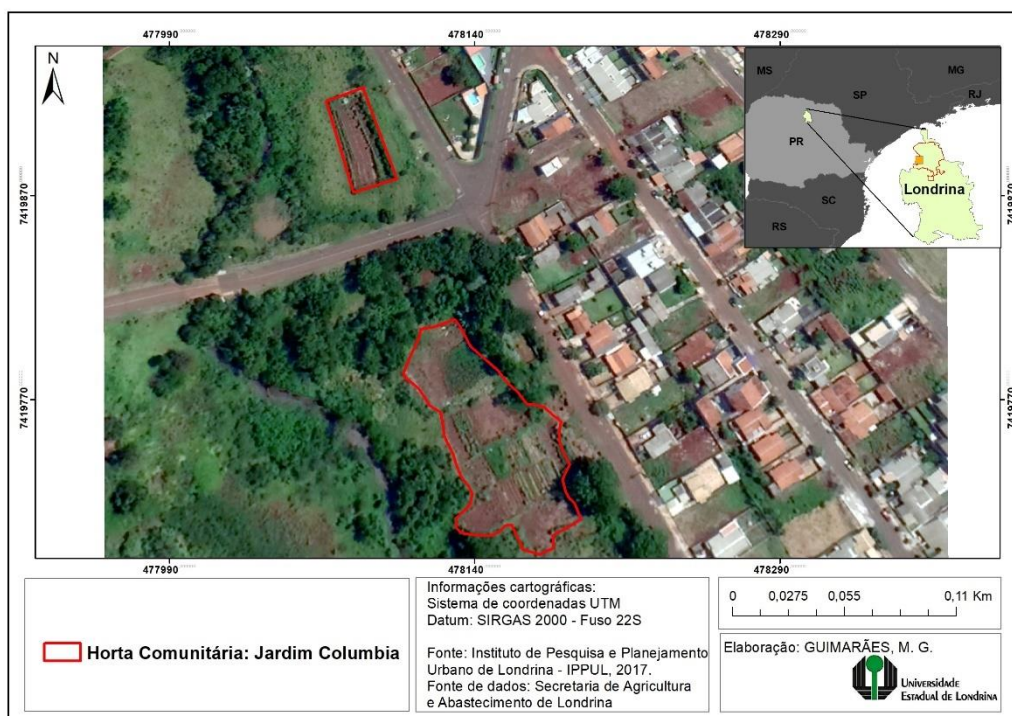


Fonte: O próprio autor, 2021

## 2. Horta do Jardim Columbia

Não houve informação disponibilizada para essa horta no tempo de inauguração do programa. No entanto, é possível observar como a horta está próxima de um fundo de vale, assim como várias outras hortas da cidade.

Figura 28 – Localização da Horta do Jardim Columbia, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

### 3. Horta da Vila Industrial

A horta comunitária da Vila Industrial é a única que não tem a descrição feita a partir dos dados de inauguração das hortas por parte da prefeitura, mas sim por dados empíricos obtidos pela presente pesquisa. Essa horta, localizada na Rua Rudolf Diesel, foi inaugurada em dezembro de 2011 e beneficia cerca de 12 famílias atualmente, que são responsáveis pelos cultivos dos canteiros da horta comunitária. Nela ocorre o cultivo de alface, couve, chuchu, almeirão, rúcula, coentro, repolho, cebolinha, couve-flor, alho-poró, salsinha, pimenta, quiabo, entre outras tentativas, como alguns pés de frutas.

Figura 29 – Localização da Horta da Vila Industrial, 2021



Fonte: O próprio autor, 2021

Perceptivelmente há um padrão, a maioria das hortas que possuem alguma informação por parte da prefeitura teve sua inauguração no ano de 2010 ou 2011. Isso se dá pelo fato da gestão da prefeitura (com a SMAA) à época, nos anos de 2010 e 2011, organizar o Programa de Hortas Comunitárias do município, parte desse acontecimento aparece nos relatos dos produtores da horta da Vila Industrial, que foram entrevistados para a composição dos dados da presente pesquisa.

Mas, embora essa descrição de apresentação de cada uma das HUCs londrinenses apresente algumas informações importantes, estão desatualizadas em vários sentidos – é por isso que se teve o cuidado de enfatizar que os dados são da inauguração da horta, e não da atualidade. Por exemplo, de acordo com os dados fornecidos no site da prefeitura, a Horta da Vila Industrial conta com 30 famílias beneficiadas, no entanto, pela pesquisa empírica foi possível observar que esse número de famílias contempladas pela horta já diminuiu bastante, tendo em vista que muitos desistiram e as próprias famílias que já cultivavam canteiros por ali assumiram esses canteiros “órfãos”. Mais sobre essa dinâmica será discutido na próxima seção do presente capítulo.

Ou seja, é possível perceber como esses dados podem ser errôneos e desatualizados, outro detalhe possível de pontuar é de que, à época da inauguração do projeto, a lista era composta por 35 hortas comunitárias, porém os dados levantados por essa pesquisa e fornecidos pela SMAA são de apenas 21 hortas comunitárias na atualidade, incluindo a horta do distrito da Warta, resultado em uma diminuição considerável. Porém, o recorte não tem por objetivo focalizar em todas as hortas da cidade, mas sim na horta da Vila Industrial, e foi nela que se direcionou os esforços para conseguir dados atualizados e objetivando realizar uma análise à luz teórica.

## 5.2 DA GÊNESE ESPACIAL À VIDA COTIDIANA: O CASO DA VILA INDUSTRIAL DE LONDRINA

Inicialmente, faz-se necessário alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, a partir da aplicação dos instrumentos metodológicos descritos no primeiro capítulo, o resultado foi uma entrevista muito livre, que na verdade foi menos uma entrevista e mais uma grande narrativa por parte dos dois “entrevistados” principais, durante a obtenção dos dados percebeu-se um relato sobre a história de vida das duas personagens. Pelo teor da conversa, parece fazer sentido nessa presente etapa do trabalho – a análise dos resultados – utilizar da primeira pessoa do singular e do plural, não o fiz até agora, mas faz mais sentido passar a proceder assim para a análise e proporcionar uma interlocução mais evidente, o objetivo é analisar o processo histórico a partir de uma narrativa contínua e preservando as particularidades dos entrevistados. Em segundo lugar, o entrelaçamento teórico é um objetivo real, portanto, passaremos por diversos trechos da “narrativa” que os produtores nos forneceram, ao mesmo tempo que traremos diversos dos conceitos estruturados durante a fundamentação teórica da pesquisa.

Feito os esclarecimentos, começamos por entender quem foram os entrevistados – usando nomes hipotéticos para a manutenção do anonimato. Foram dois produtores, um homem e uma mulher, e para o primeiro usarei o pseudônimo de Paulo e para a segunda o pseudônimo de Maria. Os dois são atores sociais na Horta Comunitária da Vila Industrial desde 2011, data de sua inauguração. A principal entrevistada foi Maria, e a história dela será o fio condutor da análise, no entanto, Paulo contribuiu bastante para aparar algumas arestas. Importante frisar

que Maria e Paulo não pertencem à mesma família e possuem dimensões diferenciadas do espaço percebido na horta.

Lidando com a dinâmica de compreensão a partir do método que nos propusemos em utilizar, precisamos começar de uma perspectiva histórica. Maria nos proporcionou, a partir de sua história de vida, um panorama que culminou no início das hortas urbanas.

Maria começa nos contando que o interesse que nutre pelas práticas na HUC vem de longa data, a saber, desde a infância. Integrante de uma família de imigrantes japoneses, Maria cresceu na cidade de Assis, no Paraná, em ambiente rural e ajudando seus pais na roça, traço muito comum de sua geração, tendo em vista que a entrevistada possui mais do que 70 anos. Vale entender que, como visto no capítulo 3, a urbanização do país foi um fenômeno gradual, mas que ocorreu numa janela de tempo acelerado em diversas regiões, e durante a infância de Maria ainda não havia se desenrolado completamente, ou seja, o Brasil ainda contava com uma porção considerável de sua população em espaços rurais. Maria viveu no desenrolar do século XX – o recorte temporal onde a urbanização brasileira conheceu sua explosão (e implosão) (SANTOS, 2018a).

Conforme nos relata, Maria dá muita ênfase em como cresceu aprendendo sobre plantação na roça e a cultivar hortas particulares, principalmente conduzidas por seu pai, que ela dava assistência. Por isso, trabalhar atualmente na horta proporciona memórias muito caras à entrevistada, estamos falando das experiências bem vívidas em sua mente, estamos falando de espaço percebido e que se deleita em nostalgia, mas também falamos de prática espacial, o espaço vivido. Nota-se que essa característica decorre da infância de Maria, e não de um passado recente. Em nossa perspectiva teórica, a busca pelo sentido pessoal do espaço e a significação que se obtém na égide do espaço percebido, o espaço que é significado, que possui símbolos palpáveis e que é de fundamental importância para a produção do espaço e contribui para o fato de Maria estar diretamente envolvida na produção da horta, como o autor define: “os espaços de representação são o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos habitantes” (LEFEBVRE, 2006, p. 66) espaço que implica prática espacial (cotidiano) e implica em significação do espaço. Como o espaço é múltiplo, este aparente simples sentimento de Maria mostra o espaço “experimentado pelos seres humanos” (SCHMID, 2012, p. 14).

Ainda sobre momentos antes da gênese da horta comunitária, Maria discorre sobre a sua vida em momentos imediatos anteriores. Para contextualizar, ela nos diz que nas imediações do bairro havia uma associação de idosos, que era responsável por promover programas de socializações entre os idosos dos bairros próximos, como o próprio Jardim Industrial e outros, como o Jardim Bandeirantes. Ali, havia diversos descendentes de japoneses, que tinham muita amizade com a dona Maria, incluindo Paulo. Vale ressaltar como Maria se queixou de que, na atualidade, os eventos dessa associação pararam por conta da pandemia de COVID-19 e que o cotidiano na horta tem sido o seu alívio psicológico diante das adversidades do momento. Eles não pararam a produção – e nem poderiam, como veremos posteriormente. Esse papel claro do espaço vivido e cotidiano remonta o principal motivo de origem da horta, sem este traço, não seria possível a gênese (LEFEBVRE, 2006).

Nesse processo cotidiano, categoria que fizemos questão de discutir como base da pesquisa durante o capítulo 2, os laços afetivos sendo construídos, o espaço sendo vivido, ali o grupo é abordado pela comissão da prefeitura, sob a gestão do prefeito da época, Barbosa Neto (que esteve no cargo de prefeito de Londrina durante 2009 até 2012), sobre a possibilidade desses idosos que socializavam por meio dessa associação do bairro sobre um projeto de hortas urbanas.

Veja, o projeto – como espaço concebido – estava sendo idealizado pela prefeitura e havia entrado em vigor desde 2010. Portanto, a abordagem com os moradores da região – a maioria de faixa etária acima dos 60 anos – foi para verificar uma viabilização da criação de uma horta na região. Estamos falando da Zona Oeste de Londrina, que atualmente conta com apenas 3 HUCs, o menor número de hortas nas regiões da cidade se desconsiderarmos a porção central. Este “espaço mental” foi fundamental na elaboração genética da HUC estudada, essas representações do espaço que “é concebido previamente em pensamento” (SCHMID, 2012, p. 14), porém não separa-se das amarras do espaço abstrato.

O projeto foi bem aceito pela comunidade – pois a comunidade relatada era composta por diversos atores que tiveram um panorama de espaço vivido parecido com o de Maria, incluindo o outro entrevistado, Paulo, que parte de perspectiva parecida, embora em contextos de origem regional diferentes -, e continua sendo conduzido por eles até hoje, gerando o início da Horta Urbana da Vila Industrial,

numa localização próxima a um fundo de vale, conseguindo irrigação por meio de bombeamento imediatamente do rio. Obviamente, o terreno cedido pela prefeitura é de poder público.

Figura 30 – Canteiro da Horta da Vila Industrial



Fonte: O próprio autor

A figura 30 mostra alguns exemplos de plantação de cebolinha em um dos canteiros, enquanto também evidencia a disposição adotada pelos habitantes envolvidos na produção da horta, que inicialmente tinha o alvo de ser um canteiro por família (fato que não se provou sustentável conforme o tempo passou).

Para entender o que ocorreu para a gênese desse espaço: diversos atores sociais que conviviam cotidianamente em eventos organizados por uma associação local (espaço vivido) veem uma interessante atividade sendo proposta pela prefeitura (espaço concebido) para produzir um novo espaço – uma horta urbana comunitária. A prática espacial se materializa a partir de suas relações para originar um novo espaço. Vale notar que a maioria dos envolvidos eram idosas do sexo feminino e descendentes de japoneses.

No tangente ao que a prefeitura pôde oferecer, foram os seguintes recursos: o terreno onde se instalaram no fundo de vale foi cedido pela prefeitura, a prefeitura

deixou tudo pronto para os moradores – incluindo canteiros prontos, adubo, primeiras mudas plantadas, terreno cercado, etc. Nesse sentido, ficou sob responsabilidade comunidade de continuar o trabalho, com suporte da prefeitura. Maria relata que no começo eles contavam com a ajuda da prefeitura, ajuda esta que foi desvanecendo conforme os anos passaram.

No entanto, o pontapé inicial foi muito bem estabelecido por parte da prefeitura, créditos foram bem dados tanto por Paulo quanto por Maria. Nos anos de 2010 – ano de inauguração – e 2011, as inaugurações de novas hortas comunitárias em Londrina, a partir do anúncio do Programa de Hortas Urbanas do município, ocorreu de maneira constante, mês a mês. No caso da Horta da Vila Industrial, a inauguração se deu no ano de 2011.

As atitudes do governo em relação às hortas não parecem ter se sustentado e deve ser criticado. Veja, os entrevistados – Maria e Paulo - relataram uma ajuda providencial no início da horta, porém, atualmente, a única ajuda recebida são adubos orgânicos compostos de palha para ajudar no cultivo dos canteiros (figura 31), que são fornecidos, normalmente, por funcionários da COPEL (Companhia Paranaense de Energia) ou pela CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina). O espaço concebido, portanto, foi “planejador”, mas não “mantenedor”, aspecto marcante daquilo que Lefebvre chamaria de um trabalho tecnocrata, buscando o pragmatismo e negligenciando a dimensão do espaço vivido. É como se houvesse tido um planejamento para dar o pontapé inicial, mas que abandona o projeto ao cotidiano, usurpando o direito do mental com aparato estatal auxiliando a manutenção do espaço (LEFEBVRE, 2006).

Figura 31 – Adubo orgânico de palha oferecido pela prefeitura



Fonte: O próprio autor

Sendo a ajuda limitada a isto, a legislação sobre agricultura urbana que foi promulgada em Londrina no ano de 2017 – estabelecendo a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) não trouxeram dificuldades para a HUC da Vila Industrial, pois já estavam adequados às exigências previstas no artigo 20<sup>10</sup> do município para a instituição das hortas – porém, vale ressaltar que os entrevistados nem mesmo sabiam que existia uma lei regulamentado aquilo que eles vivem, evidenciando uma grande desconexão entre a prática espacial e o espaço

---

<sup>10</sup> A implementação do programa dar-se-á, por iniciativa do Poder Público e por meio da Comissão Gestora, em:

- I - áreas públicas municipais requeridas pelos interessados e consultada a sua viabilidade pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) para as atividades agrícolas urbanas;
- II - áreas públicas municipais destinadas à criação de campo municipal de compostagem;
- III - áreas verdes no interior dos próprios públicos destinadas às atividades agrícolas urbanas;
- IV - terrenos particulares próprios, onde possam ser desenvolvidas atividades agrícolas urbanas;
- V - praças, faixas sanitárias e demais áreas públicas passíveis de instalação das atividades; e
- VI - áreas públicas não edificáveis, mediante parecer favorável dos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta competentes (LONDRINA, 2017).

concebido pelas instituições municipais em tempos mais recentes (LONDRINA, 2017).

Saindo do tema relacionado à gênese do espaço, um fato percebido foi de que os mais interessados inicialmente no cultivo da horta foram mulheres, então a organização das hortas foi marcada pela influência feminina desde o início. No entanto, ao passar dos anos – que já se foram quase dez anos de existência da horta -, o interesse das mulheres foi diminuindo, enquanto vários atores homens foram entrando em cena para contribuir na construção do espaço das hortas comunitárias. Hoje, o equilíbrio entre os gêneros se faz presente, enquanto os homens passam mais tempo no cultivo, de acordo com Maria.

Dentro desse contexto, principalmente a partir da entrevista com Paulo, foi possível perceber a influência do caráter comercial do cultivo na presença dos homens. Enquanto o começo era mais despretensioso, mais como uma diversão por parte dos atores envolvidos, ao longo do tempo um excedente de produção foi se formando, que, por sua vez, começou a ser comercializado. A partir dessa geração de renda extra os homens começaram a participar mais. Essa virada foi perceptível nas narrativas da história de Paulo e Maria, e evidencia o espaço abstrato aparecendo pela primeira vez influenciando a prática espacial no contexto da horta.

No entanto, vale ressaltar que a ortodoxia presente neste espaço não é – nem de perto – dominada pelo *ethos* do espaço abstrato. Em ambos os relatos foi perceptível a presença de um espírito comunitário muito marcado na convivência e cotidiano da horta. Maria deu muita ênfase nesse aspecto, no qual o senso de pertencimento e solidariedade entre os produtores são laços muito estreitos. Portanto, poderíamos dizer que a ortodoxia do recorte de espaço que está sendo tratado adota como base a colaboração entre os atores participantes da vida cotidiana.

Essa afirmação fica explícita quando Maria conta a história de quando ficou doente – acamada -, e não conseguia cuidar do seu canteiro e um dos seus companheiros que cuidava do canteiro ao lado se prontificou em cultivar o canteiro dela. Com grande entusiasmo, Maria não hesitou em nos dizer que o que predomina na horta é um grande senso de amizade, que são unidos e isso vem até mesmo de antes da horta existir – a partir da convivência nas atividades da associação de idosos que nos referimos anteriormente.

Até hoje, quando Maria não pode ir até a horta, seus amigos fazem os procedimentos diários de manutenção de seu canteiro por ela e, inclusive, ela destaca essa parte como importante para a convivência na horta, trazendo um clima no ambiente que a entrevistada classifica como “muito gostoso” e afetivo. Para ela, a atividade é muito mais sobre passar um tempo de qualidade com seus amigos do que alguma obrigação como o trabalho. Deixa de ser algo cansativo, para ser algo prazeroso o que é, nas próprias palavras de Maria, algo “terapêutico”.

Antes de entrarmos nas questões sobre o uso terapêutico dessas hortas para os produtores, ainda persiste mais uma característica do *ethos* ortodoxo do espaço da horta, na qual estamos nos referindo ancorados na fundamentação teórica. Essa ortodoxia possui um fio histórico, pois o começo da horta relatado por ambos os entrevistados evidenciava um interesse muito grande por parte da comunidade que recebeu os canteiros. De acordo com Paulo, foram cerca de 30 famílias que eram abarcadas pelos canteiros – pois eram 30 canteiros inicialmente. Cada família recebeu um canteiro, era novidade e todos estavam entusiasmados em começar o cultivo e, pela maioria ser idosa, todos estavam com um sentimento nostálgico dos tempos de infância onde cresceram, na maioria dos casos.

Porém, conforme o tempo foi passando, o interesse foi diminuindo para muitos, tornando uma obrigação. Então, ainda dentro do *ethos* ortodoxo que estamos no referindo, havia uma regra firmada. Caso você seja um membro que recebeu um canteiro, mas não tem mais interesse em continuar sua atividade, você não pode simplesmente deixar de atuar na horta. Você precisa achar uma família substituta para continuar cultivando em seu lugar. No começo, como dito, o interesse pelo cultivo era muito grande, portanto, quando havia algum desistente, outra família da comunidade prontamente assumia a produção do canteiro que estaria sendo abandonado.

O problema nessa ortodoxia estabelecida entre os membros foi quando várias famílias não tinham mais interesses em persistir no cultivo, porém aquele entusiasmo pessoal já havia passado e não haviam interessados em assumir os canteiros que eles queriam deixar. Esse processo foi mais enfatizado por Paulo, e de acordo com o entrevistado, foi por causa disso que as famílias contempladas pelas hortas diminuíram consideravelmente. Se antes eram 30 famílias contempladas, na atualidade são cerca de 10 famílias contempladas, pois como não haviam interessados em assumir os canteiros, quem assumia era o companheiro que

cuidava do canteiro ao lado, ou seja, uma família só cuida de mais de um canteiro ao mesmo tempo.

Mesmo com a expansão que a horta comunitária passou ao longo do tempo, aumentando a quantidade de canteiros para mais de 30 – com mais terreno cedido pela prefeitura – ainda assim, a quantidade de famílias que estão atuando hoje é menor. No entanto, as regras da ortodoxia do espaço ainda são vigentes: não se deve abandonar os canteiros sem achar um substituto adequado para mantê-lo em atividade e também, sob hipótese alguma, o canteiro deve ser comercializado. A rede solidária que foi concebida por parte do governo municipal com a PMAUP – e é um dos objetivos de acordo com a lei instituída em 2017.

Essa ética vigente não parece combinar com o que foi identificado anteriormente como a influência dominante do espaço abstrato, portanto as hortas comunitárias – principalmente essa em específico – mostram uma potencialidade para o espaço diferencial, ao menos um potencial. Ainda não nos deteremos nessa análise, sendo necessárias algumas análises a mais anteriormente.

Dentro do escopo de como os atores presentes nesse cotidiano espacial usam a produção obtida a partir dos canteiros das hortas, evidencia-se a partir das entrevistas o uso próprio, ou seja, subsistência. Esse é um dos objetivos presentes na PMAUP da cidade, o uso próprio apareceu com bastante destaque tanto na conversa com Paulo e Maria.

A partir do que Maria narrou, muitos dos produtores são idosos – que faziam parte daquela associação de idosos – e não conseguiam consumir tudo, então começaram a vender o excedente e usando os lucros para o replantio de forma geral. Lembrando que a prefeitura só forneceu as primeiras mudas e a partir disso a manutenção é toda feita pela própria comunidade. Aqui vemos mais um indicativo do que poderia ser influência do espaço abstrato, com a formação de um circuito de protomercado paralelo.

Maria, em específico, não se sente segura em comercializar seus produtos, pois não ficam esteticamente vistosos e prefere usar mais para o uso pessoal, então o seu excedente ela cede para seus companheiros de horta – ainda alega que a terra da horta está ficando cansada e os produtos já não estão bonitos como antes. Por outro lado, os homens que começaram a estarem cada vez mais presentes na produção estavam muito interessados na formação desse mercado paralelo – inclusive, apareceu na entrevista com Paulo que no período de pandemia do

COVID-19 as vendas aumentaram ainda mais, contrário às expectativas. Por causa da formação desse circuito, os canteiros foram ampliados sob supervisão da prefeitura, mas ainda tiveram alguns canteiros que o próprio Paulo fez fora das dimensões que foram cedidas pela prefeitura, fora da área cercada que a horta comunitária em si tem. Isso resultou em uma ampliação ainda maior de sua produção que antes era exclusiva nos canteiros da horta original. Fato curioso é que ele também utiliza maquinário agrícola de pequeno porte para ajuda-lo, além de soluções caseiras para evitar as pragas nos canteiros que ele cuida.

Ou seja, temos uma lógica de produção presente aqui, em pequena escala, onde o interesse é conseguir renda extra, indicando que o espaço está mais imerso na lógica do espaço abstrato do que aparenta, com a subsistência já não sendo o maior objetivo. Vale ressaltar que a demanda pelos produtos só aumenta, tendo em vista a ascensão do ponto de vista positivo acerca dos produtos orgânicos no imaginário social da atualidade, em busca de fuga dos vegetais com agrotóxicos, por exemplo. Com sistemas de bombeamento direto do rio próximo – mesmo que seja antiga e manual – fornece um eficiente sistema hídrico à horta.

Todavia, mesmo que isso aconteça, mesmo Paulo diz que o principal objetivo de ele cultivar por ali não é estritamente lucro, mas, na verdade, ocupar a sua cabeça com algum tipo de atividade que remonta sua infância, visto que já é aposentado e não teria muitas atividades para desempenhar, portanto também alegou alguma espécie de “efeito terapêutico”.

Parece que é inevitável tocar nesse ponto – ambas as histórias alegam que as hortas tem algum tipo de efeito terapêutico em suas vidas, e, portanto, não é a produção que parece importar primariamente, mas sim o senso comunitário que experimentam dentro das hortas (uma afetividade em relação ao espaço) e os laços estreitos de amizade e solidariedade entre si no cotidiano.

Durante as experiências de hortas urbanas em determinados países que foram analisadas anteriormente, foi possível observar o mesmo perfil encontrado na horta urbana da vila industrial – pessoas mais velhas, em sua maioria aposentadas, e que usufruíam dos efeitos terapêuticos proporcionados pelo convívio e os laços estreitos com esse espaço – isso foi especialmente perceptível nas hortas Europeias, mas também nas hortas de Maringá, cidade próxima de Londrina.

É provável que esse efeito seja mais latente em espaços onde os índices socioeconômicos não são tão baixos, e isso é uma realidade na horta da vila

industrial. Não se trata de um bairro de Londrina em situação de vulnerabilidade, o que pode abrir mais espaço para esses efeitos terapêuticos. No entanto, essa pode não ser a realidade em hortas que estão localizadas em bairros com maior vulnerabilidade, mas longe de ser possível concluir por meio destes resultados, esse tipo de reflexão necessita de estudos futuros e mais aprofundados – quem sabe a aplicação do mesmo método utilizado aqui para as outras hortas de Londrina.

Maria e Paulo apresentaram a mesma afirmação sobre os efeitos psicológicos que o trabalho nas hortas proporcionam, e especialmente Maria frisou esse aspecto. Em suas próprias palavras, ao ser indagada sobre a importância das hortas comunitárias em sua vida: “[Eu fico] muito contente, mesmo não sabendo cuidar muito bem, é como um filho para cuidar. Mesmo que não consiga fazer muita coisa, eu não largo não. Somos muito amigos” (Pesquisa de Campo, 2021). Então, com essa citação, quero enfatizar como as hortas, acima dos circuitos econômicos, tem mais a contribuir para a saúde mental desses idosos que precisam de socialização, coisa que foi negada a eles ainda mais durante a pandemia. Maria diz que tomou tanto gosto pelas atividades que mesmo não conseguindo acompanhar o ritmo dos homens que chegaram com muitas ideias e atividades para a horta comunitária, não consegue largar as suas atividades por ali, e que até mesmo estendeu as atividades para o quintal de sua casa, compartilhando ainda mais experiências com os amigos. Para todos os efeitos da nossa discussão, esse é o papel emancipador que a HUC é capaz de proporcionar, esse é o verdadeiro viés diferencial do espaço, é o espaço que quebra com o geométrico, que quebra com a homogeneização e quebra com as lógicas capitalistas, não é quantificado, não se quantificam efeitos terapêuticos, psicológicos e de laços, não é programado (LEFEBVRE, 2006).

Por fim, esse espaço da horta da Vila Industrial pode ser considerado um espaço diferencial? Uma dissidência com o espaço abstrato, traçando um caminho transversal aos interesses do sistema econômico e seguindo uma lógica diferenciada? A resposta para essa hipótese seria sim, porém não com efeitos de ser um *locus* gerador de diferenciação a ponto de revolucionar a sociedade de dentro das hortas para fora – portanto, talvez não para Lefebvre. Mas, por outro lado, possui também um potencial de assegurar a alimentação dessa população, um traço que provavelmente seria mais enfatizado por populações em situações de maior vulnerabilidade – público que não é mais atingido pela horta da Vila Industrial.

As hortas urbanas são um instrumento poderoso para lidar com as contradições do espaço abstrato, principalmente no caso de um país periférico como o Brasil, porém a expansão do recorte pode ajudar a construir uma resposta mais detalhada sobre essas possibilidades, o fato é que as contradições do espaço abstrato atingem o espaço vivido cotidiano da horta analisada e não passam despercebidos.

No fim, o objetivo da PMAUP londrinense, presente nos artigos 4<sup>o</sup><sup>11</sup> e 6<sup>o</sup><sup>12</sup>, que visa incentivar à economia, ao convívio comunitário, à saúde psicológica e à segurança alimentar e nutricional consegue funcionar bem na prática e cada um desses elementos aparecem no discurso dos atores sociais presentes no cotidiano do espaço recortado, mostrando que o programa municipal tem um relativo sucesso – mesmo que os responsáveis por isso sejam muito mais a própria comunidade.

---

<sup>11</sup> Art. 4º A Política de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) tem por objetivo promover soluções de problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados na cidade pelo Poder Público e pela sociedade, de forma multidimensional, por meio de ações que visem autonomia e qualidade de vida e promovam economia, incentivo ao convívio comunitário, saúde psicológica e a segurança alimentar e nutricional.

<sup>12</sup> Art. 6º São objetivos da Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP):

I - ampliar a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas, com prioridade para aquelas pessoas sob vulnerabilidade social;

II - propiciar a ocupação de espaços urbanos ociosos;

III - gerar alternativa de produção e de atividade ocupacional à população urbana;

IV - articular a produção de alimentos na cidade com os programas institucionais de alimentação em escolas, centros de educação infantil, hospitais, asilos, restaurantes populares, estabelecimentos penais e outros;

V - estimular o trabalho familiar, de cooperativas, de associações e de organizações da economia popular e solidária voltado para a agricultura urbana;

VI - promover a educação ambiental e a produção orgânica e agroecológica de alimentos na cidade;

VII - difundir o uso de resíduos orgânicos e águas residuais da cidade na agricultura, tratadas conforme o disposto no inciso VIII do artigo 11 desta Lei; e

VIII - promover a participação na gestão urbana, social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se, portanto, que a pesquisa findou em uma estruturação teórica do processo de formação do espaço, vendo principalmente como que, na atualidade, o espaço abstrato apropria-se do espaço, com ênfase para o espaço urbano na presente discussão, de modo que suplanta os outros espaços, destacando o espaço absoluto sendo progressivamente suplantado de maneira enfática. Nesse funcionamento, o espaço abstrato domina as representações de espaço, os espaços de representações e a prática espacial, exercendo influência cada vez maior. Nesse sentido, conclui-se que para a superação dessa dominação, o espaço diferencial adentra à equação, para que, desse modo, lute contra as forças dominadoras do espaço abstrato.

Com isso, percebe-se muitos resquícios desse fenômeno na formação urbana brasileira. Uma urbanização conturbada, serviente aos interesses do capital e desconsiderando questões importantes, como o meio ambiente e a qualidade de vida da população. O desenvolvimento urbano brasileiro foi muito rápido, correlacionando-se em diversas partes com o processo de industrialização do Brasil. Portanto, afirma-se que diversos dos problemas enfrentados no Brasil em relação ao espaço urbano são significativamente influenciados pelo crescimento acelerado dos espaços urbanos do país.

Os objetivos que a pesquisa visava originalmente eram ousados e foram sendo adequados à realidade ao passar o tempo, objetivos como analisar profundamente todas as hortas urbanas da cidade não se mostrou viável por problemas no percurso como a dificuldade em acessar as hortas, a escassa cooperação da SMAA e, inclusive, um momento pandêmico dificultaram a obtenção de dados mais concisos para a elaboração da análise final, e terminou como uma análise mais aprofundada de uma única horta urbana de Londrina. No entanto, com essa adequação de recorte os outros objetivos se mostraram sólidos e foram atingidos, a saber, compreender o significado das hortas na comunidade local, entender o funcionamento comercial em que os produtores estão inseridos, entender a lógica pela qual os produtores se relacionam entre si, a partir da história dos indivíduos entender a gênese do espaço da horta.

O método foi viável para obter os resultados esperados, principalmente em conjunto com o arcabouço teórico utilizado a partir dos livros de Lefebvre.

Compreender a dinâmica urbana a partir do cotidiano e do processo de gênese histórico, e utilizando as tríades que não reduzem a relação sociedade-espço ao mero material, mas também aos seus simbolismos e atribuições afetivas que feitas ao espaço impactam na convivência e no rumo que a produção do espaço toma, foi uma peça importante na compreensão da horta da Vila Industrial em sua totalidade. Portanto, aplicar essa base teórica e metodológica às demais hortas da cidade mostra-se promissor no profundo entendimento do funcionamento das hortas urbanas no município.

A despeito de qualquer problema, chega-se às discussões acerca da agricultura urbana, sua importância na superação das contradições levantadas e em qual sentido é possível apontar para um dos tipos de AU como um fator contribuinte para atuar na formação do espaço urbano como um espaço diferencial, resistente à dominação abstrata. No caso, foi possível chegar à conclusão de diversos atributos que as hortas urbanas parecem contribuir para uma diferenciação da formação do espaço, embora em muitos aspectos esteja alinhado à lógica do capital, tanto em território brasileiro quanto nos países do exterior.

Dentre os aspectos das hortas que mais importam para os atores presentes no cotidiano das hortas está em primeiro os efeitos terapêuticos que as hortas causam em suas vidas e em segundo lugar a complementação de renda com a produção excedente, porém o primeiro tem uma importância muito maior na vida dessas pessoas.

Além disso, a própria formação das hortas, embora tenha uma elaboração inicial por parte da prefeitura, se forma e se estabelece a partir da ação do cotidiano dos moradores da região, a lógica comunitária que está muito enraizada em todo o funcionamento da horta. Então, os grandes responsáveis por serem mantenedores – praticamente sem nenhuma ajuda externa – do cultivo e do andamento das hortas são os próprios produtores, com quase nula assistência da prefeitura da cidade, que se preocupou muito mais em começar os projetos do que mantê-los. O espaço concebido que, em primeira mão, parece dar um auxílio constante aos produtores não é gerido, mas sim abandonado às mãos dos próprios produtores, terceirizando a gestão do território. Para quem é entregue essa gestão quando o governo municipal decide se afastar, é entregue ao espírito comunitário envolvendo os produtores do bairro, ou a intenção é que esse espaço se torne rentável e adequado ao mercado? Independente das respostas a esses questionamentos, vale ressaltar que a função

social da propriedade onde se encontra a localização da horta é tanto impactante na vida e no cotidiano das pessoas envolvidas, quanto também servem à sociedade local como um todo.

O Estado possui potencial de realizar um trabalho emancipador à população, o próprio exemplo da horta demonstra essa realidade, desde que não conceba o espaço e o prive de continuidade no projeto, talvez um dos grandes problemas das gestões intercaladas com objetivos diferenciados. No entanto, o bom trabalho é possível e a forte presença do Estado parece ser o caminho, tendo em vista o sucesso do projeto em seus momentos iniciais, antes de passar por um período de decadência conforme o interesse da população decaiu. No entanto, o “mental” sem o “vivido”, sem o cotidiano, não é nada.

Concluiu-se que as hortas possuem uma dimensão que poderia se enquadrar como um espaço de resistência – um espaço diferencial. Porém, é importante ressaltar que as hortas urbanas não serão a panaceia que levarão a sociedade à revolução que (re)organizará o modo de produção, visto que muito da lógica do espaço abstrato impacta no funcionamento das hortas urbanas, tendo alguns traços – mesmo que sutis – de lógica do capital envolvido no dia a dia das hortas. No fim, o que pode nos levar a pensar o potencial das hortas urbanas como espaço diferencial são os seus recursos de subsistência que rompem, transversalmente, os conceitos de consumo comercial e produção industrial que dominam o espaço urbano (e rural, vale ressaltar) do mundo atual.

Vale frisar que a intenção é desenvolver novas pesquisas seguindo o mesmo método para a mesma temática, para que as informações sejam cada vez mais detalhadas sobre as hortas londrinenses e decodificar o funcionamento de todas as HUCs de Londrina, chegando em resultados ainda mais robustos e detectando a função social desse tipo de atividade por toda a cidade.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 160 p.
- ALBERTIN et al. Hortas Urbanas de Maringá (PR): Estudo Socioeconômico dos Produtores e Perceptivo dos Transeuntes. **Boletim de Geografia**, Maringá, PR, v. 34, n. 2, p. 98-115, dez. 2016.
- ALMEIDA, Daniela Adil de Oliveira. Agricultura Urbana: Isto e Aquilo. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas**: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 419-447.
- ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandrini; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes, processos, escalas e desafios. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- ALVES, Rafael de Oliveira. O Direito e a Propriedade: O privado, o público, o comum. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas**: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 259-282.
- ARANHA, Marcia Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando, Introdução à Filosofia**. 4ª ed., São Paulo: Moderna, 2009.
- ARAUJO, Alessandra Silva. O planejamento urbano na construção de cidades sustentáveis: as hortas urbanas comunitárias em Porto, Portugal, e Belo Horizonte, Brasil. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 190-209, 2016.
- ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 133-142. 2012.
- BAPTISTA, Vinicius Ferreira. A relação entre o consumo e a escassez dos recursos naturais: uma abordagem histórica. **Saúde & Ambiente**, Duque de Caxias, v. 5, n. 1, p. 8-14, jan./jun. 2010.
- BARROS, Samarane Fonseca de Souza. O método regressivo-progressivo como possibilidade para os estudos das cidades médias. **Cerrados**, Montes Claros, v. 16, n. 2, p. 110-125, ago. 2018.
- BOUKHARAEVA et al. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Estatuto da Cidade**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 10 set. 2020.

CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. Modificações nos espaços percebido, concebido e vivido em chapecó - SC devido à associação chapecoense de futebol no período de 2014 a 2016. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 68, p. 366-394, set./dez. 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 349-369. mar. 2020.

CARVALHO, Delza Rodrigues. As Práticas espaciais do percebido, concebido e vivido nos municípios de Lisboa e Sintra. **Geografia (UFPE)**, Recife, v. 29, n. 3, p. 37-53, 2012.

CARVALHO, João Paulo de Siqueria; XAVIER, Glauber Lopes. Hegel, Marx, Nietzsche: Bases filosóficas do pensamento de Henri Lefebvre. **Anais [...]**, Goiás, v. 3, n.1, 2013.

CASSILHA, Gilda; CASSILHA, Simone. **Planejamento Urbano e Meio Ambiente**. 1ª ed. Curitiba: IESDE Brasil. 2012. 180 p.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. P. 295-316. Título original: La recherche qualitative

COSTA, Everaldo et al. O mundo moderno em Hegel, Marx e Nietzsche à luz de Henri Lefebvre: crítica espacial. **Cenário**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 213-235, dez. 2015.

COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: SESSÃO LIVRE - ENTRE A ORDEM PRÓXIMA E A ORDEM DISTANTE X ENCONTRO ANUAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 9-14.

FAJARDO, Pedro Ivo Hübner. Lefebvre e o rio das representações. **Revista eletrônica História, Natureza e Espaço**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2015.

FIROOZMAND, Lincoln Augusto Taddeod; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Políticas públicas e as transformações na indústria do turismo de negócios na região do Vale do Paraíba, SP. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8, 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017. S/N

FREDDI, Susi Mara et al. Resgate teórico sobre Agricultura Urbana no Brasil. In: FERNÁNDEZ, Xavier Simón; RODRÍGUEZ, Damián Copena (Coord.). **Propostas**

**agroecológicas ao industrialismo.** Recursos compartilhados e respostas coletivas. 2014. Disponível em: <[http://www.lecera.ufsc.br/wp-content/uploads/textos/Resgate\\_teorico\\_sobre\\_AU\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.lecera.ufsc.br/wp-content/uploads/textos/Resgate_teorico_sobre_AU_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2020.

FREHSE, Fraya. Potencialidades do método regressivo-progressivo: Pensar a cidade, pensar a história. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 169-184, nov. 2001.

FREHSE, Fraya. Tempos no Corpo: Contribuições do Método Lefebvriano para a Pesquisa Urbana (Latino-americana). **Estudos de sociologia**, Recife, v. 1, n. 21, p. 73-120, 2015.

GAIO, Daniel. O fetiche da lei e a reforma urbana no Brasil. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas**: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 283-296.

GANEM, Roseli Senna. Conservação da Biodiversidade: De Estocolmo à Rio+20. **Caderno Aslegis**, v. 1, n. 45, p. 95-120, jan./abr. 2012.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In*: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 95-124. Título original: La recherche qualitative

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 396 p.

HARVEY, David. Espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo editorial, 2013. 592 p. Título original: The limits to capital

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Título original: Alltag und geschichte Zur sozialistischen Gesellschaftslehre

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Brasileira – Censo Demográfico – Series Temporais**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>> Acesso em: 28 jul. 2020

IBGE. **Mapa de Urbanização**. Disponível em: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_urbanizacao.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_urbanizacao.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2020.

IPHAN. **Declaração de Estocolmo**. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 254-294. Título original: La recherche qualitative

JACOBI, Pedro Roberto. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 22-26, mar. 1986.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. Espaços urbanos coletivos, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 193-214.

LAHORGUE, Mario Leal. Cidade: obra e produto. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 45-60, jan./jun. 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Anthropos, 2006. 476 p. Título original: La production de l'espace.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 178 p.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991. Título original: La vie quotidienne dans le monde moderne

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Marx, Nietzsche ou O reino das sombras**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Título original: Le Droit à la Ville

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan**: Estudo de Sociologia Rural. São Paulo: EDUSP, 2011.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002.

LELIS, Natalia. Do moment-espço político: o momento político e o espaço diferencial. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 297-315.

LEVIGARD, Yvonne Elsa; BARBOSA, Ruth Machado. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 62, n.1, p. 84-89, 2010.

LONDRINA. **Lei Ordinária nº 12.620, de 13 de dezembro de 2017**. Institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) e cria o Programa

Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (AgriUrbana), e dá outras providências. *Jornal Oficial do Município de Londrina*, nº 3414, Londrina, Paraná, 22 dez. 2017. p. 2-6.

LONDRINA, Prefeitura de. **Programa de Hortas Comunitárias**. Disponível em: <[http://acesf.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7350&Itemid=1219&fbclid=IwAR1E-s4w8QVvy0kE4-oLPSL4nMpV0jHEMZryZQtwH48-KY8PhXrCskji0VeE](http://acesf.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7350&Itemid=1219&fbclid=IwAR1E-s4w8QVvy0kE4-oLPSL4nMpV0jHEMZryZQtwH48-KY8PhXrCskji0VeE)>. Acesso em: 27 fev. 2021.

LOPES, Gustavo do Nascimento. **Embaralhando as pernas**: diferentes visões da bicicleta como forma de mobilidade urbana. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. Produção do espaço na cidade do neoliberalismo e novas aberturas no espaço digital. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas**: condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 145-158.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARICATO, Erminia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, maio/ago. 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v.30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

MELLO, Cláudia Souza de. Leituras e discursos sobre a agricultura urbana. *In*: ENANPUR, 18, 2019, Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2019. p. 1-14.

MICHELLON, Ednaldo. Agricultura: do campo à cidade. *In*: \_\_\_\_\_. **Hortas Comunitárias de Maringá**: um modelo de Agricultura Urbana. 1. ed. Maringá: CLICHETEC, 2016. p. 15-23.

MOUGEOT, Luc J.A. Urban Agriculture definition, presence, potential and risks. *In*: BAKKER, Niko et al. **Growing Cities, Growing Food**: Urban Agriculture on the policy agenda. Feldafing: German Foundation for International Development, 2000.

NOBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade, e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano. **Revista rural & urbano**, Recife, v. 2, n. 2, p. 26-46, 2017.

NOVO, Mário González; MERZTHAL, Gunther. Agricultura urbana orgânica: um esforço real em Havana. **Revista de Agricultura Urbana**, América Latina e Caribe, s/n, 2007.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na geografia urbana. In: GODOY, Paulo R. Teixeira (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 157-184.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista**. 2001. 196 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2001.

PARANÁ. Lei nº 15.229/06, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual. **Diário Oficial nº. 7276 de 26 de Julho de 2006**, Curitiba, 2006.

PEREIRA, Jaciane Lopes. **Hortas Urbanas Comunitárias Em Brasília-DF**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Planaltina, DF, 2015.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 216-253. Título original: La recherche qualitative

REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. **Acta Scientiarum**, Maringá, PR, v. 23, n. 6, p. 1569-1577, 2001.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. O Planejamento Urbano como Instrumento Garantidor do Direito à Cidade. **Direito da cidade**, v 4, n.1, p. 71-90, 2012.

ROSSLER, João Henrique. O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. **Caderno CEDES**, Campinas, SP, v. 24, n. 62, p. 100-116, 2004.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. jun. 2007. Disponível em: <[http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf](http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf)> Acesso em: 01 out. 2019

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006a. 259 p.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **InterfacEHS**, São Paulo, v. 1, n.1, S/N, 2006b.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª ed. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2018a. 176 p.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Tradução de Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora

da Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2018b 144 p.  
Título original: Spécificité du phénomène urbain em pays sous-développés

SANTOS, MILTON. **Manual de geografia Urbana**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 232 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988. 30 p.

SANTOS, Thiago Andrade dos. A produção do espaço a partir de Henri Lefebvre e a dimensão espacial da ação política. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 169-192.

SCHEROMM, Pascale. L'expérience agricole des citadins dans les jardins collectifs urbains : le cas de Montpellier. **Développement durable et territoires**, *online*, v. 6, n. 1, p. 1-21, mar. 2015.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SILVA, Ana Cristina Mota. A contribuição do método regressivo-pro-gressivo na análise de Henri Lefebvre: o Vale de Campan – estudo de sociologia rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 025-043, 2015.

SILVEIRA, Fernando Lang da. A filosofia da ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. **Caderno brasileiro de ensino em física**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 197-218, dez. 1996.

SOULARD, Christopher Toussaint. THAREAU, Bertille. Les exploitations agricoles périurbaines : spécificités et logiques de développement. **Innovations agronomiques**, n° 5, 27-40, 2009.

SOULARD, Christopher Toussaint; AUBRY, Christine. Cultiver les milieux habités: quelle agronomie en zone urbaine? **Agronomie: environnement & sociétés**. v. 1, n. 2, p. 89-101, dez. 2011.

SOULARD, Chritopher Toussaint; MARGETIC, Christine; VALETTE, Élodie. Introduction: Innovations et agricultures urbaines durables. **Norois**, v. 4, n. 221, p. 7-10, dez. 2011.

SOUZA, Carolina Herrmann Coelho de. O espaço da resistência, uma construção teórico prática inspirada em Lefebvre. *In*: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). **Teorias e práticas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. p. 369-418.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, Ana Fani A Lessandrini; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

STREINBRENNER, Rosane Maria Albino; BRITO, Rosaly de Seixas; CASTRO, Edna Ramos de. Lixo, racismo e injustiça ambiental na Região Metropolitana de Belém. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 935-961, set./dez. 2020.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 93-109, mar. 2016.

TEIXEIRA, Diana Margarida da Costa Leite. **Hortas urbanas**: o contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade. 2016. Tese (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1999.

YOVEVA, Antoaneta; MISHEV, Plamen. Agricultura urbana e planejamento na Bulgária: o caso de Trojan. **Revista de agricultura urbana**, v. 4, p. 28-32, jul. 2001.

## APÊNDICES

APÊNDICE A  
Roteiro da entrevista semiestruturada

<b>Perguntas condutoras da entrevista visando o método</b>
Quais são as maiores dificuldades para o cultivo?
Quem deu suporte para vocês?
Muitas pessoas estão envolvidas?
Como a comunidade se organiza para plantar?
Quais são seus objetivos pessoais com a horta?
Você conhece um pouco de como a horta começou?
O governo incentiva vocês de alguma forma?
Como você aprendeu a cultivar?
Tem espaço o suficiente por aqui?
Como as hortas impactam no seu dia a dia?
Já teve tentativas de acabar com as hortas?